



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MARCELO FERNANDO DA SILVA

**FORMAÇÃO DE ADMINISTRADORES PÚBLICOS NO CURSO EAD: O QUE
DIZEM OS EGRESSOS DA UAB/UFAL**

**MACEIÓ
2016**

MARCELO FERNANDO DA SILVA

FORMAÇÃO DE ADMINISTRADORES PÚBLICOS NO CURSO EAD: O QUE DIZEM
OS EGRESSOS DA UAB/UFAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas – CEDU/UFAL, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Deise Juliana Francisco

MACEIÓ
2016

Universidade Federal de Alagoas - UFAL
Biblioteca Campus de Arapiraca - BCA
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário Responsável
Nestor A. A. Júnior

B586f Silva, Marcelo Fernando da
Formação de administradores públicos no curso EAD: o que dizem os egressos da UAB /UFAL / Marcelo Fernando da Silva – Maceió, 2016.
113 p.: il.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Deise Juliana Francisco.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Centro de Educação – CEDU. Programa de Pós – Graduação em Educação. Maceió, 2016.
Bibliografia: p. 95-101.
Apêndices: p. 102-113.
1. Formação EAD. 2. Administração pública. 3. Egressos. I. Francisco, Deise Juliana.
II. Título.

CDU 37.018.43:35

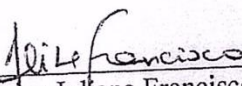
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

*Formação de administradores públicos no Curso EAD: O que dizem os egressos da
UAB/UFAL*

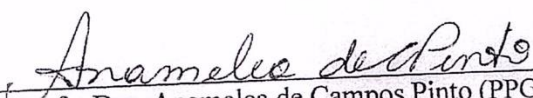
MARCELO FERNANDO DA SILVA

Dissertação submetida a banca examinadora, já referendada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 31 de março de 2016.

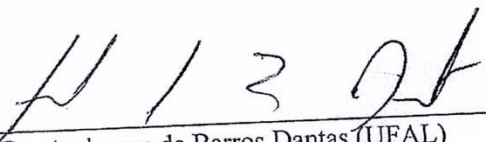
Banca Examinadora:



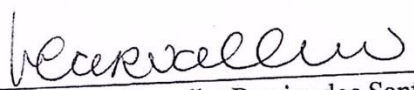
Profa. Dra. Deise Juliana Francisco (PPGE/CEDU/UFAL)
(Orientadora)



Profa. Dra. Anamelea de Campos Pinto (PPGE/CEDU/UFAL)
(Examinadora Interna)



Prof. Dr. Anderson de Barros Dantas (UFAL)
(Examinador Externo)



Profa. Dra. Mercedes Bêta Quintano Carvalho Pereira dos Santos (PPGE/CEDU/UFAL)
(Examinadora Interna)

À Deus.

À memória dos meus pais.

Aos meus filhos e aos que me deram apoio.

AGRADECIMENTOS

À Professora Dr^a Deise Juliana Francisco, orientadora desse trabalho, pelo ensinamento para entender e compreender a pesquisa.

Aos colegas de curso e professores com os quais aprendi por meio das discussões e debates em sala de aula.

Ao PPGE pelo apoio administrativo nos assuntos pertinentes ao mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio financeiro, por meio da concessão de Bolsa de estudo.

À Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEAC da Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

À Secretaria do curso de Administração Pública Ead da UFAL.

Aos egressos do curso de Administração Pública Ead, especialmente aos participantes da pesquisa.

RESUMO

O curso de Administração Pública na modalidade Ead é ofertado na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) através da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e vem sendo implementado desde 2009 pelo Programa Nacional de Administração Pública (PNAP) em parceria com Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com a finalidade de oportunizar uma formação no âmbito da gestão pública com intuito de qualificar recursos humanos para serem gestores públicos. Tem por objetivo verificar a perspectiva dos egressos do curso de Administração Pública via a UAB/UFAL sobre a contribuição da formação para a atuação profissional. Especificamente, pretende-se identificar em que medida os conteúdos estudados contribuíram para a prática profissional; verificar como se deu o uso das ferramentas no AVA, na perspectiva dos egressos; identificar se os egressos aprenderam a manusear as ferramentas disponibilizadas no AVA; verificar se houve incremento das habilidades e competências propostas pelo curso. A pesquisa é de natureza aplicada, com abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, na qual foi feita a análise de conteúdo sobre os dados coletados. Os instrumentos utilizados foram questionário e entrevista semiestruturada, sendo o questionário enviado online pelo Google Drive e a entrevista gravada com uso de equipamento digital. Quanto ao perfil, a maioria dos egressos são adultos com idade entre 30 e 35 anos (35%), solteiros (50%), com renda familiar entre 5 e 6 salários mínimos (31%), provenientes de escola pública (58%). Os resultados revelam a ocorrência de práticas durante o curso por meio de pesquisa, estudo de caso e seminários; a ferramenta mais utilizada foi o fórum; os egressos trabalham em outras áreas e em áreas conexas; a formação contribuiu para melhorias profissionais.

Palavras-chave: Formação Ead. Administração Pública. Egressos.

RESUMEN

El curso de la Administración Pública en el modo Ead se ofrece en la Universidad Federal de Alagoas (UFAL) a través de la Universidad Abierta de Brasil (UAB) y se ha aplicado desde 2009 por el Programa Nacional de Administración Pública (PNAP) en asociación con Instituciones Públicas de Enseñanza Superior (IPES) y la Coordinación de Mejora Personal de Nivel Superior (CAPES), con la finalidad de oportunizar una formación en el ámbito de la gestión pública con intuito de qualificar recursos humanos para seren gestores públicos. Tiene por objetivo verificar la perspectiva de los egresos del curso de administración Pública via UAB/UFAL sobre la contribución de la educación para la atuação profesional. Específicamente, pretendese identificar en que medida los contenidos estudiados contribuiram para la practica profesional; verificar como se dio el uso de herramientas en AVA, en la perspectiva de los egresos; identificar si los egresos aprendieran la manusear las herramientas disponibilizadas en AVA; verificar se hubo incremento de las habilidades y competencias propuestas por el curso. La pesquisa es de naturaleza aplicada, con abordagem cualitativa de el tipo estudio de caso, en cuale fue hecho a analise de contenido sobre los dados coletados. Los instrumentos utilizados fueram cuestionario y entrevista semiestructuradas, sendo el cuestionario enviado online pelo Google Drive y la entrevista gravada con el uso de equipamiento digital. Quanto al perfil, la mayoría de los egresos son adultos con edades de 30 y 35 años (35%), solteros (50%), con rienda familiar entre 5 y 6 salarios mínimos (31%), provenientes de escuela pública (58%). Los resultados muestran la existencia de practicas durante el curso a través de investigación, estudios de casos y seminarios; la herramienta mas utilizada fue el forum; los egresos trabajan en otras areas y en areas relacionadas; la formación contribuyo para mejoras profesionales.

Palavras-clave: Formación Ead. Administración Pública. Egresos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Matriz Curricular do Curso de Bacharelado em Administração Pública

UAB/UFAL..... 53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução das Matrículas na Educação a Distância – Brasil – 2014.....	22
Gráfico 2 – Faixa Etária dos Egressos.....	71
Gráfico 3 – Estado Civil dos Egressos.....	71
Gráfico 4 – Renda Familiar.....	72
Gráfico 5 – Principal Motivo pela Opção Ead.....	73
Gráfico 6 – Utilização de Recursos Didáticos.....	74
Gráfico 7 – Estratégia de Aprendizado.....	74
Gráfico 8 – Instrumentos de Avaliação no AVA.....	75
Gráfico 9 – Disponibilidade para orientação.....	75
Gráfico 10 – Interação Aluno/Professor.....	76
Gráfico 11 – Orientação e Acompanhamento.....	77
Gráfico 12 – Horário para os Estudos.....	77
Gráfico 13 – Nível de Exigência do Curso.....	78
Gráfico 14 – Nível de Desenvolvimento de Proatividade.....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição geográfica de Cursos Ead Ofertados pelas Instituições Públicas.....	24
Quadro 2 – Polos de Apoio Presencial para Ead em Alagoas.....	47
Quadro 3 – Conteúdos de Formação Básica.....	51
Quadro 4 – Conteúdos de Formação Profissional.....	51
Quadro 5 – Conteúdos Quantitativos e suas Tecnologias.....	51
Quadro 6 – Conteúdos de Formação Complementar.....	52
Quadro 7 – Disciplinas e Conteúdos de Formação Básica.....	55
Quadro 8 – Disciplinas e Conteúdos de Formação Profissional.....	56
Quadro 9 – Disciplinas e Conteúdos Quantitativos e suas Tecnologias.....	57
Quadro 10 – Disciplinas e Conteúdos de Formação Complementar.....	58
Quadro 11 – Distribuição das Cargas Horárias.....	59
Quadro 12 – Quantitativo de Ingressantes e Egressos da Primeira Turma do Curso de Bacharelado em Administração Pública UAB/UFAL.....	64
Quadro 13 – Percentuais de Vagas por Polo e suas Formaturas.....	64
Quadro 14 – Categoria Elencada I.....	84
Quadro 15 – Categoria Elencada II.....	84
Quadro 16 – Categoria Elencada III.....	85
Quadro 17 – Categoria Elencada IV.....	85
Quadro 18 – Contribuição do curso.....	86
Quadro 19 – Uso da Plataforma.....	87
Quadro 20 – Ferramentas do AVA.....	88
Quadro 21 – Habilidades e Competências.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABED	Associação Brasileira de Educação a Distância
ANDIFES	Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCB	Código Civil Brasileiro
CEDU	Centro de Educação
CEP	Código de Ética Profissional
CES	Câmara de Ensino Superior
CFA	Conselho Federal de Administração
CGFS	Coordenação Geral de Supervisão e Fomento
CIED	Coordenadoria Institucional de Educação a Distância
CNE	Conselho Nacional de Ensino
CRA	Conselho Regional de Administração
DED	Diretoria de Educação a Distância
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNBA	Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Bacharelado em Administração
DCNAP	Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Bacharelado em Administração Pública
EAD	Educação a Distância
EUA	Estados Unidos da América
FEAC	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FEAUSP	Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IPES	Instituição Pública de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
NEAD	Núcleo de Educação a Distância

NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNAP	Programa Nacional de Administração Pública
PP	Projeto de Pesquisa
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROMUAL	Programa de Assessoria Técnica aos Municípios Alagoanos
SEED	Secretaria de Ensino a Distância
SISUAB	Sistema Universidade Aberta do Brasil
TA	Teoria da Administração
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TGA	Teoria Geral da Administração
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UNB	Universidade de Brasília
UPF	Universidade Pública Federal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	ENSINO SUPERIOR E MODALIDADE EAD.....	16
2.1	Ensino Superior Ead no Brasil: Considerações legislativas	17
2.2	Expansão da Educação Superior Pública Ead	19
3	FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR PÚBLICO.....	26
3.1	Ensino de Administração Pública no Brasil	29
3.2	Administração Privada e Pública no Brasil: Considerações curriculares	32
3.3	Administração Pública no Brasil: Considerações legislativas	34
4	PERCURSO DA UFAL E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	39
4.1	Ensino, Pesquisa e Extensão na UFAL	40
4.2	Modalidade Ead via UAB /UFAL	41
4.3	Administração Pública Ead na UFAL	44
4.4	PPP do curso de Administração Pública Ead na UFAL	48
4.5	Currículo e Formação do Administrador Público Ead	52
5	PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	62
5.1	Participantes da Pesquisa	63
5.2	Coleta de dados	65
5.3	Procedimentos Éticos da Pesquisa	67
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	70
6.1	Análise de dados	70
6.1.1	Dados socioeconômicos.....	71
6.1.2	Experiência Acadêmica	73
6.1.3	Atuação Profissional.....	78
6.1.4	Entrevista.....	84
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	REFERÊNCIAS	95
	APÊNDICES	102
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ONLINE.....	103
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTA	110
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTA ONLINE	111

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (SisUAB) em parceria com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) tem proporcionado o acesso ao ensino superior público, visando a formação profissional em Administração Pública. Isso garantiu aos egressos do curso a profissionalização como administrador público. Nesse contexto, torna-se oportuno identificar como os egressos tem se beneficiado da Educação a distância (Ead), numa economia dinâmica, tendo em vista que o mercado de mão de obra, na concepção de Chiavenato (2010) se movimenta de acordo com as demandas por pessoas qualificadas, principalmente em tempos de mudanças instituídos pelas tecnologias. Isso tem impactado o mercado de trabalho e nem sempre esse mercado segue na mesma velocidade das inovações tecnológicas (CHIAVENATO, 2010). Para Sirkin (2008), o mundo do trabalho está cada vez mais concorrido e requer habilidades e competências específicas.

A inserção da Ead no processo de ensino público foi instituída para oportunizar a expansão da educação superior por meio de um acesso democrático cuja finalidade e objetivo é a questão sócio-educativa. De modo que a execução desse projeto deve ocorrer em parceria com a União, Estados e Municípios, estes últimos os principais parceiros na organização dos polos de encontros presenciais.

Sob a fiscalização do Ministério da Educação e Cultura (MEC), segundo o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, para o ensino superior público, as instituições deverão ser credenciadas, com vistas a ofertar cursos e programas de educação superior a distância através da UAB.

Inicialmente, a prioridade da educação superior via UAB foi a formação de Licenciados para a educação básica. Para isso, não foi prevista a criação de novas Instituições de Ensino Superior (IES), mas articular por meio das IES já existentes, a possibilidade de por em prática esse projeto, visando atingir o maior número de pessoas possível, principalmente professores da educação básica que não tinham formação superior.

O curso de Administração tornou-se o projeto-piloto instituído em parceria com o Banco do Brasil, que a priori visava ofertar aos funcionários da estatal a formação em Administração, com fins de qualificar o serviço público no âmbito federal. Mercado et al (2012) relata que o projeto foi posto em prática por meio das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), estando dentre elas, a UFAL. Para esse autor, a UFAL foi contemplada pelo MEC por se tratar de uma IFES que possui experiências em Ead. Isso oportunizou a oferta do

curso de Administração, que se tornou o curso-piloto ofertado pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC) da UFAL, cujo vestibular em 2006 ofertou inicialmente 500 vagas.

Atualmente, o SisUAb faz a gestão da Ead, cuja operacionalidade se dá por meio de parcerias com universidades públicas de todo o país, onde são ofertados diversos cursos de nível superior, dentre eles o Bacharelado em Administração Pública, que é vinculado ao Programa Nacional de Administração Pública (PNAP).

Considerando a amplitude da modalidade Ead e o expressivo número de instituições envolvidas diretamente na oferta de cursos e criação de polos, foram feitas mudanças significativas na estrutura formal da educação superior no Brasil, principalmente no âmbito das universidades públicas, com a inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) ao processo educacional, visto que por meio das TIC é possível “professores e alunos da Ead entrarem em contato via e-mail em qualquer lugar, a qualquer hora” (KENSKI, 2008. p 93).

A formação de administradores públicos na modalidade Ead é objeto de estudo dessa pesquisa, na qual os egressos da primeira turma do Curso de Bacharelado em Administração Pública via UAB na UFAL foram pesquisados para identificar se a formação Ead proporcionou a profissionalização e quais benefícios profissionais foram adquiridos.

O interesse pela pesquisa surgiu mediante a experiência como Tutor, Preceptor e Orientador no curso de Administração Ead em diferentes faculdades privadas. Observando as atividades dos alunos quanto às interações no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), Fóruns e Chats, despertou o interesse em desenvolver um projeto de pesquisa voltado para o conhecimento sobre como os egressos do curso de Bacharelado em Administração Pública compreendem a formação Ead.

A linha de pesquisa Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação do Mestrado em Educação da UFAL, tornou possível o desenvolvimento do projeto. Diante da expansão do ensino superior público, ocorrida nos últimos anos, é relevante conhecer as diretrizes que ocasionaram essa expansão. Considerando a experiência acadêmica em tutoria, vimos ser oportuno essa pesquisa.

Qual foi a contribuição do curso de Administração Pública Ead para formação profissional na perspectiva dos egressos? Essa é a questão da pesquisa, que tem como objetivo geral conhecer o que dizem os egressos do curso de Administração Pública UAB/UFAL sobre a contribuição da formação para a atuação profissional. Os objetivos específicos são: Identificar em que medida os conteúdos estudados contribuíram para a prática profissional;

verificar como se deu o uso das ferramentas no AVA, na perspectiva dos egressos; Identificar se os egressos aprenderam a manusear as ferramentas disponibilizadas no AVA; Verificar se houve incremento das habilidades e competências propostas pelo curso.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, sendo o primeiro voltado para o ensino superior e a modalidade Ead, cuja abordagem refere-se ao processo de formação a distância respaldado na formação da educação brasileira. O Segundo capítulo aborda a formação do administrador, com ênfase no curso de Administração Pública sob o aspecto legislativo, bem como sobre o currículo do curso e a formação de administrador público. No terceiro capítulo a abordagem retrata o percurso da formação em Administração Pública via UAB/UFAL, bem como o Projeto Político Pedagógico do respectivo curso. O quarto capítulo faz referência aos procedimentos metodológicos no âmbito da pesquisa, apresenta os instrumentos utilizados no contexto da coleta dos dados e de sua análise. Por fim, são apresentados os resultados e as discussões dos dados da pesquisa, finalizando com as considerações finais.

2 ENSINO SUPERIOR E MODALIDADE EAD

A expansão do ensino superior no Brasil contemporâneo tem sido foco de políticas públicas de inclusão educacional, que visam ampliar o acesso ao ensino superior bem como proporcionar a formação para o mercado de trabalho. Diante disso, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), através dos documentos legais referentes à educação, como a Lei N° 9.394 publicada em 20 de dezembro de 1996, documento oficial que regulamenta as ações educacionais, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases (LDB), reconhece a modalidade de educação a distância e providencia sua inserção nos processos de ensino, de modo que o sistema educacional brasileiro tem sido reestruturado de acordo com a LDB/96.

Savianni (2013) relata que a educação no Brasil sempre esteve relacionada muito mais com a questão política do que propriamente com a questão social. O Estado brasileiro tem empreendido a expansão do ensino superior público, cujas ações visam à democratização do acesso ao ensino superior e à profissionalização. Essas decisões assumem um caráter estratégico na Administração Pública, principalmente por causa das transformações ocorridas no cenário global, no âmbito das organizações (WALDOW, 2014), de maneira que essas transformações afetaram o mundo do trabalho e da produção, vinculadas a diversos fatores, como os meios de comunicação e a informática (ANTUNES, 2015).

Apesar da crise social vigente, ocasionada pela inserção das tecnologias nos processos produtivos por meio da automação e da flexibilidade do trabalho, cujos impactos caracterizaram a exclusão de trabalhadores com baixos níveis de escolaridade e a substituição em massa destes pelas máquinas eletrônicas, para Antunes (2015), em todas essas transformações, a escola e as políticas governamentais continuam orientando a educação e a formação para o mercado de trabalho. Desse modo, a expansão da educação superior no Brasil e os objetivos educacionais estão muito mais voltados para as questões relacionadas com o mundo do trabalho, as profissões e os empregos (MATIAS-PEREIRA, 2008).

O mundo do trabalho foi modificado por causa das inovações tecnológicas inseridas na forma como as empresas operavam suas atividades. Antunes (2015) retrata bem essa passagem ao questionar a metamorfose que modificou as relações de trabalho em função das elevadas taxas de educação que o novo modelo industrial exigia dos trabalhadores. Nesse sentido, o mercado de trabalho tem exigido educação mais competitiva. No Brasil, as políticas de inclusão educacional desde o final do século XX e início do século XXI, têm proporcionado o atendimento dessas exigências, com respaldo nos documentos legais que regulamentam o processo educativo.

2.1 Ensino Superior Ead no Brasil: Considerações legislativas

As reformas no sistema educacional desde os anos de 1990 ocorreram por meio de documentos legais, como a LDB/96. Em 2005 o artigo 80 da LDB/96 foi alterado pelo Decreto nº 5.622, publicado em 19 de dezembro. O Art. 80, § 1º da LDB/96 discorre que o Poder Público deve incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada, e que a Ead deverá ser oferecida por instituições credenciadas pelo Governo Federal. Vejamos os textos dos artigos 1º e 3º do Decreto nº 5.622:

Art. 1º - Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos;

Art. 3º - A criação, organização, oferta e desenvolvimento de cursos e programas a distância deverão observar ao estabelecido na legislação e em regulamentações em vigor, para os respectivos níveis e modalidades da educação nacional.

§ 1º - Os cursos e programas a distância deverão ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial.

O artigo 80 é claro quanto aos interesses do Estado e da iniciativa privada na relação com a modalidade Ead, por proporcionar a inserção do cidadão brasileiro no processo de educação superior. Vejamos do que trata o texto, disposto em Brasil (1996):

Art. 80 - O poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidade de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regimes especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamentos diferenciados, que incluirá:

I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Diante disso, a Ead tem sido vista como uma oportunidade que as pessoas têm de ter acesso ao ensino superior, e que as pessoas podem acessar a sala de aula a partir de qualquer lugar em que esteja e a qualquer momento. Matias-Pereira (2010) discorre que a Ead corresponde ao processo de ensino e aprendizagem mediados pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). De modo que o avanço das tecnologias agregadas à internet vem contribuindo de forma significativa para a Ead.

As TIC são a representação dos processos tecnológicos vigentes nas sociedades contemporâneas. No Brasil, a inserção da Ead no processo de ensino público, foi instituída pelo Governo Federal via MEC, e a gestão dessa modalidade nas instituições públicas é feita pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (SisUAB). O regulamento dessa modalidade no âmbito público se deu pelo Decreto nº 5.800 de 08 de junho de 2006, cujo foco era a expansão da educação superior pública por meio de um acesso democrático; o aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior através de parcerias com Estados e Municípios; possibilitar a avaliação da Ead, bem como sua flexibilização sob a fiscalização do MEC; contribuir para a investigação da Ead no país; oportunizar o financiamento dos processos de implantação, execução e formação dos recursos humanos em Ead (MERCADO et al, 2012).

Segundo o Decreto 5.800/06, o SisUAB visa o desenvolvimento das atividades sócio-educativas e tem por finalidade a execução desse projeto por meio de parcerias colaborativas entre a União, Estados e Municípios, cabendo aos Estados e Municípios as responsabilidades pelos polos para os encontros presenciais, de maneira que os polos servirão de base, sob a qual devem ser realizadas as atividades pedagógicas e gerenciais do projeto. Ainda sob a fiscalização do MEC, segundo o Decreto nº 5.622/05, para o ensino superior público as instituições deverão ser credenciadas, com vistas a ofertar cursos e programas de educação superior Ead.

Conforme o art. 2º, § 1º do Decreto 5.800/06, o polo de apoio presencial é caracterizado como unidade operacional, cujo papel visa o desenvolvimento das atividades pedagógicas e gerenciais referentes aos cursos e programas oferecidos pelo SisUAB com apoio das IES públicas, onde ocorrem as atividades pedagógicas, elaboração de materiais didáticos e recepção dos alunos pelos professores e tutores.

Para Mercado et al (2012) inicialmente, além da preparação de funcionários públicos para o exercício das atividades do aparelhamento estatal, foi prioridade da educação superior via UAB a formação de Licenciados para a educação básica. Para isso, o Governo Federal através do MEC, por meio das IES já existentes, articulou esse projeto visando alcançar o

maior número de pessoas, principalmente professores da educação básica que não tinham formação superior.

No Decreto 5.800/06 em seus artigos 1º e 2º, percebe-se a configuração que envolve a Ead, bem como o processo de formação da UAB, que visa instituir a modalidade a distância e expandi-la para o interior do país, no intuito de fomentar o acesso à educação e ao ensino superior público. Nesses termos, o Decreto 5.800/06 que cria a UAB providencia para que a Ead se torne oficialmente uma modalidade educativa e promova a inserção social. Dessa forma, o projeto de extensão da educação por meio das TIC torna-se viável através dos programas¹ de expansão da educação superior. Vejamos do que trata os artigos 1º e 2º:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Art. 2º - O Sistema UAB cumprirá suas finalidades e objetivos sócio-educacionais em regime de colaboração da União com entes federativos, mediante a oferta de cursos e programas de educação superior a distância por instituições públicas de ensino superior, em articulação com polos de apoio presencial.

Observa-se que a instituição do SisUAB além de proporcionar a inserção de pessoas na educação superior e ampliar o acesso ao ensino público, oportuniza a qualificação do serviço público, no intuito de melhorar a qualidade da prestação dos serviços à sociedade.

2.2 Expansão da Educação Superior Pública Ead

Há séculos, a história do Brasil registra acontecimentos de cunho políticos atribuindo a educação como prioridade social. Autores como Savianni (2013) e Fávero (2005) discorrem sobre isso. Essa realidade se faz presente nos dias atuais e se apresenta por meio de políticas públicas de inclusão educacional, estando o ensino superior público Ead contemplado pelo projeto de expansão da educação (COSTA; BARBOSA; GOTO, 2011).

Para Matias-Pereira (2008) a Ead corresponde a uma modalidade de ensino que está em expansão no Brasil e tem possibilitado à sociedade brasileira, principalmente às camadas menos favorecidas pela educação, a oportunidade de acesso ao aprendizado e impactado positivamente por meio da inclusão das pessoas no mundo do conhecimento. A expansão da Ead também tem contribuído com o discurso democrático que está embutido nas decisões governamentais sobre as políticas públicas de inclusão educacional, e isso tem alcançado

¹ Reuni – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Prouni – Programa Universidade para Todos.

diversos públicos e locais onde o ensino superior presencial não chega facilmente. Nesse contexto, a Ead tem ganhado destaque no processo educacional brasileiro por ser capaz de levar o conhecimento profissional às localidades não acessíveis pela educação tradicional (MATIAS-PEREIRA, 2008).

Com base nessas considerações, a expansão do ensino superior público tem sido proporcionada por meio do SisUAB, um sistema de gestão que tem conduzido a Ead em parcerias com universidades e institutos públicos e se destacado como um importante viés das políticas públicas de inclusão educacional no Brasil. Ferrugini (2013, p. 8) destaca que:

Um dos objetivos do SISUAB, caracteriza-se por atender demandas locais na preparação e capacitação de indivíduos, em especial, nas regiões mais carentes da sociedade, democratizando o acesso à educação superior, para atuarem no mercado de trabalho de forma mais justa e competitiva.

Nesse cenário de mudanças do processo educacional brasileiro, ganha destaque também, em momentos anteriores à instituição do SisUAB, o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), como resultado de decisões de políticas públicas voltadas para a expansão da educação superior pelo país e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

O Prouni caracteriza-se pela disponibilização de bolsas integrais e parciais para alunos de baixa renda provenientes de escolas públicas que ingressam em instituições de ensino superior privadas. Em conformidade com as políticas públicas para educação, o projeto expansionista, por meio desses Programas, oportunizou a criação de diversas universidades públicas federais e a criação de novos campi universitários, como estratégia das políticas públicas de expansão da educação superior gratuita no país.

Segundo Peixoto (2012) entre 2003 e 2010 o salto de instituições ofertando educação superior pública foi extraordinário, de 45 para 59 universidades federais, representando aumento de 31%, e de 148 campi para 274, com crescimento de 85%. Para essa autora, a interiorização também proporcionou uma expansão no país, com aumento de 114 para 272 municípios atendidos por essa expansão.

Em 2005 após a instituição da UAB, cuja gestão do sistema ficou a cargo do MEC e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foram criados os cursos-piloto em várias IES pelo Brasil. A UFAL foi contemplada com essa proposta inovadora e instituiu o curso de Administração. Para Ferrugini (2014), a UAB foi instituída por meio de parcerias entre o MEC, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e Empresas Estatais, cujo foco era a Política e a

Gestão da Educação Superior. Segundo essa autora a UAB constitui uma política pública desenvolvida entre a Secretaria de Educação a Distância (SEED), a Diretoria de Educação a Distância (DED) e a CAPES, no intuito de desenvolver a modalidade Ead visando à expansão da educação superior. A finalidade da UAB é a expansão e interiorização da oferta de cursos e programas de educação superior no Brasil, na modalidade Ead com apoio das TIC (MERCADO, 2007).

Para Matias-Pereira (2008) a UAB foi criada no âmbito do MEC, como parte integrante do esforço que visa a reestruturação da educação por meio da Ead, e tem por objetivo estruturar um sistema nacional de educação superior a distância de caráter experimental no campo das ações, programas e projetos que visam a expansão da educação superior como resultante de políticas públicas.

Propõe-se a ampliar e interiorizar a oferta do ensino superior gratuito de qualidade no Brasil apoiado numa parceria entre consórcios públicos nos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal), e conta com a participação das universidades públicas e demais organizações interessadas (MATIAS-PEREIRA, 2008, p. 51).

Atualmente no Brasil, diversas políticas públicas têm promovido o acesso da sociedade aos direitos sociais, por se tratar de direitos garantidos na Constituição brasileira de 1988, estando dentre eles a educação superior. A Ead tem se firmado como meio de acesso ao ensino público.

A educação tem a finalidade em si mesma, razão pela qual deve preocupar-se com as questões mais relevantes para a sociedade, como: a construção da cidadania, a leitura do mundo, a habilidade do pensamento e rigor da ciência, o desenvolvimento do senso estético, a construção do senso crítico e da utopia. Na busca para atingir esses objetivos o país necessita de contar com um sistema de ensino superior bem estruturado (MATIAS-PEREIRA, 2010, p. 4).

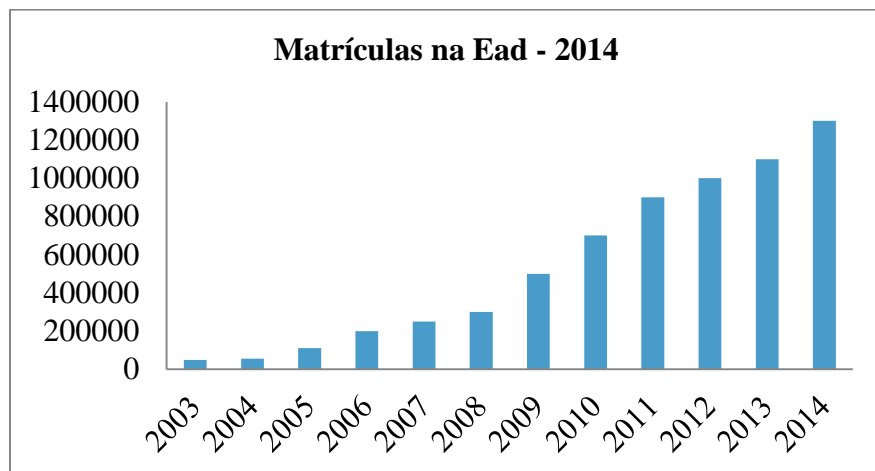
Visando o aperfeiçoamento da educação, na primeira década do século XXI o governo brasileiro iniciou um processo de criação, valorização e expansão do ensino superior, inclusive a Ead. O quantitativo de matrículas na rede federal de ensino superior, segundo Brasil (2014), no âmbito das modalidades de ensino presencial e Ead, corresponde a 92% das matrículas na modalidade presencial e somente 8% desse quantitativo na modalidade Ead.

Notas estatísticas do Censo da Educação Superior em 2014 demonstram que o número de matrículas na Ead continua crescendo. Na Ead são 1.341.842 matrículas, contra 6.486.171

de matrículas na modalidade presencial. Em percentuais essas matrículas totalizam 17,14% e 82,86% respectivamente (BRASIL, 2014).

O crescimento da economia brasileira nos anos iniciais do século XXI, aliado às políticas públicas de inclusão educacional proporcionaram a ascensão da Ead como modalidade educacional. O gráfico a seguir apresenta a evolução do número de matrículas nessa modalidade ao longo de doze anos:

Gráfico 1 – Evolução das Matrículas na Educação a Distância – Brasil - 2014



Fonte: Adaptado de Censo da Educação Superior (BRASIL, 2014).

Na rede federal de ensino a educação superior Ead apresenta um aumento considerável no contexto da expansão universitária, cujo acesso vincula-se principalmente ao SisUAB, que se apresenta como um canal de acesso e oportunidades para o ensino superior público. Esse sistema vincula-se às TIC através do uso de computadores e se apoia nas parcerias entre os Governos Federal, Estadual e Municipal, para desenvolver as atividades relacionadas à produção de material didático e apoio presencial nos polos, utilizando-se de infraestruturas já existentes como as das universidades públicas, por exemplo, mediados pelos computadores, pelos professores conteudistas e tutores presenciais e a distância.

Tendo em vista que a UAB funciona através dos polos de apoio presencial, sua operacionalização é feita da seguinte forma: com base no polo, as instituições ofertam os cursos; o MEC se responsabiliza pela organização, avaliação e liberação dos cursos e coordena as ações do sistema, onde ocorrem as interações entre alunos, tutores, coordenador de polo, professores pesquisadores, professores conteudistas e coordenador de curso (FERRUGINI, 2014).

As atividades do curso funcionam da seguinte maneira: com base nas orientações dos professores conteudistas, os tutores presenciais, no polo de apoio presencial, disponibilizam

as atividades e materiais necessários para os alunos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para que os alunos possam acessar o AVA e interagir com os outros atores do curso (professores, tutores virtuais e colegas de turma) para desempenhar as atividades relativas ao aprendizado, tirando dúvidas através do chat e fóruns, basicamente, bem como enviando mensagens para a plataforma diretamente para o tutor virtual, para que seja sanada a dúvida, bem como disponibilizar os materiais didáticos por meio de mídia impressa.

Os alunos, através das TIC, realizam pesquisas, trocam informações, tiram dúvidas, desenvolvem os estudos e constroem o conhecimento de forma autônoma. Além do espaço destinado ao desenvolvimento das atividades pedagógicas no polo de apoio presencial, onde devem estar disponíveis os computadores necessários para as atividades de aprendizado, interligado à Internet, o acesso às TIC pode ser feito por meio de qualquer computador, seja no trabalho, na própria residência, ou em qualquer outro local que possua acesso à Internet.

De acordo com Ferrugini (2014), as interações que se desenvolvem nessa estrutura requerem total utilização dos recursos tecnológicos, de maneira que os alunos recebam apoio no tocante às dúvidas e outras questões relativas ao aprendizado, e que sejam correspondidos em tempo hábil, de modo a não acarretar desestímulo no aprendizado ao longo do curso. Entretanto, não se pode querer perfeição nas ações pedagógicas, visto que envolvem seres humanos na condução dessas ações, e que podem ocorrer percalços de diversas naturezas, principalmente as relacionadas às limitações das tecnologias.

O SisUAB para fazer jus à expansão do ensino superior e apresentar qualidade na condução das ações, precisou estabelecer um plano de financiamento dessa modalidade educacional. Esse financiamento diz respeito aos custos que envolvem a manutenção dos cursos e dos alunos. Assim, foi criado em 2008 a Coordenação Geral de Supervisão e Fomento (CGSF) com a finalidade de definir as diretrizes necessárias para o financiamento e gestão dos recursos financeiros envolvidos, bem como estabelecer os critérios necessários para a oferta de bolsas para professores, coordenadores e tutores, ou seja, para a equipe que compõe o SisUAB. Desse modo, uma vez estabelecidas as diretrizes financeiras, essas se tornaram padrão para todas as IES envolvidas no projeto UAB.

As decisões referentes ao planejamento financeiro para dar suporte às ações do SisUAB, oportunizaram a criação de uma planilha orçamentária, na qual foram discriminados os custos do sistema no âmbito da graduação, da pós-graduação (Lato Sensu) ou aperfeiçoamento, de maneira que essa discriminação envolveu os custos diretos dos cursos e não os de recursos humanos e físicos, pois estes fazem parte das IES e dos polos de apoio presencial, parceiros da UAB, ressalvas para as bolsas destinadas aos professores

pesquisadores e tutores, necessários para dar continuidade ao desenvolvimento do projeto, que devem ser inclusas na planilha orçamentária do sistema.

Segundo o Guia da UAB-CAPEs (2013), o SisUAB na atualidade é uma parceria entre o MEC, através da CAPES, das IES, dos Estados e dos Municípios. Para a execução das atividades de ensino e aprendizagem, os Estados e os Municípios concorrem na busca pela parceria e ao receber o aval para implantar os cursos, se responsabilizam pela infraestrutura dos polos onde os alunos terão acesso aos cursos. Assim, as responsabilidades inerentes aos parceiros funcionam da seguinte forma: a CAPES, fomenta e articula os processos; as IES propõem, organizam e ofertam os cursos; os Estados e os Municípios garantem a infraestrutura necessária para o atendimento das atividades presenciais nos polos.

A modalidade Ead, no Brasil, tem se destacado no cenário educacional e a oferta dessa modalidade cresce anualmente. Dados da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) em 2014 apresenta a distribuição dos cursos Ead pelas Regiões brasileiras, e traça o perfil de cada Região, quanto ao número de cursos de cada uma delas. Esses dados estão tabulados no quadro a seguir, onde é possível inferir algumas considerações acerca da realidade da Ead para cada Região, principalmente no tocante à concentração dos cursos, que podem ter uma relação direta com a população regional, em função das demandas serem maiores, ou seja, a distribuição populacional no Brasil, por ser mais concentrada em determinada Região, pode influir no resultado dos dados quanto à distribuição dos cursos Ead.

Quadro 1 – Distribuição geográfica de cursos Ead ofertados pelas instituições públicas

Características Institucionais	Número de Cursos Ead regulamentados totalmente a distância							
		N	NE	CO	SE	S	Total	
Natureza Jurídica	Pública							
		Federal	33	67	24	74	27	225
		Estadual	5	22	18	36	19	100
		Municipal	0	0	0	1	0	1

Fonte: Adaptado de ABED, 2014.

De acordo com os dados, observa-se que a concentração dos cursos Ead é maior na Região Sudeste que detém 34,15% da quantidade de cursos ofertados, seguida pela Região

Nordeste com 27,38%, a Região Sul com 14,15%, a Região Centro-Oeste com 12,92% e a Região Norte com 11,69% dos cursos a distância ofertados no Brasil na esfera pública. A distribuição dos cursos Ead pelas cinco Regiões, no Brasil, demonstra a existência de uma concentração maior na Região Sudeste que abrange sozinha quase o quantitativo das Regiões Sul, Centro-Oeste e Norte. No entanto, vale lembrar que a Região Sudeste corresponde ao espaço geográfico onde há a maior concentração populacional do país (IBGE, 2010).

Segundo o IBGE (2010), sobre o censo populacional, a população brasileira está irregularmente distribuída no território, pois há regiões densamente povoadas e outras com baixa densidade demográfica. A população brasileira é mais concentrada na Região Sudeste, com 80.364.410 habitantes; o Nordeste abriga 53.081.950 habitantes; e o Sul acolhe cerca de 27,3 milhões. As regiões menos povoadas são a Região Norte, com 15.864.454, e o Centro-Oeste, com pouco mais de 14 milhões de habitantes. A irregularidade na distribuição da população fica evidente quando alguns dados populacionais de Regiões ou Estados são analisados. Somente o Estado de São Paulo concentra cerca de 41,2 milhões de habitantes, sendo superior ao contingente populacional das Regiões Centro-Oeste e Norte, juntas. No entanto, a população brasileira está distribuída em um extenso território, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados e talvez por isso o atendimento das políticas públicas de inserção educacional apresente as disparidades existentes entre as Regiões. A concentração populacional é maior na Região Sudeste em função dos recursos produtivos do país estarem concentrados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, respectivamente, conforme o IBGE (2010). Nesse âmbito, a maior parte da produção da riqueza do país está concentrada nesses Estados.

O ensino superior na modalidade Ead, em virtude das características que essa modalidade de educação proporciona, tais como flexibilidade de horário e de local de acesso ao ensino por meio das TIC, torna viável a qualificação de mão de obra. Nessas condições, a inserção dos indivíduos nos processos educacionais ofertados pela Ead, possibilita o acesso a essa modalidade em qualquer espaço geográfico.

Neste capítulo a Ead foi contextualizada sob os princípios da legislação, cujo regulamento se baseia na LDB/96. Contextualizou-se a importância das TIC no processo de ensino superior via o SisUAB, bem como a importância desse sistema para a expansão do ensino superior público no Brasil, além de algumas reflexões acerca da concentração de matrículas por modalidade de ensino, destacando-se a Ead como modalidade em ascensão.

3 FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR PÚBLICO

A formação em Administração ganhou espaço na gestão das organizações e instituições públicas e privadas brasileiras desde os anos de 1940, embora sua regulamentação tenha ocorrido na década de 1960. As condições para a oferta de cursos nessa área de formação foram criadas pelas necessidades de mão de obra qualificada para operar as atividades gerenciais em virtude da modernização do parque industrial brasileiro. De sorte que a formação do Administrador, no Brasil, foi se aperfeiçoando sob a concepção de uma educação profissional, que ganhou contornos acadêmicos (MELLO; JUNIOR; MATTAR, 2011). Atualmente, o processo educacional brasileiro tem proporcionado um novo formato de ensino e oportunizado o acesso à educação superior com apoio das TIC. No âmbito desse processo, os egressos do curso de Bacharelado em Administração Pública, ofertado pela UAB via UFAL, constituem o foco dessa pesquisa, que pretende analisar a formação em Administração Pública.

O curso superior em Administração no Brasil, em seu processo histórico está interligado à história do curso de Administração nos Estados Unidos (EUA). Entretanto, em comparação com a história da formação superior em Administração nos EUA, o Brasil está distante da formação americana, pelo fato de que naquele país essa formação existe desde o final do século XIX, por volta de 1881 afirma o Conselho Federal de Administração (CFA, 2011)². Quando essa formação surgiu no Brasil, sua regulamentação só foi possível em 1965 por meio da Lei 4.769. Historicamente a formação superior em Administração no Brasil é uma profissão relativamente jovem, comparada com a formação em Administração nos EUA e na Europa (CFA, 2011). Desse modo, o Administrador só foi ganhando contornos profissionais depois da legalização da profissão e sua regulamentação.

Conforme o CFA (2011) o curso superior nessa área de formação foi proposto a partir da criação da Fundação Getúlio Vargas e também da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEAUSP), por volta de 1965, e surgiram com base na proposta de ofertas de cursos superiores voltados para o ensino e a pesquisa, de modo a oportunizar conhecimentos e contribuir para o entendimento dos processos de desenvolvimento da economia brasileira. Foram essas instituições que dominaram o espaço

² O Conselho Federal de Administração é um órgão normativo, consultivo, orientador e disciplinador do exercício da profissão de Administrador, tem sede em Brasília, capital federal, e é responsável por controlar e fiscalizar as atividades financeiras e administrativas do Sistema CFA/CRAs. Este, que tem como missão promover a difusão da Ciência da Administração e a valorização da profissão do Administrador visando à defesa da Sociedade, é integrado pelo CFA e pelos 27 Conselhos Regionais de Administração – CRAs, sediados em todos os Estados da Federação.

quanto à oferta de cursos em Administração no Brasil. Inicialmente, essas instituições visavam criar meios e condições para formar profissionais voltados para uma crescente demanda que surgia no país, principalmente em função das entradas de tecnologias nos processos industriais, no intuito de melhorar a produção e a produtividade, tornando competitivo o parque industrial brasileiro (CFA, 2011).

A demanda por administradores, no Brasil, foi estimulada em função do crescimento econômico da época, impulsionado pela modernização do parque industrial, decorrente da política de inovação e industrialização proposta no governo de Getúlio Vargas, a partir de 1950. O Estado brasileiro necessitava qualificar a força de trabalho no âmbito público, e oportunizar a criação de instituições voltadas para a formação de profissionais que atendessem as necessidades vigentes, impostas pelo capital internacional, cujas tecnologias tornaram obsoletas as técnicas de gerenciamento das empresas brasileiras (CFA, 2011).

Relatos encontrados no CFA (2011) afirmam que a política de industrialização do governo Vargas precisava corresponder às exigências dos países ricos, que visavam à modernização industrial, no intuito de ampliar os horizontes das atividades comerciais do Brasil. No âmbito acadêmico, essas transformações ocorridas no pós-guerra possibilitaram a entrada de uma nova mentalidade para o mundo dos negócios, principalmente para os EUA, porque isso seria viável para a economia norte-americana.

À medida que os EUA exportavam suas tecnologias administrativas, tornava aberto o comércio exterior e isso consolidou uma nova etapa de desenvolvimento do capital internacional. Desse modo, a formação do Administrador brasileiro foi ganhando espaço nas instituições públicas e posteriormente na década de 1950 nas instituições privadas (CFA, 2011). A profissionalização da Administração no Brasil agrega-se não apenas às exigências do capital internacional, mas também em função da necessidade de tornar independente o processo industrial, aperfeiçoar a execução das atividades operacionais e estratégicas, bem como melhorar as condições de trabalho e valorizar profissionalmente essas ações (OLIVEIRA, 2012).

Entretanto, com o Estado brasileiro à frente das questões que envolviam as atividades empresariais, visto que as atividades administrativas, em virtude das complexidades dos negócios públicos e privados exigiam conhecimentos específicos por parte dos administradores, a formação superior em Administração foi ganhando notoriedade em função das especializações da mão de obra que a formação proporcionou e que substituíram a formação generalista (OLIVEIRA, 2012).

As mudanças de ordem econômica foram cruciais para a inserção de novos cursos universitários no Brasil do pós-guerra, mas isso foi possibilitado em função das imposições internacionais, visto que o ensino de Administração esteve inicialmente, vinculado à modernização do parque industrial brasileiro, e conseqüentemente ao desenvolvimento das

atividades empresariais, tanto pública quanto particular, afirma Oliveira (2012). O crescimento do curso superior em Administração foi ocasionado em função dos interesses econômicos, por causa da expansão das atividades empresariais e do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Brasil nos Governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek (CFA, 2011).

Nesse contexto, o Estado e a iniciativa privada, sob a ordem da organização empresarial com tecnologia norte-americana, passam a requerer mão de obra mais especializada para conduzir os destinos dos negócios em virtude da complexidade burocrática e dos recursos tecnológicos aplicados (CFA, 2011). Em virtude das mudanças na estrutura industrial brasileira de 1940 a 1965, que ocasionaram impactos na economia, o sistema educacional também teve de se adaptar às demandas internacionais. Nesse intervalo, os anos de 1950 iniciam sob uma nova ordem tendo os Estados Unidos como potência mundial e hegemônica, tornando-se a principal referência nesse cenário (OLIVEIRA, 2012).

O pós-guerra proporcionou um desenvolvimento vultoso para os EUA. Cientistas e pesquisadores desenvolveram diversos métodos de aplicação logística e gerencial. Muitas tecnologias de gestão já desenvolvidas foram exportadas para diversos países, dentre eles o Brasil, afirma Oliveira (2012). A partir desses fatos, ocorreu um aceleração na exportação de tecnologias norte-americanas para o mundo inteiro, principalmente as relacionadas com a Administração, tornando-se o Continente Americano o eixo de dominação da hegemonia norte-americana, no contexto econômico e político, estando a América Latina no centro dessas influências (CHIAVENATO, 2008).

No Brasil, os anos de 1950 representaram o marco da industrialização impulsionada pelos EUA. Os empresários brasileiros instalaram as novas indústrias e reorganizaram as já existentes. Dessa forma, a industrialização inaugura nova etapa de desenvolvimento sob a organização de técnicas modernas aplicadas ao gerenciamento das empresas públicas e privadas (OLIVEIRA, 2012). Autores como Oliveira (2012) e Matias-Pereira (2012) discorrem que essa nova formatação do gerenciamento da coisa pública ou particular, oportunizou melhores condições competitivas e de eficiência nos serviços, não apenas de ordem produtiva, mas educacional.

Implantado o parque industrial brasileiro, as empresas demandaram maiores níveis de especialização dos profissionais, e isso oportunizou mudanças na estrutura educacional superior (OLIVEIRA, 2012). Dentre as exigências profissionais está a formação de um novo perfil de administradores, mais eficientes, com visão mais ampla das ações operacionais, incluso conhecimentos sobre Administração Pública, afirma Matias-Pereira (2012).

3.1 Ensino de Administração Pública no Brasil

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi a primeira e mais importante instituição a implantar e desenvolver o ensino de Administração, no Brasil. Seu surgimento se deu por meio do Decreto nº 6.933 no ano de 1944, posterior à criação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), no ano de 1938. O DASP tinha a finalidade de estabelecer padrões de eficiência no serviço público federal e criar mecanismos mais democráticos de recrutamento para a Administração Pública através de concursos. Essa proposta recebeu apoio do Presidente Getúlio Vargas, que autorizou o DASP, junto com a FGV, a realizar estudos mais técnicos, relacionados com os princípios e métodos da racionalização do trabalho, cujo objetivo foi a preparação de pessoal para Administração Pública e Privada (CFA, 2011).

No contexto da criação da FGV, o CFA, criado em 20 de junho de 1966, discorre que o surgimento dessa instituição ocorreu num momento em que o ensino superior brasileiro se desvinculava da influência européia e se associava à tendência norte-americana. Nesse processo, em 1948 alguns representantes dessa instituição visitaram vinte e cinco universidades americanas que mantinham cursos de Administração Pública, com intuito de conhecer diferentes formas de organização. Com isso, alguns professores norte-americanos e representantes da FGV estabeleceram encontros para possibilitar a criação de uma escola voltada para a qualificação e treinamento de especialistas em Administração Pública (CFA, 2011).

Conforme o CFA (2011) no ano de 1952 a FGV criou a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), essa foi uma proposta que recebeu apoio de órgãos internacionais, como a *United Nations Organization* (ONU) e a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO). A finalidade desse apoio foi estabelecer um convênio para a manutenção de professores estrangeiros na EBAP, além de oportunizar o aperfeiçoamento de docentes no exterior. Dos anos de 1930 a 1970 ocorreram várias mudanças de ordem estrutural no ensino de Administração no Brasil, desde a criação de instituições até reformas e regulamentações profissionais. Discorre o CFA (2011) que além da FGV outra instituição de relevante importância para a educação superior e para o ensino de Administração foi a Universidade de São Paulo (USP). Essa instituição foi criada no ano de 1934, “por meio da aglutinação de faculdades já existentes e da abertura de novos centros de ensino” (CFA, 2011, p. 4). De modo que em 1946, surgiu a Faculdade de Economia e

Administração (FEA), que objetivava a formação de funcionários públicos, bem como a de profissionais para atuar na iniciativa privada.

A criação da FEA se deu em virtude da industrialização que se instalava no Brasil, cujo processo oportunizou a entrada de capitais internacionais na economia brasileira, e exigiu maiores níveis educacionais e preparo de mão de obra para operação e gestão das empresas através de técnicas especializadas. Desse modo, além da FGV através da EBAP e da EASP, a FEA também foi criada com o objetivo de proporcionar a preparação de recursos humanos em função das demandas externas e do acelerado crescimento da economia brasileira. Desse modo, foram os interesses públicos e privados que influenciaram a criação da FEA, cujo objetivo era colaborar na preparação de pessoas para atuarem nas empresas privadas e no serviço público (CFA, 2011).

Nas duas primeiras décadas de existência, a FEA só ofertava os cursos de Economia e Ciências Contábeis e apenas tratava das questões administrativas por meio das disciplinas desses dois cursos. De acordo com o CFA (2011) no início de 1960 ocorreram mudanças de ordem estrutural na FEA que oportunizou a criação do Departamento de Administração. A FEA só passou a ofertar cursos nessa área a partir de 1966, quando foram oferecidos os cursos de Administração de Empresas e de Administração Pública (CFA, 2011). De acordo com o CFA (2011) o curso de Administração surgiu inicialmente no interior das Instituições Universitárias e compunha o processo de ensino e pesquisa nessas instituições. Essas instituições se tornaram centros de referências desse curso, para a sociedade brasileira. Apenas no final de 1960 ocorreu a desvinculação do curso de Administração com as Instituições Universitárias e foram criadas faculdades isoladas; de modo que isso ocasionou a expansão da iniciativa privada na oferta desse curso.

Vale ressaltar que a evolução na oferta do curso de Administração esteve interligada à questão do crescimento da economia brasileira na década de 1960, que à priori privilegiou as grandes empresas privadas e estatais, além da inserção de empresas estrangeiras na economia do país. Dessa forma, as grandes empresas passaram a adotar a profissionalização de pessoal para conduzir as operações dessas organizações, em virtude da complexidade operacional, ocasionando aumento na demanda por profissionais da área de Administração formados por instituições formais de ensino (CFA, 2011).

Os acontecimentos que marcaram o desenvolvimento do curso de Administração em nível superior no Brasil demonstram que o ensino de Administração alcançou significativa dimensão para a sociedade brasileira, tendo em vista que em 1954 apenas dois cursos eram ofertados, o da EBAP e o da EASP, mantidos pela FGV. Definido o cenário educacional para

a oferta do curso de Administração em nível superior de graduação, tanto na área pública quanto particular, nos anos finais da década de 1960 a Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, discorre que os cursos profissionais podem ser organizados em modalidades distintas, ocasionando mais uma mudança em direção ao aumento da oferta desses cursos no âmbito formal de educação. Vejamos do que trata os artigos 18 e 23 da Lei nº 5.540/68:

Art. 18. Além dos cursos correspondentes às profissões reguladas em lei, as universidades e os estabelecimentos isolados poderão organizar outros para atender às exigências de sua programação específica e fazer face às peculiaridades do mercado de trabalho regional.

Art. 23. Os cursos profissionais poderão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e à duração, a fim de corresponder às condições do mercado de trabalho.

Com base no texto da Lei nº 5.540/68, verifica-se que a educação superior em Administração se expandiu, ocasionando a participação da iniciativa privada nesse processo, ocorrido a partir do final dos anos de 1970. Os estudos aqui desenvolvidos demonstram que, apesar dos primeiros cursos de Administração terem surgido em instituições que se concentravam próximas dos grandes centros de decisões econômicas e políticas do país, as novas instituições foram criadas distantes dos centros de poder. Essas escolas surgiram a partir da iniciativa daqueles que atuavam no setor educacional, aproveitando o momento em que o Estado pós-64 abriu um grande espaço para a iniciativa privada, visando atender à crescente demanda de acesso ao ensino de 3º grau (CFA, 2011).

O incremento da oferta do curso superior em Administração foi fruto da relação entre a expansão e o modelo de desenvolvimento econômico adotado após 1964, que demandava pessoal qualificado. Nesse sentido, a FGV, a FEA/USP marcaram o ensino e a pesquisa de temas econômicos e administrativos no Brasil, contribuindo para o processo de desenvolvimento econômico do país, de maneira que estas instituições dominaram o espaço de ensino de Administração, bem como se tornaram referências para o futuro dessa formação (CFA, 2011).

As reformas do Estado brasileiro demandaram novos modelos de gestão, e isso oportunizou mudanças no contexto da administração pública (MATIAS-PEREIRA, 2009). Os cursos superiores em Administração também passaram por transformações na década de 1990. Nesse sentido, as reformas do Estado também oportunizaram a reestruturação do curso de Administração nas universidades brasileiras, de modo que foram instituídos novos conteúdos, principalmente quanto aos estudos da Administração Pública. Segundo Matias-

Pereira (2009) criaram-se novas instituições, surgiu uma nova visão da Administração Pública, e novas práticas gerenciais foram adotadas. A proposta da reforma estatal no âmbito da gestão pública, nas concepções de Matias-Pereira (2009; 2012) e Oliveira (2014), nos remete ao entendimento de que o foco da gestão é a otimização dos recursos públicos. Visto que a estrutura administrativa do Estado brasileiro se baseava no modelo de administração burocrática, a reforma gerencial propõe a supressão desse modelo. Essa proposta se estendeu à educação superior, de maneira que foram feitas diversas reformas nas universidades públicas, inclusive nos currículos dos cursos superiores.

3.2 Administração Privada e Pública no Brasil: Considerações curriculares

Conforme o CFA (2011), de 1930 a 1960 o currículo do primeiro curso de Administração, no Brasil, se embasava no curso da *Graduate School of Business Administration da Harvard University* nos EUA. À luz do CFA (2011) o ensino de Administração no Brasil sofreu três mudanças curriculares no decorrer de 38 anos, ou seja, de 1966 a 2004. De 1966 a 1993 ocorreram mudanças no âmbito dos conteúdos que foram enquadradas no currículo mínimo, enquanto no ano de 2004 houve a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Bacharelado em Administração (DCNBA), homologadas pelo MEC nesse mesmo ano.

De acordo com o Parecer nº 307/66, o currículo mínimo do curso de Administração seria constituído das seguintes matérias: Matemática, Estatística, Contabilidade, Teoria Econômica, Economia Brasileira, Psicologia Aplicada à Administração, Sociologia Aplicada à Administração, Instituições do Direito Público e Privado (incluindo Noções de Ética Administrativa), Legislação Social, Legislação Tributária, Teoria Geral da Administração, Administração Financeira e Orçamento, Administração de Pessoal, Administração de Material (CFA, 2011). Essa base mínima foi reestruturada conforme a Resolução nº 04 de 13 de julho de 2005 (BRASIL, 2005). Essa Resolução modificou o currículo do curso de Administração no âmbito das disciplinas de Ciências Humanas, tais como: Psicologia, Sociologia, Economia e as disciplinas específicas que tratam das questões teóricas do curso como a Teoria Geral da Administração (TGA) ou Teoria da Administração (TA).

A Resolução 04/05 proporcionou novo formato na Matriz Curricular (MC) do curso de Administração, de modo que essa nova abordagem, definida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso, inauguraram um

novo ciclo de abordagens para a formação do administrador, integralizando em formato de eixos, onde a MC passou a adotar as competências e habilidades, ao invés de currículo mínimo, como era trabalhado até 2003 (BRAGA, 2011).

Conforme o CNE e a Câmara de Ensino Superior (CNE/CES, 2005), são quatro os eixos trabalhados pelos administradores: a) Formação Básica, b) Estudos Quantitativos e suas Tecnologias, c) Formação Profissional e d) Formação Complementar. Essas propostas visam tornar o curso de Administração mais dinâmico e voltado para o atendimento das necessidades mercadológicas, com uma formação generalista, onde o profissional aprenda a desenvolver a capacidade crítico-reflexiva. Segundo Brasil (2005), a Resolução nº 04/05, estabeleceu as diretrizes para desenvolver habilidades e competências relacionadas com a atuação do administrador, destacando-se as seguintes:

- a) reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- b) desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
- c) refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- d) desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- e) ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- f) desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;
- g) desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações;
- h) desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.

Essas diretrizes proporcionaram mudanças e avanços para o currículo do Bacharelado em Administração, ocasionando novo perfil profissional. Segundo o CFA (2011), o atual profissional da área de Administração deve manter-se atualizado, ser dinâmico e ter visão

sistêmica³, além de tornar-se acessível às interações com as TIC, bem como com a educação corporativa. Essas características constituem o conjunto de habilidades e competências necessárias para o desempenho das atividades profissionais contemporâneas (MAXIMIANO, 2012).

O perfil da profissão de administrador, percebida como um profissional que atua com visão sistêmica da organização, consolidou-se desde 2006, quando o sistema CFA/CRA identificou, por meio de pesquisas junto a empresários que o administrador tem incorporado em sua atuação, uma identidade relacionada com habilidades, competências, conhecimentos específicos e atitudes pró-ativas, necessárias para formar, liderar e motivar equipes de trabalho, fundamentais para a articulação das diversas áreas da organização, cujas responsabilidades são inerentes e vitais para o processo de formação do perfil do administrador (MELO, JUNIOR, MATTAR, 2011). Essa nova configuração profissional ganhou notoriedade na área de Administração não somente no âmbito privado, mas também no público, cuja demanda foi ocasionada a partir da reforma do Estado brasileiro, iniciada nos anos de 1990.

3.3 Administração Pública no Brasil: Considerações legislativas

No âmbito da legislação, a formação em Administração Pública dispõe sobre o exercício da profissão de administrador, bem como estabelece outras providências. Porém, a atividade de administrador não se restringe somente aos diplomados em cursos superiores nas redes pública e/ou privada. Ressalta o artigo 1º parágrafo único da Lei n.º 4.769/65:

Art. 1º - Terão os mesmos direitos e prerrogativas dos Bacharéis em Administração, para o provimento dos cargos de Administrador do Serviço Público Federal, os que hajam sido diplomados no exterior, em cursos regulares de Administração, após a revalidação dos diplomas no Ministério da Educação, bem como os que, embora não diplomados ou diplomados em outros cursos de ensino superior e médio, contem cinco anos, ou mais, de atividades próprias ao campo profissional do Administrador.

A atuação como administrador, embora não haja nenhuma exigência para que o profissional possua somente a formação superior em Administração, pode ser exercida por profissionais com formação em outras áreas, desde que comprovado o exímio exercício profissional em decorrência de no mínimo cinco anos de atuação (CFA, 2011). Dentre as atividades de atuação, destacam-se as que estão contempladas no artigo 2º:

³ Termo que se refere à capacidade de observar a organização como um todo.

Art. 2º - A atividade profissional de Administrador será exercida, como profissão liberal ou não, mediante: a) pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens, laudos, assessoria em geral, chefia intermediária, direção superior; b) pesquisas, estudos, análise, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos da Administração, como administração e seleção de pessoal, organização e métodos, orçamentos, administração de material, administração financeira, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que esses se desdobrem ou aos quais sejam conexos.

Segundo a Lei n.º 4.769/65 a formação superior não é exigência *sine qua non* para o devido exercício profissional na área de Administração, em vista da profissão estar enquadrada na categoria de profissional liberal ou não, conforme explicitado no Art. 2º. Porém, há uma contradição, vendo sob a ótica reflexiva, visto que a formação do administrador demanda conhecimentos técnicos próprios e conhecimentos teóricos adquiridos em cursos de longa ou média duração. De sorte que é possível identificar no artigo 1º de forma clara, a observação da Lei 4.769/65 no tocante à formação ao explicitar que os diplomados na área específica, ou não diplomados na área, ou ainda os não diplomados em curso superior, podem exercer a atividade de administrador, desde que comprovada sua atuação em atividades correspondentes às de administrador nos campos específicos, tais como marketing, finanças, produção e recursos humanos, esclarecidas em conformidade com o artigo 2º.

Conforme Chiavenato (2010) e Maximiano (2012), essas áreas compõem as grandes áreas da Administração. Trata-se das áreas sobre as quais a estrutura administrativa deve ser erguida, visando à construção do planejamento, da organização, da direção e do controle por meio das ações do administrador. Nesse sentido, cabe outra reflexão acerca da formação do administrador. Trata-se da redação contida no artigo. 3º:

Art. 3º - O exercício da profissão de Administrador é privativo: a) dos Bacharéis em Administração Pública ou de Empresas, diplomados no Brasil, em cursos regulares de ensino superior, oficial, oficializado ou reconhecido, cujo currículo seja fixado pelo Conselho Federal de Educação, nos termos da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961; b) dos diplomados no exterior, em cursos regulares de Administração, após a revalidação do diploma no Ministério da Educação, bem como dos diplomados, até a fixação do referido currículo, por cursos de Bacharelado em Administração, devidamente reconhecidos.

No artigo 3º é possível perceber que o exercício profissional é privativo dos Bacharéis em Administração, seja no âmbito público ou particular, formado no Brasil ou no exterior, desde que possuam formação superior específica. Percebe-se que a regulamentação da Lei

4.769/65 no que tange ao exercício profissional, possui certas contradições, ao discorrer sobre a formação do administrador. No entanto, a formação em Administração no contexto brasileiro, ainda é recente comparada com outros países.

No caso brasileiro, o surgimento da Administração manteve uma estrutura acadêmica muito próxima da concepção norte-americana. E em virtude dessa influência, a formação em Administração inicialmente esteve bastante interligada aos processos tecnológicos das gestões praticadas nos Estados Unidos.

A partir da regulamentação da profissão de administrador, cuja legislação foi oficializada em 1965 pela Lei n.º 4.769⁴, a formação em Administração possibilitou a inserção dos profissionais dessa área no mercado de trabalho, porque segundo a legislação uma das exigências profissionais seria que a atuação deveria ser exclusiva dos portadores de diplomas em curso superior como Bacharéis em Administração (CFA, 2011).

Outra Lei que entrou em vigor com intuito de fortalecer o ensino e a profissão em Administração, foi a de n.º 5.540/68 que se refere à Reforma Universitária, na qual os artigos 18 e 23 afirmam, respectivamente, que as universidades e os estabelecimentos isolados poderão organizar outros cursos para atender às exigências de sua programação específica e fazer face à peculiaridade do mercado de trabalho e que os cursos profissionais poderão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e a duração, a fim de corresponder às profissões reguladas em Lei (CFA, 2011).

Esses artigos foram revogados pela Lei n.º 9.394/96⁵. Porém, os reflexos da Lei n.º 5.540/68 no âmbito do ensino superior repercutiu rapidamente na formação profissional em Administração, principalmente no contexto da abertura e criação de novos cursos em novas instituições de ensino, sendo a iniciativa privada contemplada com essa repercussão. Segundo o CFA (2011) esse fato ocasionou um crescimento vertiginoso na oferta de cursos em Administração Pública e de Empresas, principalmente no período de 1960 a 2010.

Somente em 2014 foi criada as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Administração Pública (DCNAP), instituída pela Resolução n.º 1 de 13 de janeiro de 2014. Em conformidade com essa Resolução, reza o art. 1º que o curso de Administração Pública é classificado como Bacharelado, cuja formação deve contemplar conteúdos multidisciplinares. Vejamos do que trata o artigo 1º:

⁴ Ver Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador e dá outras providências.

⁵ Para maiores esclarecimentos e aprofundamento do texto que trata das modalidades de educação no Brasil, bem como da estrutura do ensino superior, ver a redação disponível na Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil, bem como a redação da Lei n.º 12.796 de 4 de abril de 2013 que altera a Lei n.º 9.394/96.

Ficam instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, Bacharelado, que compreendem o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas.

A criação de Leis, revogação de outras e Resoluções específicas, dão suporte legislativo à expansão da oferta de cursos superiores na área de Administração Pública e Privada no Brasil contemporâneo. Em função das reformas ocorridas no Estado a partir da década de 1990, a oferta de cursos em Administração Pública tem crescido e se tornado um importante elo para a construção da nova estrutura administrativa no Brasil, suprimindo de uma vez por todas o modelo burocrático patrimonialista, e consolidando a gestão pública gerencial (OLIVEIRA, 2012).

Uma das vertentes dessa expansão foi a criação do Decreto nº 5.622/05 instituído com a finalidade de regulamentar o artigo 80 da LDB/96, cuja regulamentação atribui a Ead como modalidade de ensino, inserida a partir de 2006, quando ocorreu a criação da UAB por meio do Decreto 5.800/06 (FERRUGINI, 2014). Desse modo, o ensino superior público tornou-se competitivo com a iniciativa privada e assumiu um caráter social dentro dos programas de expansão e financiamento do ensino superior no país através do Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado pela Medida Provisória (MP) nº 213/04 e institucionalizada pela Lei nº 11.096/05 no primeiro mandato do governo Lula (2003/2006), afirma Ferrugini (2014). Conforme Brasil (2009) sobre o SisUAB discorre no artigo 3º o seguinte texto:

Art. 3º O Sistema UAB cumprirá suas finalidades e objetivos socioeducacionais em regime de colaboração da União com entes federativos, obedecendo às seguintes diretrizes:

- I - oferecer, prioritariamente, cursos de nível superior de formação inicial e continuada para professores da educação básica;
- II - oferecer cursos de nível superior para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos de nível superior nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Nesse sentido, o governo federal atribuiu às IES públicas, juntamente com outros órgãos, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a

responsabilidade pela organização de projetos para viabilizar a expansão do ensino superior público, estando dentre esses projetos, a criação da UAB. Esse projeto viabilizou a qualificação de professores da educação básica e de servidores públicos federais e dentre as instituições inicialmente envolvidas com a criação da UAB no Nordeste, destaca-se a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), pelo fato de ser uma instituição já envolvida com a organização de cursos na modalidade Ead (MERCADO, 2007).

A abordagem referenciada nesse capítulo discorre sobre a criação do curso de Administração Pública no Brasil, enfatizando as principais Instituições de Ensino Superior envolvidas na criação e oferta dos cursos de Administração Pública e de Empresas, considerando o cenário desenvolvimentista da economia brasileira nos anos de 1940 a 1960, período inicial do crescimento da demanda e oferta do curso de Administração. Dá ênfase à legislação desse curso no Brasil e enfoca a formação em Administração Pública, sua inserção no contexto político a partir da década de 1990 quando ocorre a reforma do Estado brasileiro e a institucionalização da administração gerencial e apresenta breves considerações acerca da criação da UAB como projeto para viabilizar o acesso à educação superior pública no Brasil.

4 PERCURSO DA UFAL E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Traçado a trajetória da educação superior no tocante ao curso de Administração Pública, sua inserção, evolução e desenvolvimento para suprir as demandas geradas pelo crescimento econômico brasileiro nos anos iniciais das décadas de 1940 a 1960, assim como a importância dessa formação para o Estado brasileiro, tem-se agora a oportunidade de apresentar nessa pesquisa, com base nas transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas nos últimos anos do século XX e as que se iniciam nesse século atual (século XXI); a modalidade Ead no ensino superior brasileiro, principalmente a partir da década de 1990, quando ocorre a reforma da LDB/96, cujo texto contempla essa modalidade para o ensino superior público e privado.

A criação da UFAL perpassa obrigatoriamente pelas Faculdades de Direito, Medicina, Economia, Filosofia, Engenharia e Odontologia. Segundo dados do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) dessa instituição, organizado no ano de 2006, essas faculdades antecederam à UFAL. Relato do PDI (2006) refere-se à criação da UFAL da seguinte forma:

A Universidade Federal de Alagoas maior instituição pública de ensino superior do Estado foi criada em 25 de janeiro de 1961, por ato do então presidente Juscelino Kubitschek, visando atender as reivindicações do movimento estudantil, de parlamentares, de professores e de toda comunidade alagoana. Naquele momento era imperativo que todos se reunissem em torno da grande causa, uma vez que uma Universidade Federal em Alagoas, representaria a possibilidade da realização de pesquisas e a formação de profissionais voltados para a realidade local (PDI, 2006, p. 8).

No início, não havia um Campus Universitário para acomodar os cursos da UFAL, uma vez que os cursos já existentes e suas respectivas faculdades eram descentralizados e alguns sequer possuíam acomodações adequadas, discorre o PDI (2006). A ideia de construção da UFAL começa a se tornar realidade em 1966 quando são erguidos os primeiros prédios, durante o reitorado do Professor A. C. Simões. De maneira que o surgimento dessa Instituição vai sendo gradativamente construído, dando lugar à Cidade Universitária. Após a consolidação do Campus Universitário, no ano de 1970, o conselho universitário outorga a honra de denominar a Cidade Universitária da UFAL de Campus A. C. Simões (PDI, 2006).

Após a construção do Campus, entre 1971 e 1975 foram criadas as Pró-Reitorias de Assuntos Acadêmicos, de Assuntos Comunitários e de Assuntos de Planejamento, além de outros Órgãos como o de assessoria, de segurança e informação, por exemplo, e o curso de

Administração, cuja fundação foi em 6 de maio de 1971⁶. Nessa época ocorreu a reforma universitária, uma reivindicação iniciada no reitorado do Professor A. C. Simões, daí foram extintos os Institutos e Faculdades e instalados os Centros. Segundo o PDI (2006) entre 1974 a 1975 foram criados novos cursos, tais como: Agronomia, Arquitetura, Enfermagem, Tecnólogo Mecânico, Química, Biologia, Educação Física, Licenciatura curta em Pedagogia, Tecnólogo em Bovinocultura e Saneamento Ambiental, nesse período ocorreu o reconhecimento do curso de Administração pelo MEC através do Decreto nº 7.857 de 11 de junho de 1975.

Nos anos iniciais da década de 1980 a UFAL continuou crescendo, tendo o curso de Física se destacado na produção científica. Nessa década a pesquisa e a extensão se consolidaram, provenientes da modernização acadêmica. Relata o PDI (2006) que nos anos de 1988 a 2003, a UFAL foi dirigida por 4 Reitores, cuja administração proporcionou o crescimento da Instituição em termos de infraestrutura e produção científica.

4.1 Ensino, Pesquisa e Extensão na UFAL

A UFAL tem papel importante no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, desempenhado por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. O compromisso social da UFAL tem oportunizado a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, além de expandir a oferta de vagas e de novos cursos na graduação e ampliar a produção científica, visando satisfazer as necessidades e aspirações da sociedade alagoana, possibilitando uma formação humanista, crítica e reflexiva (PDI, 2006).

Com intuito de oferecer um ensino de qualidade para a graduação, a UFAL propõe aprimorar o processo de ensino, segundo o PDI (2006), possibilitando expansão da oferta de vagas; aperfeiçoamento do sistema de ingresso; aprimoramento e ampliação do processo de ensino Ead; dentre outros mecanismos de apoio e incentivo ao ensino, à pesquisa e à extensão, tais como: a integração da universidade com a sociedade por meio da política de extensão, do fortalecimento e ampliação de projetos voltados para as demandas sociais.

Visto que a Ead se tornou uma modalidade de ensino constituída com a finalidade inicial de levar educação superior às pessoas que residem em lugares distantes dos grandes centros urbanos, e posteriormente usada para qualificação de professores da educação básica, bem como para qualificar os recursos humanos dos serviços públicos estatais no Brasil, sua consolidação se deu a partir de 2006, afirma Mercado (2007). No âmbito das IES, a UFAL foi contemplada com a UAB para ofertar educação superior pública. A experiência acadêmica na

⁶ Resolução CONSUNI/UFAL n. 05 de 06/05/1971 (PPP, 2006).

formação e capacitação profissional com uso das TIC, fez da UFAL uma das instituições conceituadas no Nordeste brasileiro para organização e oferta de cursos Ead (MERCADO, 2007).

4.2 Modalidade Ead via UAB /UFAL

No âmbito da UFAL, Mercado (2007) relata que a modalidade Ead foi inicialmente organizada no ano de 1998 no Centro de Educação (CEDU) em parceria com o Programa de Assessoria Técnica aos Municípios Alagoanos (PROMUAL). Essa parceria desenvolveu ações conjuntas direcionadas para os municípios do Estado de Alagoas, com o objetivo de ofertar formação superior para professores da rede pública que não possuíam graduação. Para esse autor a proposta da Ead foi estimulada por professoras que já possuíam experiência na Ead por meio da Universidade de Brasília (UNB) e da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), que oferecia o curso de Pedagogia nessa modalidade. Segundo a abordagem de Mercado (2007) essa vivência acadêmica oportunizou o envolvimento de professores do CEDU na proposta de criação de cursos nessa modalidade educacional. Esses acontecimentos influenciaram a criação da Ead na UFAL, reconhecida pelo Estatuto da Instituição, alterado pela Portaria nº 4.067, de 29 de dezembro de 2003, cujo texto é referenciado no artigo 29, inciso II.

Com o apoio de órgãos administrativos da UFAL, como a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), que é o órgão central do sistema acadêmico, cujas finalidades são planejamento, coordenação e acompanhamento das políticas de ensino de graduação, buscando avaliar a elaboração dos Projetos Pedagógicos dos cursos em 2006, bem como as atividades de estágio curricular e monitoria, foi possível fortalecer as ações voltadas para a ideia de criação de cursos a distância.

Inicialmente, a PROGRAD viabilizou um curso de capacitação para professores que já atuavam no Núcleo de Educação a Distância (NEAD), extensivo àqueles professores que se interessaram pela Ead. Essa ideia foi fortalecida no NEAD em virtude da experiência e competência desse órgão no contexto teórico-metodológico. De modo que, para a Ead, foi possível a preparação de pessoal interno e externo da UFAL, estando dentre eles os professores da rede municipal de ensino (MERCADO, 2007).

Mercado et al (2012) relata que no ano de 2002 a UFAL foi credenciada na modalidade Ead pela Portaria nº 2.631 de 19 de setembro de 2002. Dois anos após o credenciamento, a UFAL foi autorizada por meio da Portaria nº 4.059 em 10 de dezembro de

2004 a destinar um percentual da sua organização pedagógica e do currículo para o ensino Ead. A partir do credenciamento e da autorização, foi instituída inovações no âmbito das disciplinas de ofertas presenciais, de maneira que foi permitida que as atividades de sala de aula fossem complementadas no ambiente virtual, sob a supervisão de professores. Com base nessa experimentação foi possível desenvolver ações pedagógicas que pudessem conciliar as ações desenvolvidas em sala de aula presencial com as virtuais.

Segundo Mercado et al (2012), com a institucionalização da modalidade Ead na UFAL, apoiada pela PROGRAD e o NEAD, essa modalidade permaneceu vinculada ao CEDU até o ano de 2005. A partir dessa data, surgem demandas de outras Licenciaturas como a Física e a Matemática, que juntamente com a Pedagogia, passam a compor o leque de ofertas de cursos Ead. Em 2006 a UFAL aderiu ao Sistema UAB (SisUAB), sistema de integração de IES públicas, para oferta de ensino Ead, conforme Decreto nº 5.800 de 08 de junho de 2006, “visando a expansão e interiorização de cursos e programas de educação superior no país” (MERCADO et al, 2012, p. 3).

O ano de 2006 marca a passagem do vínculo da Ead com o CEDU e o NEAD para o Programa UAB. Isso oportunizou a inserção de outras unidades acadêmicas e áreas distintas no conjunto de cursos ofertados para a educação na modalidade a distância. Nessa época surgiram os polos de apoio presenciais para os cursos de Licenciaturas e Bacharelados no âmbito da UFAL. Mercado (2007) relata que nesse momento de transição, aperfeiçoamento e melhorias na gestão da Ead, as TIC são incorporadas no contexto do ensino a distância, com a finalidade de introduzir novas tecnologias ao processo de ensino e aprendizagem, principalmente para os professores envolvidos no projeto, visando à formação de professores para atuarem nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Dessa forma, as ações pedagógicas passam a envolver um grupo de professores e tutores sob uma formação interdisciplinar, necessária para o andamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Vinculada ao Programa UAB, a UFAL passa a ofertar cursos Ead, estando dentre eles o Bacharelado em Administração, que foi ofertado no ano de 2006. Esse curso tornou-se o curso-piloto da proposta da Ead via UAB/UFAL. O curso-piloto foi viabilizado através da parceria entre a UAB, a SEED/MEC e o Banco do Brasil, e foi ofertado inicialmente por IES federais e estaduais distribuídas por sete Estados, a saber: Maranhão, Distrito Federal, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pará e Ceará. Sendo a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) referência na organização desse curso (UNIVERSIA, 2005).

Andrade (2010) relata que a operacionalização do curso-piloto foi feita entre a UAB e o Banco do Brasil, de modo que a UAB fez a seleção e acompanhou o sistema, enquanto o

Banco do Brasil financiou o projeto, ao mesmo tempo em que se tornou usuário do curso. Segundo a autora, as vagas foram preenchidas após um processo seletivo, cujo resultado foi divulgado em maio de 2006 e a aula inaugural em junho desse ano. Segundo relatos de Andrade (2010) a UFSC e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foram as instituições responsáveis pela elaboração dos materiais didáticos que seriam utilizados de forma universal por todas as instituições envolvidas no projeto-piloto, além de estabelecerem a organização do projeto pedagógico do curso em conjunto com as IES participantes.

Segundo dados coletados via entrevista online com a Professora Maria Aparecida da Silva⁷ para a criação do curso de Administração Ead na UFAL, os primeiros contatos foram feitos pela SEED/MEC, existente na época, diretamente com a PROGRAD e essa com a FEAC/UFAL, de modo que na oportunidade, os contatos eram feitos pela Reitoria, Prograd e a direção da Feac, diretamente com a SEED. Como o curso-piloto foi resultado de um processo de articulação entre as IES, Andrade (2010) discorre que foi instaurado um Fórum de Coordenadores para discutir as diretrizes do curso, propor debates e discussões, acompanhar e avaliar o Projeto-Piloto, além de estabelecer contatos com as comissões de gestão do curso.

A finalidade do Fórum de Coordenadores foi aprimorar o curso e promover seu desenvolvimento de forma coletiva. Nessa concepção, o Fórum oportunizou a gestão do curso com base em cinco comissões: pedagógica; editorial; processo e seleção; acompanhamento e avaliação; convênios. A execução das ações do curso e as interações entre as IES envolvidas, sob a coordenação do Fórum, se deu por meio da plataforma e-Proinfo, posteriormente substituída pela plataforma Moodle sob a responsabilidade da UAB, através da qual eram feitos os contatos entre os membros do Fórum de Coordenadores para discussões, principalmente sob o foco da estrutura, do diálogo e da autonomia (ANDRADE, 2010).

Na reunião anual dos Fóruns de Coordenadores UAB realizada pela DED/CAPES em 2010 foi oficializado o Fórum Nacional de Coordenadores Adjuntos do Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB, criado pela CAPES, pela Portaria n.º 7.924 em 14 de abril de 2010. Nessa ocasião também foi estabelecido que o Fórum de Coordenadores UAB deve ser composto por representantes dos três segmentos institucionais públicos: Universidades Federais, Universidades Estaduais e Institutos Federais. Em Reunião Extraordinária do Fórum de Coordenadores UAB de 06 de junho de 2012, ficou estabelecido que a presidência será

⁷ Profª Drª em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), membro da equipe inicial de Professores que fizeram as adaptações do projeto Ead para a UFAL, juntamente com os Professores Anderson de Barros Dantas, Cláudia Milito e Luciana Santa Rita, todos lotados na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC) na UFAL.

sempre composta por representantes dos três segmentos pertencentes ao âmbito do Sistema UAB, segundo a Portaria nº 17.025 de 05 de dezembro de 2012, que rege a configuração do Fórum (UAB, 2010).

4.3 Administração Pública Ead na UFAL

No âmbito da UFAL, o curso de Bacharelado em Administração Pública integra o conjunto de cursos oferecidos pelo SisUAB, permanente e gratuito tendo como apoio os polos de encontro presencial. Segundo dados da Secretaria do curso de Administração Pública Ead na UFAL, o curso corresponde à chamada do Edital do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) cujo resultado foi divulgado no Diário Oficial da União (DOU) em 17 de julho de 2009, com início do curso previsto para o segundo semestre desse mesmo ano. Segundo Lobo (2013) o PNAP foi organizado de forma coletiva e colaborativa, e contou com o envolvimento das IES públicas integrantes do SisUAB, com a experiência dos coordenadores do curso de Administração-Piloto, com a participação do Conselho Federal de Administração, com profissionais da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e com o Ministério da Saúde por meio de especialistas da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

O objetivo geral do PNAP é formar profissionais com amplo conhecimento em Administração Pública, capacitados para atuar nas esferas federal, estadual e municipal. Visa uma formação ética, com habilidades e competências necessárias para administrar empresas públicas e privadas, ou seja, governamentais e não governamentais. Especificamente, o PNAP pretende: capacitar quadros de gestores para atuar na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos; contribuir para a melhoria das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro; formar quadros de gestores públicos que desenvolvam visão estratégica dos negócios públicos a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade do governo e de suas unidades administrativas (LOBO, 2013).

O intuito do PNAP é proporcionar a formação de administradores capazes de desenvolver as ações administrativas e as políticas governamentais, de forma global e participativa no âmbito regional e nacional, colaborando com o desenvolvimento e a modernização do país. Contudo, o PNAP não propõe a criação de novas instituições para execução do programa, visto que a UAB é o meio de acesso a esse programa de fortalecimento da capacitação e qualificação de recursos humanos para a gestão pública. No entanto, a UAB não oferece cursos, não abre Processo Seletivo para que as pessoas se

inscrevam e sejam selecionadas. O curso é da instituição que participa do SisUAB. Ela é responsável pela seleção, matrícula, acompanhamento pedagógico, avaliação, estrutura de apoio, expedição de diploma, etc., como acontece nos cursos presenciais (LOBO, 2013). Na concepção desse autor:

Departamentos, Institutos ou Faculdades devem ter clareza que o curso oferecido no âmbito da UAB não é de responsabilidade da UAB ou da equipe que coordena sua implementação. A Instituição deve assumir para si e oferecer todas as condições que garantam a qualidade do curso, disponibilizando recursos humanos e financeiros (LOBO, 2013, p. 5).

A Ead na UFAL está vinculada às IES públicas cadastradas pelo MEC/CAPES para atuarem na oferta, organização e gestão dos cursos Ead. O curso de Bacharelado em Administração Pública UAB/UFAL corresponde às diretrizes pedagógicas e políticas contempladas pelo Projeto Político Pedagógico (2008). As instituições cadastradas na UAB gozam de autonomia para estabelecer a Matriz Curricular em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo PPP do Curso.

O Curso Bacharelado em Administração Pública vem ao encontro das necessidades das organizações públicas contemporâneas, que buscam gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos da Nação (PPP, 2008, p. 6).

O curso de Administração Pública via UAB/UFAL, de acordo com o PPP (2008) visa formar gestores públicos para atender a demanda por essa formação no Estado de Alagoas. A Instituição leva esse curso a vários municípios alagoanos, com a finalidade de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, correspondendo aos objetivos e à missão estabelecidos pelo PPP (2008), além de colaborar com o desenvolvimento da sociedade brasileira. No âmbito da UFAL, discorre o PPP (2008) que:

A concepção do Curso de Bacharelado em Administração Pública está voltada para a formação de egressos capazes de atuarem de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos e desenvolvimento das organizações governamentais e não governamentais, de forma a possibilitá-las atender às necessidades e ao desenvolvimento da sociedade alagoana (p. 15).

Nessa mesma perspectiva, o curso de Administração na modalidade presencial na UFAL visa uma formação humanista, porém sob uma base empreendedora, conforme pode

ser observado no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do ano de 2006. Nesse sentido, o egresso do curso de Administração na modalidade presencial da UFAL deverá desenvolver a capacidade de identificar problemas e propor soluções; desenvolver novas soluções em gestão, processos e produtos; assumir riscos; desenvolver novos negócios. Conforme o PPC (2006) esse é o perfil que se espera do profissional com essa formação na modalidade presencial, de modo que possa atuar de maneira efetiva, lógica e flexível dentro das organizações e na sociedade, com uma postura racional e empreendedora (PPC, 2006).

Ao final do curso espera-se que o aluno contenha um conjunto de conhecimentos: a) TÉCNICOS – essenciais para as habilidades decisórias e de planejamento do administrador; b) SOCIAIS – voltados ao lado humano, intelectual e aos valores que norteiam o ambiente micro e macro-organizacional; c) CIENTÍFICOS – já que a base teórica tenderia a explorar o raciocínio crítico dos alunos (PPC, 2006, p. 10).

Ambas as modalidades têm em comum, a formação humanista. Embora a formação em Administração Pública Ead proponha uma atuação eficiente no contexto da gestão pública, à luz da ética, direcionando as ações do administrador público para o alcance de objetivos governamentais e não governamentais, o profissional formado nessa modalidade recebe uma formação generalista para atuar tanto na iniciativa pública quanto na iniciativa privada; enquanto a formação presencial visa o desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas com a resolução de problemas oriundos das relações empresariais nos ambientes macro e microeconômicos, além de propor soluções para a gestão no contexto dos processos produtivos que envolvem riscos, direcionando as ações para o desenvolvimento dos negócios da empresa, principalmente quanto à obtenção de lucros.

As ações que essas modalidades propõem não se restringem somente ao aspecto gerencial, ou ao desenvolvimento de habilidades e competências, mas empreendedor também, visto que o PPP (2008) e o PPC (2006) contemplam, de forma clara que o profissional da área de Administração Pública ou Privada, presencial ou Ead, deve receber formação que vise à construção de um perfil profissional empreendedor.

Em Alagoas, o curso de Administração Pública Ead da UFAL é ofertado por meio dos polos de apoio presenciais, localizados nos Campus da UFAL e em quatro municípios. A Secretaria do curso de Administração Pública e o polo principal estão localizados na FEAC no Campus A. C. Simões da UFAL, município de Maceió/AL. Os outros polos são organizados e administrados nos demais Campus da UFAL. A distribuição dos polos e vagas estão representadas no quadro a seguir:

Quadro 2 – Polos de Apoio Presencial para Ead em Alagoas.

MUNICÍPIO POLO	NÚMERO DE VAGAS
Maceió	100
Arapiraca	50
Penedo	50
Piranhas	50
TOTAL	250

Fonte: Adaptado do PPP do Curso de Bacharelado em Administração Pública Ead, 2008.

Segundo o Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Ensino Superior (CNE/CES), a Resolução nº 1 de 13 de janeiro de 2014, responsável pela instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Administração Pública (DCNAP), Bacharelado, discorre em seu artigo 1º sobre a formação, o campo de atuação profissional e o perfil do administrador público. Vejamos o texto do artigo, segundo o CNE/CES (2014 p. 1):

Art. 1º - Ficam instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, Bacharelado, que compreendem o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas.

No artigo 3º da DCNAP, a formação deve ter uma base humanista que oportunize a reflexão crítica, de modo que o profissional deva atuar com uma visão política. No âmbito profissional e político, tanto no contexto técnico quanto humanístico, essa proposta visa qualificar os profissionais para assumirem as responsabilidades como agentes transformadores das mudanças necessárias para o Estado brasileiro. O papel do administrador público, no contexto da gestão, é proporcionar eficácia e eficiência à condução das políticas públicas, cujo texto do artigo 3º relata da seguinte forma:

Art. 3º - O curso de graduação em Administração Pública deverá propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores ou gestores públicos na administração pública estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas (CNE/CES, 2014, p. 1).

De acordo com as diretrizes, homologadas em 2014, a Matriz Curricular (MC) deve conter uma carga horária que contemple teoria e prática, onde o aluno possa desenvolver habilidades e competências necessárias para o desempenho adequado da profissão e atuar de forma específica na área de formação. Na UAB/UFAL, o curso de Administração Pública deve ser concluído em no mínimo 8 e no máximo 14 semestres letivos, dentro de uma carga horária de 3.000 horas, cuja MC corresponde ao seguinte formato: Disciplinas Obrigatórias,

Eletivas, Optativas, Seminários Temáticos, Estágios e TCC. Conforme a integralização do curso, que é em no mínimo 4 anos e mais o Estágio Supervisionado de seis meses, perfazendo um total de 3.000 h/aulas.

Para o apoio pedagógico e administrativo do curso, segundo o PPP (2008) foi estabelecida a seguinte estrutura:

- Estudante matriculado no curso;
- Professores autores, responsáveis pela produção do material didático (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem);
- Professores formadores, responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- Professores pesquisadores, ligados ao programa de pós-graduação da FEAC;
- Tutores (presenciais e a distância), com formação em Administração, ou em áreas afins, atuando no Polo de Apoio Presencial, ou na Instituição, com a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes durante a formação;
- Equipe de apoio tecnológico e de logística, com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático.

De acordo com o PPP (2008) o curso de Administração Pública na UAB/UFAL corresponde à política de expansão, democratização e interiorização do ensino superior público, visando à formação de gestores públicos, cuja proposta é ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira. Sua execução pautou-se nos dispositivos legais e regimentares institucionais, tais como: Lei nº 9.394/96 (LDB); Resolução CNE/CES nº 4 de 13 de julho de 2005; Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

4.4 PPP do Curso de Administração Pública Ead na UFAL

Segundo o PPP (2008) a metodologia utilizada reflete a autonomia do aluno, e nesse íterim a proposta metodológica adota as diretrizes que visam estabelecer as ações pedagógicas que estejam relacionadas com a concepção, criação e produção de conhecimentos, que contemplem e integrem os diversos saberes que envolvem as relações sociais da atual sociedade; que os conteúdos estabeleçam os conhecimentos técnicos e possibilitem as práticas e a atuação profissional deles decorrentes; que possam subsidiar o aluno a desenvolver as aptidões sociais relacionadas com a ética e com o convívio social de

forma responsável. Além disso, as diretrizes devem possibilitar que os recursos humanos dominem os instrumentos de comunicação e informação, assim como as tecnologias envolvidas, de forma autônoma e reflexiva (PPP, 2008).

A adoção de temas interdisciplinares e transversais compõem as diretrizes dos conteúdos e as atividades que avaliam o aprendizado pautam-se na concepção das experiências e da visão do mundo, de maneira que seja valorizada a consciência sobre os problemas e dificuldades, bem como oportuniza um conhecimento que possibilita a resolução dos problemas. As diretrizes do curso de Administração Pública oportunizam uma formação que privilegia as competências profissionais e as habilidades técnico-científicas contemporâneas, aplicadas à gestão pública, bem como as habilidades interpessoais e políticas necessárias para o perfil do gestor público atual. Segundo o PPP (2008), a formação e o perfil do administrador público devem ser fundamentadas em duas dimensões norteadoras, a saber:

- 1) Dimensão Epistemológica – refere-se às escolhas e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas relacionadas às ciências que integram o currículo da Administração Pública;
- 2) Dimensão profissionalizante – interligada à dimensão anterior, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador público e a construção de competências para atuação em todas as suas relações sociopolíticas, culturais e nas perspectivas da moral e da ética.

[...] o curso contempla sólida formação nas teorias administrativas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além de formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador moderno, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo (PPP, 2008, p. 17).

A metodologia do curso dinamiza o currículo para que o aluno seja capaz de refletir sobre o passado, e o transforme em experiências de vida, incorporando-os ao processo de formação acadêmica, da experiência profissional ou das práticas vividas, que dizem respeito ao desenvolvimento teórico das disciplinas e seu direcionamento para a construção da prática, por meio das reflexões. Essa metodologia implica na autonomia do aluno para buscar o conhecimento relativo à área de formação, bem como desenvolver habilidade dialógica⁸.

⁸ Diz respeito à comunicação por meio dos recursos da administração pública, manifesto na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º.

Conforme o PPP (2008) o curso de Administração Pública propõe que os profissionais dessa área devem atuar como gestores em áreas específicas. Para isso, são ofertadas três Linhas de Formação Específica (LFE), “ampliando competências e agregando ao egresso, habilidades para o exercício da gestão pública na área por ele escolhida” (PPP, 2008 p. 17). Nesse caso, fica a critério de cada IES pública a organização e a oferta das LFE.

Considerando que essas linhas visam à educação continuada entre a graduação e a pós-graduação, segundo o PPP (2008) são indicadas as seguintes linhas:

- Linha de formação em Gestão Pública da Saúde;
- Linha de formação em Gestão Municipal;
- Linha de formação em Gestão Governamental.

Discorre o PPP (2008) que o curso de Administração Pública Ead da UFAL visa à interação, a autonomia, o trabalho cooperativo, a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade, a investigação, a relação teórico-prática, a flexibilidade e dialogicidade. Além de valorizar a formação reflexiva e a integração de novas tecnologias aos processos operacionais que dizem respeito ao fazer do administrador. Visa preparar o profissional para assumir as responsabilidades técnico-administrativas no cenário da gestão pública atuando de forma integrada nos processos operacionais e decisórios das organizações, considerando os princípios éticos, sob a concepção humanista e cidadã. Os conteúdos são estudados de forma integrada com todas as disciplinas, amparados pelas questões que envolvem os aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade, possibilitando aos atores do curso a construção holística de determinado tema (PPP, 2008).

As atividades acadêmicas articuladas ao ensino envolvem e estimulam os alunos para a pesquisa e a extensão. Essas atividades são desenvolvidas através dos Seminários Temáticos (ST) e articuladas com os conteúdos estudados, visando o Estágio Supervisionado (ES). Por fim, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como etapa fundamental para a formação profissional. Sua elaboração deve ser com base nos ST distribuídos nos Módulos V, VI, VII e VIII, contemplados na MC, com foco nos conteúdos de gestão pública estudados no curso e aplicados à área da LFE escolhida pelo acadêmico (PPP, 2008).

Como o curso objetiva a formação de um profissional capaz de atuar no âmbito federal, estadual e municipal, de forma competente, dinâmico e ético, no contexto democrático das organizações, utilizando tecnologias inovadoras assim como atendendo aos

campos interligados de formação, conforme especificado nas DCNAP (2014), o currículo é sustentado em conteúdos, conforme distribuição a seguir:

Quadro 3 – Conteúdos de Formação Básica

Conteúdos	Disciplinas
Antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas.	Introdução à Economia; Sociologia Organizacional; Economia Brasileira; Psicologia Organizacional; Filosofia e Ética; Contabilidade Geral; Macroeconomia; Contabilidade Pública; Instituições do Direito Público e Privado; Legislação Tributária e Comercial; Direito Administrativo; Negociação e Arbitragem; Auditoria e Controladoria; Políticas Públicas e Sociedade.

Fonte: Adaptado do PPP, 2008.

Quadro 4 – Conteúdos de Formação Profissional

Conteúdos	Disciplinas
Teoria das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços.	Teorias da Administração I e II; Organização, Processos e Tomada de Decisão; Elaboração e Gestão de Projetos; Orçamento Público; Administração Estratégica; Teorias da Administração Pública; Teoria das Finanças Públicas; Planejamento e Programação na Administração Pública; Gestão de Pessoas no Setor Público; Gestão de Operações e Logística I e II; Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público; Tecnologia e Inovação; Gestão da Regulação; Relações Internacionais; e Gestão Ambiental e Sustentabilidade.

Fonte: Adaptado do PPP, 2008.

Quadro 5 – Conteúdos Quantitativos e suas Tecnologias

Conteúdos	Disciplinas
Pesquisa operacional, matemática, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração.	Matemática para Administradores; Estatística Aplicada à Administração; Matemática Financeira e Análise de Investimentos, além de conteúdos transversais apresentados em outras disciplinas.

Fonte: Adaptado do PPP, 2008.

Quadro 6 – Conteúdos de Formação Complementar

Conteúdos	Disciplinas
De caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando, contemplados nos seminários temáticos e nas atividades complementares.	Informática para Administradores; Redação Oficial; Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Seminário Integrador, Seminário Temático I, II e III; Seminário Temático I, II, III e IV das Linhas de Formação I, II e III.

Fonte: Adaptado do PPP, 2008.

Segundo o PPP (2008) há ainda as disciplinas Eletivas que integram um dos Conteúdos de Formação descrito anteriormente, de acordo com as respectivas ementas. A organização e distribuição das disciplinas dentro dos Conteúdos se inter-relacionam, de modo que na formação básica, os assuntos propõem um conhecimento mais humanístico, onde o aluno pode estudar os conteúdos e desenvolver suas pesquisas de forma autônoma. Enquanto que na formação profissional o aluno obtém conhecimentos relacionados com os aspectos específicos do curso. Nos conteúdos quantitativos e tecnológicos, os estudos versam sobre a utilização da matemática e da estatística através das tecnologias para elaboração de estratégias aplicadas aos procedimentos administrativos. Na formação complementar os estudos referem-se à interdisciplinaridade e transversalidade dos conteúdos de acordo com o perfil profissional traçado pelo PPP (2008) e pelas DCNAP (2014).

4.5 Currículo e Formação do Administrador Público Ead

Segundo a Coordenadoria Institucional de Educação a Distância (CIED) o curso de Administração Pública via UAB/UFAL opera suas atividades em Maceió, Arapiraca, Penedo e Piranhas. Para a CIED (2015), o currículo do curso de Administração Pública UAB/UFAL contempla uma formação teórica bastante sólida e voltada para o foco público, além de enfatizar o desenvolvimento das competências necessárias que o profissional com essa formação precisa ter para desempenhar, com profissionalismo, as atividades inerentes ao gestor público.

O processo de ensino e aprendizagem utiliza alguns recursos tecnológicos para interlocução, tais como o AVA, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros. Além disso, disponibiliza a comunicação via e-mail e telefone, bem como as vídeo-aulas que são entregues em CD. Os vídeos são disponibilizados

individualmente, para que os alunos possam conhecer os conteúdos da disciplina. O objetivo dos vídeos é orientar a compreensão dos assuntos a serem estudados, bem como as atividades a serem desenvolvidas nos módulos (CIED, 2015).

As atividades são propostas semanalmente pelo professor, através do AVA: fóruns, pesquisas, questionários, jogos, reportagens, textos, artigos, exercícios, vídeos, fotos etc., e o currículo é organizado em módulos. Esses módulos são compostos pelas disciplinas do curso e correspondem a um semestre letivo. No final de cada módulo há o Seminário, no primeiro módulo ocorre o Seminário Integrador, onde o aluno pode desenvolver seus conhecimentos de forma participativa e transversal (PPP, 2008). A figura a seguir demonstra a MC:

Figura 1 – Matriz Curricular do Curso de Administração Pública Ead na UFAL

1º MÓDULO 330 h/a	2º MÓDULO 330 h/a	3º MÓDULO 330 h/a	4º MÓDULO 330 h/a	5º MÓDULO 330 h/a	6º MÓDULO 300 h/a	7º MÓDULO 300 h/a	8º MÓDULO 270 h/a
Filosofia, Ética	Ciência Política	Teorias da Adm Pública	Teorias das Finanças Públicas	Planejamento e Programação na Adm Pública	Orçamento Público	Auditoria e Controladoria	Políticas Públicas e Sociedade
Teorias da Administração I	Teorias da Administração II	Sociologia Organizacional	Organização, Processos e Tomada Decisão	Gestão de Pessoas no Setor Público	Administração Estratégica	Negociação e Arbitragem	Gestão Ambiental e Sustentabilidade
Introdução à Economia	Macroeconomia	Economia Brasileira	SIC para o Setor Público	Gestão de Operações e Logística I	Gestão de Operações e Logística II	Tecnologia e Inovação	Relações Internacionais
Psicologia Organizacional	Contabilidade Geral	Contabilidade Pública	Estatística Aplicada à Administração	Matemática Financeira e Análise de Investimento	Elaboração e Gestão de Projeto	Eletiva da UFAL II	Eletiva da UFAL III
Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	Matemática para Administradores	Instituições de Direito Público e Privado	Direito Administrativo	Legislação Tributária e Comercial	Eletiva da UFAL I	Gestão da Regulação	
Seminário Integrador	Seminário Temático I	Seminário Temático II	Seminário Temático III	Seminário Temático I na LFE I	Seminário Temático II na LFE I	Seminário Temático III na LFE I	Seminário Temático IV na LFE I
	Informática para Administradores ou Redação Oficial			Seminário Temático I na LFE II	Seminário Temático II na LFE II	Seminário Temático III na LFE II	Seminário Temático IV na LFE II
				Seminário Temático I na LFE II	Seminário Temático II na LFE II	Seminário Temático III na LFE II	Seminário Temático IV na LFE II
				Estágio Curricular Supervisionado I	Estágio Curricular Supervisionado II	Estágio Curricular Supervisionado III	Estágio Curricular Supervisionado IV

Fonte: www.ufal.edu.br/cied/cursos/administracao-publica, 2015.

- Notas: ■ Integram o aluno no curso Ead e oportunizam a aplicação dos conteúdos estudados;
 Contemplam vivências e práticas de acordo com a LFE escolhida pelo aluno;
 Proporcionam o desenvolvimento de pesquisa e a integração com a LFE escolhida;
 Proporcionam a criação de projetos específicos com a LFE escolhida a partir do ST.

Para Oliveira (2014) a gestão das organizações públicas modernas, requer do administrador público um desempenho integrado com o sistema organizacional, visando melhorar as ações governamentais por meio de técnicas modernas. Para esse autor, a formação de um administrador generalista possibilita uma visão sistêmica⁹ da organização.

Segundo o PPP (2008) a integralização do curso de Administração Pública em no mínimo 3.000 h/aulas, foi estabelecida segundo a Resolução nº 01/14 em conformidade com a LDB/96, permitindo a diplomação dos estudantes após o cumprimento das exigências curriculares, num prazo mínimo de quatro anos sob a seguinte formatação:

- a) Módulos impressos por área de conhecimento;
- b) AVA;
- c) Encontros Presenciais;
- d) Estudos a distância;
- e) Sistemas de Acompanhamento por meio da tutoria local e a distância.

As disciplinas são organizadas em oito módulos, dentro da carga horária de 3.000 h/aulas, distribuídas em disciplinas obrigatórias com 2.400 h/aulas relativas ao perfil do egresso e as optativas com 60 h/aulas relativas às disciplinas de Informática para Administradores, Redação Oficial ou Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), estudadas nos Módulos I, II ou III; e 120 h/aulas com disciplinas que integram uma das LFE e mais 120 h/aulas de atividades complementares, perfazendo um total de 2.700 h/aulas mais 300 h/aulas destinadas ao Estágio Supervisionado, totalizando as 3.000 h/aulas (PPP 2008).

Os conteúdos estudados no curso recebem um tratamento generalista, mas as disciplinas correspondem à LFE, onde é trabalhado o perfil do egresso, visando à profissionalização. A formação contempla as abordagens Geral e Pública, de modo que as disciplinas correspondem a essas abordagens. Dessa forma, o curso oportuniza o desenvolvimento de ações autônomas e visa estimular no aluno, o senso reflexivo e crítico, principalmente por meio das pesquisas relacionadas com a LFE escolhida para formação específica. Ou seja, o aluno do Bacharelado em Administração Pública é preparado tecnicamente para desempenhar as habilidades que envolvem lideranças, bem como as competências que envolvem as técnicas de administração e gestão das organizações nos âmbitos público e privado.

⁹ Refere-se à maneira de observar a organização como um todo.

Quanto aos conteúdos trabalhados no curso, o quadro a seguir apresenta essa distribuição:

Quadro 7 – Disciplinas e Conteúdos de Formação Básica

Disciplinas	Cr	C.h	Conteúdo	Formação/Natureza
Auditoria e Controladoria	4	60	FB	Pública e Obrigatória
Contabilidade Geral	4	60	FB	Geral e Obrigatória
Contabilidade Pública	4	60	FB	Pública e Obrigatória
Direito Administrativo	4	60	FB	Pública e Obrigatória
Economia Brasileira	4	60	FB	Pública e Obrigatória
Ciência Política	4	60	FB	Pública e Obrigatória
Filosofia e Ética	4	60	FB	Geral e Obrigatória
Instituições de Direito Público e Privado	4	60	FB	Geral e Obrigatória
Introdução à Economia	4	60	FB	Geral e Obrigatória
Legislação Tributária e Comercial	4	60	FB	Geral e Obrigatória
Macroeconomia	4	60	FB	Geral e Obrigatória
Políticas Públicas e Sociedade	4	60	FB	Pública e Obrigatória
Psicologia Organizacional	4	60	FB	Geral e Obrigatória
Sociologia Organizacional	4	60	FB	Geral e Obrigatória
Total	56	840	-----	-----

Fonte: Adaptado do PPP, 2008.

Os conteúdos referentes à formação básica não possuem disciplinas optativas. As ofertas são relativas à formação por área: Pública e Geral, que se complementam para constituir o perfil generalista. O conjunto das disciplinas básicas corresponde à formação introdutória do profissional. Nessa oferta, o aluno entra em contato com os conteúdos que visam uma preparação inicial, possibilitando a absorção de conhecimentos teóricos sobre o campo da Administração e sua relação com áreas afins, tais como o direito, a matemática aplicada à contabilidade e à economia, a sociologia, a filosofia e a psicologia. Essas disciplinas propõem conteúdos de formação geral e pública sob uma base obrigatória, em que o aluno é estimulado a desenvolver o conhecimento básico, ou seja, o aluno recebe uma carga

de informações que viabiliza a formação da LFE que deve ser cursada ao longo da formação, conforme quadro a seguir:

Quadro 8 – Disciplinas e Conteúdos de Formação Profissional

Disciplinas	Cr	C.h	Conteúdo	Formação/Natureza
Administração Estratégica	4	60	FP	Geral e Obrigatória
Elaboração e Gestão de Projetos	4	60	FP	Geral e Obrigatória
Gestão da Regulação	2	30	FP	Pública e Obrigatória
Gestão de Operações e Logística I	4	60	FP	Geral e Obrigatória
Gestão de Operações e Logística II	4	60	FP	Geral e Obrigatória
Gestão de Pessoas no Setor Público	4	60	FP	Pública e Obrigatória
Negociação e Arbitragem	4	60	FP	Geral e Obrigatória
Orçamento Público	4	60	FP	Pública e Obrigatória
Planejamento e Programação na Administração Pública	4	60	FP	Pública e Obrigatória
Organização, Processos e Tomada Decisão	4	60	FP	Geral e Obrigatória
Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público	4	60	FP	Pública e Obrigatória
Tecnologia e Inovação	4	60	FP	Geral e Obrigatória
Teoria das Finanças Públicas	4	60	FP	Pública e Obrigatória
Teorias da Administração I	4	60	FP	Geral e Obrigatória
Teorias da Administração II	4	60	FP	Geral e Obrigatória
Teorias da Administração Pública	4	60	FP	Pública e Obrigatória
Total	62	930	-----	-----

Fonte: Adaptado de PPP, 2008.

A oferta modular das disciplinas direciona o aprendizado para a formação profissional. Os alunos entram em contato com essa formação a partir das interações diretas com os conteúdos, que possibilitam o conhecimento teórico. Essa metodologia oportuniza a absorção do conhecimento de forma ampla e conduz ao entendimento das ações específicas do administrador. Nesse contexto da formação, o aluno é conduzido para desenvolver habilidades e competências contempladas no PPP (2008) que visam o perfil profissional a ser formado.

Nesse âmbito, os conteúdos são relacionados com a prática, onde o aluno, por meio dos seminários pode desenvolvê-la.

O quadro a seguir representa as disciplinas relacionadas com os conteúdos quantitativo/matemáticos e as tecnologias aplicadas na formação profissional.

Quadro 9 – Disciplinas e Conteúdos Quantitativos e suas Tecnologias

Disciplinas	Cr	C.h	Conteúdo	Formação/Natureza
Estatística Aplicada à Administração	4	60	EQT	Geral e Obrigatória
Matemática Financeira e Análise de Investimentos	4	60	EQT	Geral e Obrigatória
Matemática para Administradores	4	60	EQT	Geral e Obrigatória
Total	12	180	-----	-----

Fonte: Adaptado do PPP, 2008.

Os conteúdos de formação matemática e tecnológica oportunizam o desenvolvimento de habilidades técnicas que envolvem o uso das tecnologias nos processos administrativos. Além disso, a matemática e a estatística aplicadas possibilitam aos administradores, desenvolver o raciocínio lógico para as tomadas de decisão gerencial. O curso de Administração Pública via UAB/UFAL permite, por meio das disciplinas obrigatórias, da LFE, dos Seminários Temáticos, do Estágio Supervisionado e do TCC, a formação de competências que preparam o egresso para a gestão das organizações governamentais e não governamentais.

As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, integral e integrado, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural. Em outras palavras, um profissional autodidata, detentor de amplo portfólio de conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprofundamento do conhecimento da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas, especialmente as afins, sem perder de vista as descobertas daquelas correlatas, uma vez que qualquer que seja o objeto de trabalho, ele estará inserido no contexto integral de uma sociedade globalizada (PPP, 2008, p. 20).

O administrador público moderno deve atuar de forma eficaz e eficiente, ser detentor de habilidades pró-ativas e criatividade, de raciocínio lógico, de senso crítico e reflexivo, com visão sistêmica e estratégica para os negócios das organizações governamentais e não governamentais. Essas características são inerentes à formação do perfil profissional, de modo que essa formação se dá por meio das disciplinas e conteúdos (PPP, 2008).

No quadro a seguir, tem-se a distribuição das disciplinas e conteúdos de formação complementar no contexto geral e público:

Quadro 10 – Disciplinas e Conteúdos de Formação Complementar

Disciplinas	Cr	C.h	Conteúdo	Formação/Natureza
Eletiva I	2	30	FC	Geral e Obrigatória
Eletiva II	4	60	FC	Geral e Obrigatória
Eletivas III	4	60	FC	Geral e Obrigatória
Gestão Ambiental e Sustentabilidade	4	60	FC	Geral e Obrigatória
Informática para Administradores	4	60	FC	Geral e Optativa
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	4	60	FC	Geral e Optativa
Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	4	60	FC	Geral e Obrigatória
Redação Oficial	4	60	FC	Geral e Optativa
Relações Internacionais	4	60	FC	Geral e Obrigatória
Seminário Integrador	2	30	FC	Geral e Obrigatória
Seminário Temático I	2	30	FC	Pública e Obrigatória
Seminário Temático II	2	30	FC	Pública e Obrigatória
Seminário Temático III	2	30	FC	Pública e Obrigatória
Seminário Temático I na LFE I / LFE II/ LFE III	2	30	FC	Pública e Optativa
Seminário Temático II na LFE I / LFE II/ LFE III	2	30	FC	Pública e Optativa
Seminário Temático III na LFE I / LFE II/ LFE III	2	30	FC	Pública e Optativa
Seminário Temático IV na LFE I / LFE II/ LFE III	2	30	FC	Pública e Optativa
Total	50	750	-----	-----

Fonte: Adaptado do PPP, 2008.

As disciplinas dentro dos módulos dão suporte ao perfil profissional ofertado. A UAB através da UFAL oferta um currículo baseado nas diretrizes do PPP (2008), e distribui as disciplinas dentro de oito módulos, de maneira que correspondem à oferta semestral, ou seja, cada semestre letivo equivale a dois módulos de estudos, proporcionando um aprendizado com base nos conteúdos de formação básica, formação profissional, formação matemática e tecnológica e formação complementar, essa última relacionada com a operacionalidade

profissional que envolve a metodologia, a informática e os seminários: Integrador e Temáticos.

As disciplinas dentro dos Conteúdos de Estudos perfazem um total de 2.700 h/aulas e 172 créditos distribuídos entre obrigatórias e optativas, bem como as atividades complementares com 08 créditos e o Estágio Supervisionado com 20 créditos em 300 h/aulas, totalizando 200 créditos e 3.000 h/aulas, conforme o quadro a seguir:

Quadro 11 – Distribuição das Cargas Horárias

Conteúdos	Cr	C. H	Percentuais
Disciplinas Obrigatórias	160	2.400	80%
- Conteúdos de Formação Básica (FB)	56	840	28%
- Conteúdos de Formação Profissional (FP)	62	930	31%
- Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias (EQT)	12	180	0,6%
- Conteúdos de Formação Complementar (FC)	20	300	10%
- Conteúdos das Disciplinas Eletivas	10	150	0,5%
Disciplinas Optativas	12	180	0,6%
- Conteúdos de Formação Complementar (FC)	08	120	0,4%
- Disciplina Optativa	04	60	0,2%
Estágio Supervisionado	20	300	10%
Atividades Complementares	08	120	0,4%
Carga horária total do curso	200	3.000	100%

Fonte: Adaptado do PPP, 2008.

A composição curricular do curso de Administração Pública UAB, no âmbito da UFAL, propõe que o profissional egresso obtenha uma formação generalista. Essa configuração de caráter específico refere-se a uma formação profissional que possibilita desenvolver habilidades específicas da área e a prática das técnicas utilizadas pelo administrador, bem como a autonomia. No âmbito dessa pesquisa, das 250 vagas ofertadas inicialmente para o curso de Administração Pública Ead na UFAL, para todos os polos, apenas 64 alunos foram formados nesse currículo até o ano de 2015.

O exercício profissional do administrador público requer habilidades e competências necessárias para Planejar, Organizar, Controlar, Coordenar e Dirigir as atividades empresariais, bem como para desempenhar as funções: Técnica, Comercial, Financeira, de Segurança, Contábil e Administrativa (MAXIMIANO, 2012). O conhecimento dessas

funções, aliado à capacidade de ação, organização e bom senso faz com que o administrador público desenvolva uma técnica específica de comunicar-se com o meio ambiente em que as organizações atuam, afirma Silva (2012), pois uma das principais habilidades com a qual o administrador público se envolve é a comunicação.

Oliveira (2014) relata que a base de sustentação do estudo de Administração Pública é tornar o administrador capaz de interpretar as realidades vividas pelas organizações no passado, no presente e projetar as ações para o futuro. Chiavenato (2008) acrescenta ao leque de responsabilidades do administrador público, a capacidade de desenvolver habilidades empreendedoras, seja qual for a área de atuação. De modo que seja capaz de desenvolver os meios de aprendizado, utilizar as tecnologias apropriadas, tornar eficiente as atividades organizacionais, levando em conta o aprendizado contínuo por meio do processo educacional (MAXIMIANO, 2012).

As responsabilidades técnicas inerentes ao administrador, enquanto exercício profissional são regimentadas nos artigos 421 e seguintes do Código Civil Brasileiro (CCB). Em virtude do perfil de profissão liberal e autônoma, que caracteriza a formação do administrador, conforme o CFA (2007) é por meio de uma relação contratual que a atuação se realiza. A existência do contrato delimita a atuação do administrador e o coloca diante de responsabilidades legais perante o Código Civil, cujo texto está descrito no artigo 927 e seguintes, onde está explícito que o administrador, uma vez infringindo a Lei, deve responder por danos, sendo obrigado à indenização.

Dentre as responsabilidades técnicas do administrador, segundo o CFA (2007), quando em prestação de serviço, encontram-se as seguintes: a) Responsabilidade civil; b) Responsabilidade contratual; c) Responsabilidade administrativa; d) Responsabilidade ética. Na ocorrência de não cumprimento dessas responsabilidades, conforme o sistema CFA/CRAs¹⁰ haverá punição ao administrador, cujas penalidades estão previstas no Código de Ética Profissional (CEP), estabelecido pelo CFA. Desse modo, recomenda-se a observância rigorosa às determinações do CEP. No entanto, o cumprimento legal das prerrogativas das quais trata o CCB, faz com que o administrador assuma o papel de condutor das atividades gerenciais das organizações (PAES DE PAULA et al, 2010).

Para Oliveira (2014) e Chiavenato (2008) a atenção que se deve dar à condução dos bens tangíveis e intangíveis das organizações, seja pública ou privada, perpassa pela capacidade de aprendizado do profissional da Administração, que nos dias atuais, se

¹⁰ Trata-se do Conselho Federal de Administração e dos Conselhos Regionais de Administração, subordinados ao CFA.

interrelacionam com as tecnologias, visando o desenvolvimento de habilidades e competências voltadas para o desempenho profissional. Nesse contexto, trata-se de um aprendizado diversificado, que envolve também o uso das TIC utilizadas no espaço corporativo.

A aprendizagem on-line envolve a capacidade das pessoas para relacionar as informações de maneira crítica numa perspectiva globalizada e centrada na resolução de problemas significativos, em que o conhecimento é visto como instrumento para compreensão e possível intervenção da realidade (MERCADO, 2009, p. 18).

A posição do autor nos remete à compreensão de que o desenvolvimento tecnológico das áreas de informática e de telecomunicação tem ocasionado a produção do conhecimento e da informação, bem como a criação e exploração de novos espaços de conhecimentos. Dessa forma, essa produção pode invadir diversas áreas da formação humana, inclusive a formação continuada de profissionais, visando novas capacitações, melhorias no processo de adaptabilidade, desenvolvimento da criatividade, estímulo à autonomia e à comunicação, assim como a iniciativa e a cooperação nos mais variados ambientes corporativos (TAPSCOTT, 2011).

Vale ressaltar que a formação em Administração Pública, no contexto atual, requer um profissional atuante e generalista, de modo que as ações sejam direcionadas para a aplicabilidade das políticas públicas em todas as esferas governamentais (MATIAS-PEREIRA, 2009). Nesse sentido, o curso de Bacharelado em Administração Pública via UAB/UFAL, visa formar mão de obra especializada na gestão de instituições governamentais e não governamentais, de modo que o egresso seja capaz de tornar eficiente e eficaz as ações organizacionais, sob o respaldo da ética, respeitando-se os princípios constitucionais e da administração pública, o CEP, bem como o CCB, no intuito de contribuir para o alcance dos objetivos sociais inerentes à gestão da coisa pública, e possibilitar o desenvolvimento e atendimento das necessidades sociais.

No âmbito da UAB/UFAL, para execução do curso de Administração Pública é utilizada a Plataforma Moodle. Essa Plataforma possibilita o desenvolvimento de ações metodológicas e didáticas dos professores, que se inter-relacionam com os tutores online e presenciais para dar suporte aos alunos do curso. Os alunos se vinculam ao curso por meio dessa Plataforma para acessar o AVA e ter contatos com os conteúdos, participar das interações pedagógicas por meio de fóruns, chats e outras ferramentas disponibilizadas.

5 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Nesse capítulo, a abordagem se apoia nos procedimentos metodológicos utilizados no estudo. A pesquisa analisa as opiniões dos egressos do curso de Administração Pública da UAB/UFAL concluintes da primeira turma do curso ingressantes em 2009, sobre quais benefícios profissionais foram adquiridos com a formação em Administração Pública e como têm aplicado os conhecimentos, além de investigar se estão no mercado de trabalho atuando na área, ou atuando em outra área praticando as técnicas profissionais adquiridas no curso.

Quanto aos procedimentos metodológicos, essa pesquisa é um estudo de caso sobre a primeira turma do curso de Administração Pública provenientes da UAB na UFAL. Trata-se de pesquisa qualitativa, cujo delineamento possibilitou o uso de questionário e entrevista semiestruturada como instrumentos de pesquisa e a análise de conteúdo como técnica de análise de dados.

O delineamento refere-se ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, envolvendo tanto a sua diagramação quanto a previsão de análise e interpretação dos dados. Entre outros aspectos, o delineamento considera o ambiente em que são coletados os dados, bem como as formas de controle das variáveis envolvidas. Com o delineamento da pesquisa, as preocupações essencialmente lógicas e teóricas da fase anterior cedem lugar aos problemas mais práticos de verificação. O delineamento ocupa-se precisamente do contraste entre a teoria e os fatos e sua forma é a de uma estratégia ou plano geral que determine as operações necessárias para fazê-lo. Constitui, pois, o delineamento a etapa em que o pesquisador passa a considerar a aplicação dos métodos discretos, ou seja, daqueles que proporcionam os meios técnicos para a investigação (GIL, 2008, 49).

Essa pesquisa corresponde a um estudo de caso, e de acordo com sua natureza é do tipo aplicada cuja abordagem é qualitativa. Kauark, Manhães e Medeiros (2010) consideram que há uma relação dinâmica entre a realidade e o sujeito, ou seja, entre o que é objetivo e o que é subjetivo, onde o sujeito não pode ser traduzido em números. “A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010, p.25).

Os egressos do curso de Administração Pública constituem os participantes deste estudo e o espaço pesquisado foi a UAB/UFAL. Dados da Secretaria do curso relatam que para a primeira turma foram ofertadas 250 vagas, cujo vestibular foi realizado em 2009. Desse quantitativo de vagas foram efetivadas 239 matrículas e dessas apenas 64 alunos concluíram o curso. Esses formandos constituem o universo da pesquisa, cuja coleta de dados foi feita a

partir de um questionário online aplicado por meio do Google Drive e de uma entrevista semiestruturada.

Segundo a Secretaria do curso de Administração Pública UAB, localizada na FEAC, Campus A. C. Simões da UFAL no município de Maceió/AL, embora o vestibular para a primeira turma tenha ocorrido no segundo semestre de 2009, os alunos dessa turma receberam matrículas 2009.2, porém, foi suspensa a continuidade das aulas para essa turma, em virtude de problemas de ordem técnica na Plataforma Moodle, conforme informações do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da UFAL e os alunos foram enquadrados no perfil de ingressantes 2010.1, período de retomada das aulas, cuja continuidade proporcionou novos vestibulares em 2012.2 e 2014.1.

Para os contatos com o egressos, foi feito um levantamento dos endereços de e-mail junto à Secretaria do curso de Administração Pública UAB/UFAL. De posse desses dados foi enviado um convite para a participação na pesquisa, cuja participação deve ser voluntária e individual. Ao aceitar a participação na pesquisa, foi direcionada a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que tem a finalidade de expor, claramente, a importância da pesquisa, os benefícios e riscos envolvidos, bem como a voluntariedade como participante (APÊNDICE A).

Os dados da pesquisa foram coletados a partir das respostas dos 26 egressos participantes ao responderem o questionário online. De posse das respostas emitidas pelos respondentes, foi possível identificar as opiniões deles acerca da formação Ead, das interações com professores, alunos e tutores, bem como sobre a plataforma de acesso ao curso, aos materiais didáticos disponibilizados, além de identificar os benefícios profissionais que a formação em Administração Pública proporcionou.

Nas palavras de Flick (2009, p. 32) “muitos dos métodos qualitativos existentes vêm sendo transferidos e adaptados às pesquisas que utilizam a internet como ferramenta, como fonte ou como questão de pesquisa”. Com base nessa afirmativa, a pesquisa em estudo utilizou-se da internet para aplicação do questionário online para coletar os dados que visam identificar a opinião dos egressos quanto à sua formação.

Para fins de apresentação dos dados coletados e das informações extraídas, foi feita a análise de conteúdo. “Na análise qualitativa, é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração” (BARDIN, 2011, p. 21).

5.1 Participantes da Pesquisa

De acordo com a Secretaria do curso, da Cied e do NTI em 2015, foram ofertadas 250 vagas para a primeira turma, na qual foram feitas 239 matrículas, distribuídas pelos polos de encontros presenciais. Do total de ingressantes, ocorreram 120 desligamentos, 23 desistências, restando 96 matriculados, dos quais 64 colaram grau até dezembro de 2015 e 32 são remanescentes para colar grau dentro do prazo de integralização do curso, conforme PPP (2008). A taxa de ocupação das vagas foi de 95,6% restando 4,4% de vagas não preenchidas. Das ocupações ocorreram 48,0% de desligamentos 9,2% de desistências e 25,6% concluíram o curso, restando 12,8% para colar grau. O quadro a seguir representa esses percentuais:

Quadro 12 – Quantitativo de Ingressantes e Egressos da Primeira Turma do Curso de Bacharelado em Administração Pública UAB/UFAL.

SITUAÇÃO	QUANTITATIVO	PERCENTUAIS
Vagas preenchidas	239	95,60%
Vagas não preenchidas	11	4,4%
Desligamentos	120	48,00%
Desistências	23	9,20%
Formatura	64	25,60%
Colaço de grau remanescente	32	12,80%
Vagas ofertadas	250	100,0%

Fonte: Dados coletados na Cied e NTI, 2015. Adaptado pelo autor.

Considerando o quantitativo de vagas, os percentuais de preenchimento e as respectivas formaturas, observa-se que das 250 vagas ofertadas para todos os polos de apoio presenciais, foram preenchidas 239 vagas, enquanto o total de formaturas foi de apenas 64. O percentual de formados, com base no quantitativo de vagas preenchidas foi de 25,6%. No polo de Maceió foram 32 egressos, Arapiraca 11 egressos, Penedo 05 egressos e no polo de Piranhas foram 16 egressos, totalizando os 64 formados. Quanto à distribuição das vagas por polo e as respectivas formaturas, o quadro abaixo demonstra os percentuais envolvidos:

Quadro 13 – Percentuais de Vagas por Polo e suas Formaturas

POLOS	VAGAS	%	FORMATURAS	%
Maceió	100	40,0%	32	50,0%
Arapiraca	50	20,0%	11	17,2%
Penedo	50	20,0%	05	7,8%
Piranhas	50	20,0%	16	25,0%
TOTAL	250	100,0	64	100,00

Fonte: Adaptado pelo autor.

Considerando as variáveis envolvidas na oferta de vagas e sua distribuição por polos, de forma sequencial, o maior número de vagas e de formatura foi para o polo de Maceió (40% e 50%) respectivamente, polo de Piranhas (20% e 25%), polo de Arapiraca (20% e 17,2%) e polo de Penedo(20% e 7,8%) respectivamente.

Para melhor visualização dessas variáveis, salientamos a importância da amostragem para os dados apresentados nesse estudo, levando em conta a margem de confiança com base no universo da pesquisa. Segundo Santos (2013) para o cálculo de amostra probabilística simples numa população finita, identificamos a população (universo) da pesquisa que é o conjunto de todas as pessoas sob investigação. A amostra refere-se a uma parcela ou subconjunto que se quer investigar, enquanto o erro amostral diz respeito ao índice de variação dos resultados de uma pesquisa. Para esse autor, um erro amostral de 5% indica que o resultado poderá variar para mais ou para menos 5%. De modo que quanto maior o tamanho da amostra menor o erro amostral e vice-versa.

Para o cálculo da amostra nessa pesquisa, levamos em consideração a homogeneidade do universo pesquisado, visto que são egressos de uma turma de curso superior. Santos (2013) relata que o nível de confiança representa a probabilidade da amostra coletada refletir o universo em estudo, e que a margem de erro pode variar de 2% a 5%. Considerando os parâmetros amostrais dessa pesquisa, para uma margem de confiança dos dados de 95% e uma margem de erro de 5% no universo de 64 egressos encontramos uma amostra de 35. Segundo Santos (2013) a margem de erro é um desvio do resultado da amostra em relação ao que poderia ser obtido junto a população representada, para mais ou para menos. Portanto a margem de erro encontrada nesse estudo está dentro da escala probabilística de 2 a 5. Ainda segundo Santos (2013) para um nível de confiança de 95% o grau de confiança será de 1,96, ou seja, aproximadamente 2, o que classifica o grau de confiança dessa pesquisa dentro da escala de probabilidades. No entanto, para essa pesquisa, a amostra é não-probabilística por acessibilidade pelo fato de que os resultados não podem ser extrapolados para o universo pesquisado, em virtude do universo de 64 ter gerado uma amostra de 26 .

5.2 Coleta de dados

Considerando que o universo da pesquisa, a coleta foi proveniente das interações dos participantes com o questionário disponibilizado via online. À medida que os participantes responderam, ocorreram as disposições das respostas que foram gerenciadas pelo Google

Drive, sendo sua tabulação realizada pelo pesquisador após o período de coleta, que foi de 13 de janeiro a 23 de fevereiro de 2016.

As entrevistas foram agendadas com os respondentes do questionário online que se dispuseram em participar. O pesquisador entrou em contato com o participante através de telefone e foi combinado local e hora para o encontro da entrevista. Antes da realização da entrevista foi esclarecida a importância da pesquisa e dessa etapa de levantamento de dados para a construção de categorias relacionadas com os objetivos da pesquisa. Foi citado o TCLE, conforme o modelo disponibilizado no link de acesso ao questionário online.

Em conformidade com o cronograma, a pesquisa foi realizada no ano de 2015, ressalvas para eventuais ocorrências de ordem técnicas que foram extensivas até março de 2016. A pesquisa foi desenvolvida a partir da aprovação pelo CEP/UFAL em 03 de junho de 2015, sob o protocolo nº 051525/2015, ocasionando a liberação do projeto e respectivamente a coleta de dados, a partir da qual foi estabelecida a análise. Para isso foram respeitados os procedimentos éticos estabelecidos na Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

As entrevistas foram realizadas durante o mês de fevereiro de 2016 com cinco participantes que se dispuseram a responder as questões.

Na maioria dos levantamentos, não são pesquisados todos os integrantes da população estudada. Antes, seleciona-se, mediante procedimentos estatísticos, uma amostra significativa de todo o universo, que é tomada como objeto de investigação. As conclusões obtidas com base nessa amostra são projetadas para a totalidade do universo, levando em consideração a margem de erro, que é obtida mediante cálculos estatísticos (GIL, 2010, p. 35).

As técnicas de interrogação por meio da entrevista semiestruturada deram sustentação à coleta dos dados. Segundo Gil (2010) a entrevista é uma técnica que envolve duas pessoas numa situação face a face. Para este estudo, as entrevistas¹¹ foram gravadas, transcritas e posteriormente analisadas. A entrevista segundo Lakatos e Marconi (2013, p. 178-179):

[...] é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. Trata-se, pois, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária.

¹¹ Para as transcrições foi feita a revisão ortográfica em conformidade com as normas gramaticais vigentes no Brasil.

Para as autoras, na pesquisa qualitativa, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são fundamentais, onde o pesquisador, considerado instrumento vital, analisa indutivamente, ainda dentro do ambiente natural dos dados. De modo que o processo e seu significado são os focos principais da abordagem. Para Bardin (2011), enquanto método, a interpretação torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que fazem uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição. Segundo essa autora, a análise é desenvolvida pela pré-análise dos dados, a exploração, a inferência e interpretação dos dados.

A análise dos dados atribui uma lógica que visa organizar os dados de uma coleta, para que esses possam ser explorados com o fim de possibilitar a inferência e a interpretação do fenômeno em estudo, oportunizando informações acerca do objeto da pesquisa e conseqüentemente gerar um conhecimento (GIL, 2010). Nesse estudo, foram utilizadas técnicas de estatística descritiva e análise de conteúdo dos dados. Após a coleta dos dados via questionário e entrevista semiestruturada, foram tabuladas as respostas dos respondentes, e conseqüentemente a análise de conteúdo.

No âmbito dessa pesquisa, dos 64 egressos contatados, apenas 26 se dispuseram em participar (40,6%) via questionário. Ressaltamos que para a coleta dos dados no âmbito das entrevistas foi utilizado gravador digital e posteriormente foi feita a transcrição das entrevistas para serem analisadas.

5.3 Procedimentos Éticos da Pesquisa

Para esta pesquisa, foram resguardados os cuidados com os participantes e com a segurança dos dados resultantes da coleta, conforme explicação de Francisco e Santana (2014). Considerando a problematização ética em pesquisa que envolve seres humanos, ressaltamos a Resolução 466/12 do CNS. Segundo Francisco e Santana (2014) as pesquisas online devem seguir diretrizes e normativas, locais, presenciais (face a face), princípios éticos e profissionais.

Quanto aos aspectos metodológicos da pesquisa online, há diversos desafios envolvidos na coleta de dados, um deles é quanto à amostragem. Para Lakatos e Marconi (20013, p 147) “amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”. Entretanto, “é difícil fazer recortes em amostras na internet devido à sua escala, heterogeneidade e dinamismo” (FRANCISCO; SANTANA, 2014, p. 131).

A aplicação de um questionário se torna mais econômico e de retorno mais rápido pela via online, do que se for aplicado presencialmente. Além disso, os custos online serão inferiores aos do presencial. Entretanto, a coleta de dados online tem-se apresentado mais demorada, no sentido de que é necessário motivar os participantes, estimular a participação, resguardar a identidade do participante, etc. Desse modo, apesar das diversas facilidades do uso online em pesquisas, e das metodologias para internet, vale salientar que o acesso é muitas vezes limitado ou anulado por causa de várias situações, dentre elas a questão da ética e do sigilo das informações (FRANCISCO; SANTANA, 2014, p. 131).

Aos participantes da pesquisa foram informados os riscos pertinentes. Tais riscos podem ser manifestados por meio de desconfortos ou incômodos no ato da coleta de dados. Sendo provável o risco, a pesquisa visa sua minimização através das garantias contidas no TCLE. Logo, os participantes foram conscientizados de que haveria riscos envolvidos. Porém, em conformidade com o perfil do participante e do objeto da pesquisa, ficou esclarecido que poderiam ocorrer possíveis riscos, principalmente os relacionados à psicologia, visto que envolveria as emoções dos seres humanos. No entanto, pretendeu-se resguardar tais riscos, e para isso o pesquisador propôs sigilo das informações a serem coletadas, sendo essas divulgadas tão somente no âmbito da pesquisa e sem identificação do participante. Desse modo, os dados coletados foram utilizados para fins de apreciação do pesquisador, no intuito de publicar os resultados de forma responsável, pela Instituição em estudo. Isso oportunizará à sociedade ter acesso aos benefícios da pesquisa acerca da formação profissional do egresso do curso de Bacharelado em Administração Pública da UAB/UFAL. Foram resguardados os sigilos das informações e imagem do(s) participante(s), respeitando-se os princípios da autonomia, da beneficência, da justiça e da não maleficência.

Segundo Junqueira (2011), o princípio da beneficência faz referência ao fazer o bem. A beneficência diz respeito a uma manifestação da benevolência, que tem o mesmo intuito da beneficência, embora seja um termo mais comum. Apresenta-se como um princípio que visa estabelecer as razões do ser humano quanto aos sentimentos, emoções, envolvendo a generosidade, direcionados para o bem das relações sociais no âmbito pessoal e público. O princípio da não maleficência refere-se a não fazer o mal, ou evitá-lo. O fundamento da beneficência/não maleficência é a promoção do bem sem causar danos ao(s) indivíduo(s). O princípio da autonomia refere-se ao consentimento esclarecido, onde o indivíduo manifesta seu interesse ou não em participar da pesquisa.

O consentimento deve ser efetivado de forma livre, pois cada um tem o direito de consentir ou recusar a participação na pesquisa. De maneira que o consentimento precisa ser

voluntariado para que possa surtir efeito jurídico. O princípio da justiça refere-se ao respeito de cada um diante das responsabilidades sociais. Sob esse princípio o participante da pesquisa tem o direito de recusar ou revogar sua participação na pesquisa ou em qualquer outra situação que envolva seres humanos.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando as experiências acadêmicas vivenciadas durante a formação, viabilizou-se o uso de um questionário online para ser aplicado aos egressos do curso de Administração Pública Ead, no intuito de conhecer os benefícios profissionais adquiridos com essa formação, bem como as interações dos alunos com professores e tutores, o manuseio da Plataforma Moodle e as ferramentas utilizadas pelo sistema Ead durante o processo de ensino e aprendizagem, além de dados sobre o mercado de trabalho.

De posse dos dados coletados, distribuimos os resultados dentro das devidas categorias. Os resultados apontam para uma formação dinâmica, cujo aprendizado demandou do aluno a autonomia para a pesquisa e o desenvolvimento profissional através da integração nos Seminários e das interações através das ferramentas disponibilizadas no AVA.

6.1 Análise de dados

Em virtude do caráter descritivo da pesquisa, o procedimento de coleta foi feito através de um único questionário enviado online para os egressos e de uma entrevista semiestruturada, que foi aplicada logo após a organização das respostas obtidas pelo questionário. Após as entrevistas estabelecemos os resultados dentro das categorias com intuito de fazer a análise de conteúdo. “A análise de conteúdo pode ser uma análise dos significados, embora possa ser também uma análise dos significantes” (BARDIN, 2011, p 37).

O questionário foi dividido em três partes. A primeira refere-se ao levantamento dos dados socioeconômicos dos egressos quanto ao gênero, faixa etária, estado civil, procedência educacional e renda familiar. A segunda parte refere-se às experiências acadêmicas e a terceira parte refere-se à atuação profissional, que busca compreender a formação e aplicação das técnicas profissionais adquiridas no curso em conformidade com o perfil profissional contemplado do PPP (2008).

O perfil do egresso diz respeito às condições sociais e econômicas, mas também às diretrizes do profissional que o curso pretende formar, enfatizando a postura do administrador público diante dos desafios profissionais, principalmente no contexto local e regional e do mercado de trabalho, cuja formação visa preparar o profissional para atuar num ambiente que demanda cultura geral e visão holística das organizações.

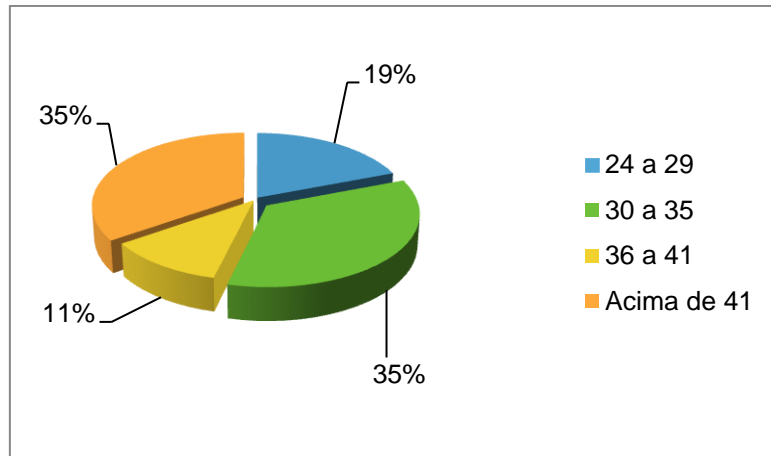
Nessa pesquisa, a maioria dos egressos opinou que a formação, de um modo geral, contribuiu qualitativamente para a construção dos conhecimentos adquiridos ao longo do

curso, e o principal fator de acesso ao ensino superior Ead, para a maioria, foi a flexibilidade de horário para os estudos.

6.1.1 Dados socioeconômicos

Dos respondentes foi coletado, quanto ao gênero, que 58% são do sexo masculino e 42% são do sexo feminino. Quanto a faixa etária 19% têm idade entre 24 e 29 anos; para 35% a idade está entre 30 e 35 anos, 11% têm idade entre 36 e 41 anos e os que estão acima de 41 anos totalizaram 35%.

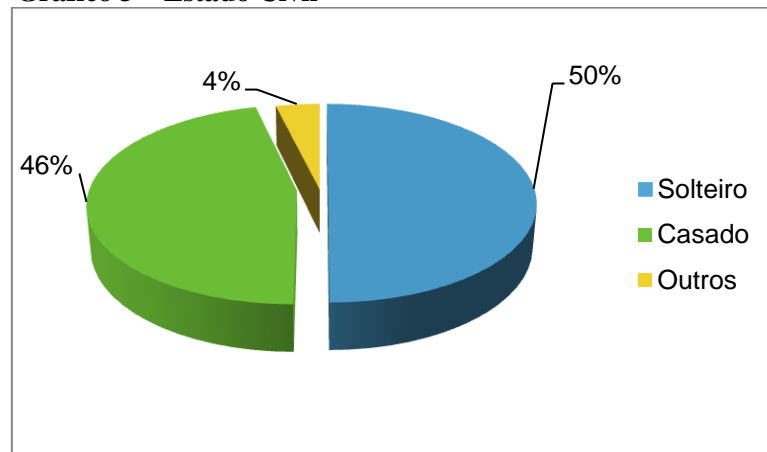
Gráfico 2 – Faixa Etária



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Na variável estado civil 50% são solteiros e 46% são casados e 4% dos respondentes assumem outra forma de compromisso matrimonial. Quanto a procedência educacional, 58% dos egressos concluíram o nível médio em escola pública e 42% em escola particular.

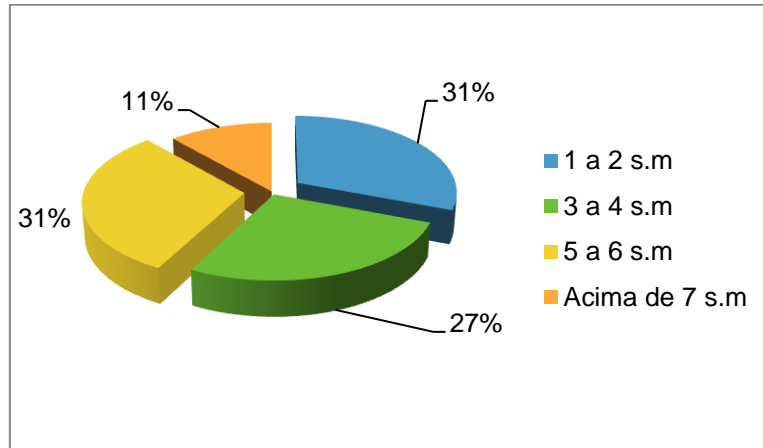
Gráfico 3 – Estado Civil



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Para o nível de renda familiar foi constatado que 31% dos egressos tem renda entre 1 a 2 salários mínimos, 27% entre 3 e 4 salários mínimos, 31% entre 5 e 6 salários mínimos e para 11% a renda familiar é acima de 7 salários mínimos.

Gráfico 4 – Renda Familiar



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Constata-se com esses dados que os egressos, são adultos, a maioria solteiro, do sexo masculino, provenientes de escolas públicas e constituem um perfil independente, principalmente no âmbito da renda familiar.

Em relação à dimensão socioeconômica, quanto ao perfil dos egressos, em comparação com outras pesquisas no campo da Ead, observamos também a presença de um perfil adulto dos alunos. Para Santos (2011) os alunos matriculados no curso de Administração Pública UAB/UFAL têm idade acima de 31 anos (45%). No âmbito dessa pesquisa, a maioria dos egressos também apresentam um perfil mais adulto, reunindo todas as escalas a partir dos 30 anos totalizam 81%.

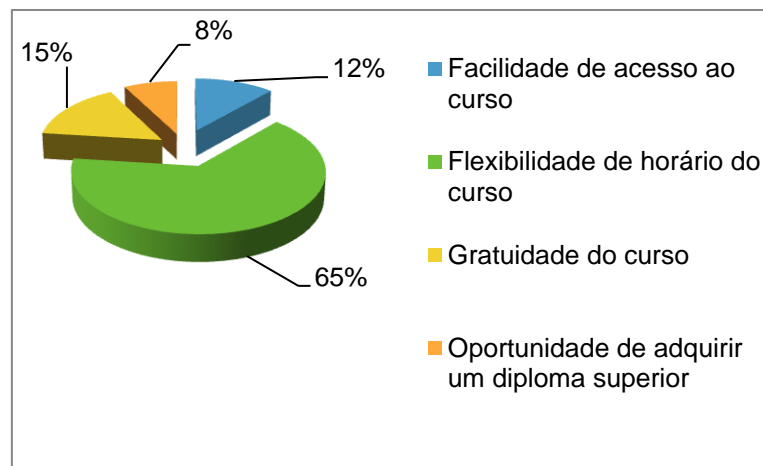
Santos (2011) em sua pesquisa, apresenta para a variável estado civil que a maioria dos alunos do curso de Administração Pública é do sexo feminino (52%) em relação ao masculino (48%) e que a conclusão do ensino médio para a maioria foi em escola pública (56%) e na escola particular (26%). Conforme os dados coletados para esse estudo, a maioria dos egressos são homens (58%); concluíram o ensino médio em escola pública (58%) e em escola particular (42%).

A vivência acadêmica é valiosa para o estudante, tendo em vista que é por meio das interações que surgem as experiências. Sobre a UAB/UFAL os egressos responderam que antes de se inscrever para o vestibular, 57% deles já tinha ouvido falar na UAB e 47% disseram que não tinham ouvido falar.

6.1.2 Experiência Acadêmica

Questionados sobre qual o principal motivo que os fez optar pelo curso de Administração Pública Ead, 65% responderam que foi a flexibilidade de horário; 15% por causa da gratuidade; 8% pela oportunidade de adquirir um diploma superior e 12% pela facilidade de acesso ao curso.

Gráfico 5 – Principal motivo pela opção Ead



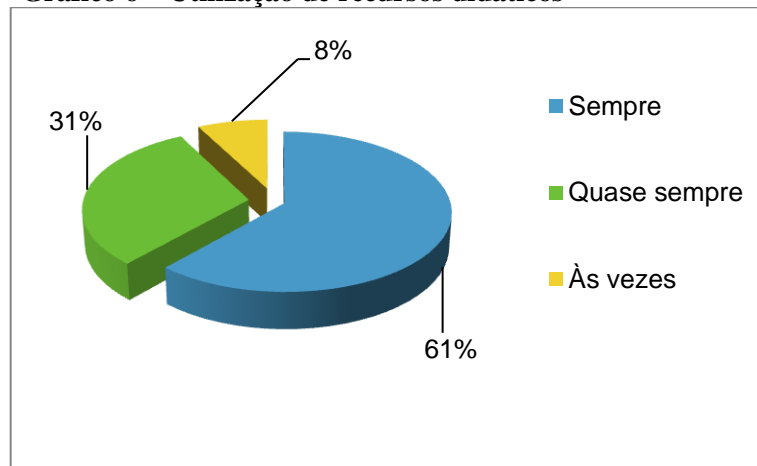
Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

De posse dos dados coletados, percebe-se que os participantes da pesquisa, em sua maioria proveniente da escola pública, se interessaram pelo curso principalmente em função das condições de acesso e manutenção do curso durante sua realização. Isso corresponde a uma opção viabilizada de forma estratégica pelo participante, segundo as respostas coletadas em virtude da praticidade de acesso e baixa locomoção que caracteriza o curso Ead. Além disso, o curso pode ser acessado a partir de qualquer localidade e de qualquer recurso tecnológico conectado à internet, conforme afirmação de Matias-Pereira (2010) ao relatar que a Ead tem gerado oportunidades às pessoas adquirirem cursos superiores, e que a Ead tem possibilitado o processo de ensino e aprendizagem mediados pelas TIC. Isso tem desencadeado demandas principalmente entre pessoas que trabalham durante o dia e pretendem estudar à noite com baixo custo de manutenção e deslocamento.

Nesse contexto, os respondentes disseram que já estavam no mercado de trabalho antes de entrar no curso (81%) e não estavam no mercado de trabalho (19%). Sobre o uso de recursos para contribuir com o desenvolvimento das interações entre alunos, professores e tutores, durante o curso, 61% responderam que sempre houve a utilização de diversos

recursos didáticos no desenvolvimento das atividades de aprendizagem; para 31% quase sempre ocorreram essa utilização e 8% disseram que só às vezes é que ocorria a utilização desses recursos.

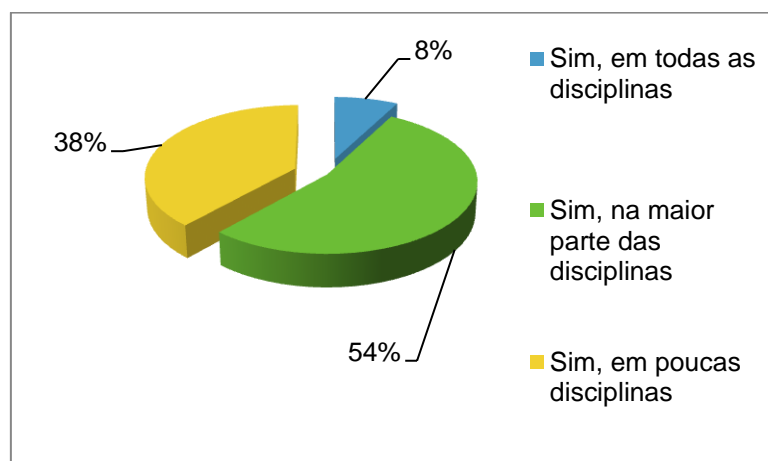
Gráfico 6 – Utilização de recursos didáticos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Quanto à estratégia de aprendizado, 54% dos egressos responderam que foram solicitados a realizarem pesquisas como forma de aprendizado na maior parte das disciplinas; para 38% foram solicitados em poucas disciplinas e apenas 8% disseram que foram solicitados em todas as disciplinas.

Gráfico 7 – Estratégia de Aprendizado

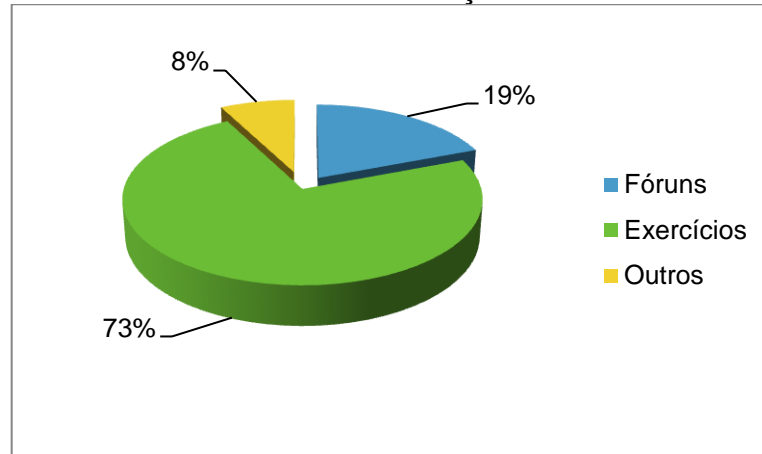


Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

No âmbito da Plataforma Moodle, utilizada pela UAB, 73% responderam que é ótima e 27% disseram ser boa; e o instrumento adotado predominantemente pela maioria dos professores foram os exercícios (73%), os fóruns (19%) e outros (8%). Dentro dessa questão, embora os exercícios tenham sido solicitados pelos professores, de forma mais proeminente,

os fóruns também foram bastante utilizado, enquanto as respostas sobre outros meios de avaliação tenham se destacado, tais como as pesquisas solicitadas pelos professores.

Gráfico 8 – Instrumentos de Avaliação no AVA

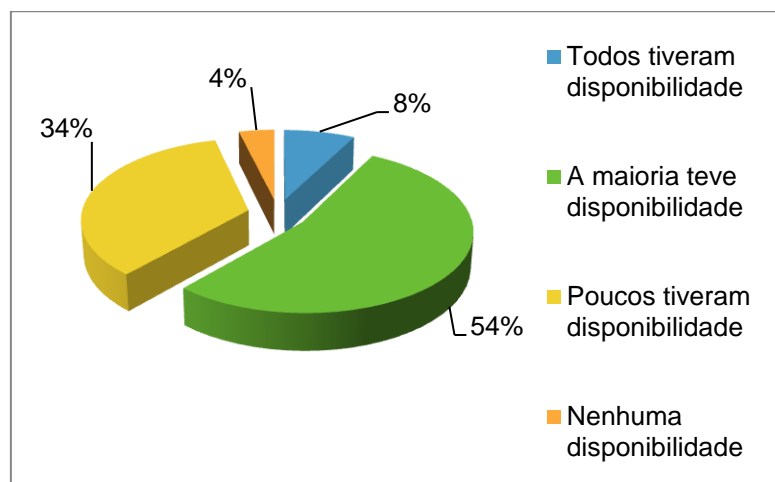


Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Conforme os dados apresentados percebe-se que durante o curso foram solicitadas diversas atividades com intuito de estimular o desempenho nos estudos, tendo em vista que os professores propunham atividades semanalmente, conforme respostas dos participantes, de maneira que os fóruns se destacaram no contexto das atividades solicitadas, embora os exercícios também tivessem sido utilizados como estratégia de aprendizado.

No contexto da orientação presencial e online, os respondentes disseram que a maioria teve disponibilidade (54%), poucos tiveram disponibilidade (34%), todos tiveram disponibilidade (8%) e nenhuma teve disponibilidade (4%).

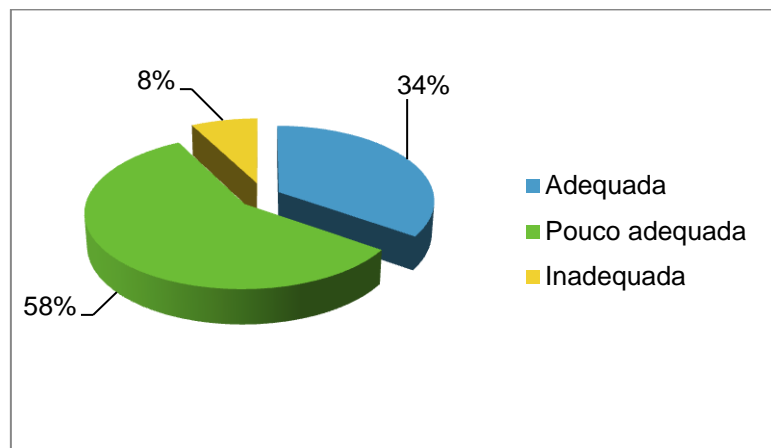
Gráfico 9 – Disponibilidade para Orientação



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

No decorrer do curso, é fundamental para o andamento das ações didáticas que existam interações construtivas, no sentido de estimular o aprendizado por parte do aluno e que os professores devem conduzir essas ações por meio de um ensino participativo, conforme contempla a formação profissional contida no PPP (2008). Nas interações entre alunos e professores ao longo do curso, os egressos afirmaram que as interações foram pouco adequadas (58%); adequada (34%) e inadequada (8%).

Gráfico 10 – Interações Alunos/Professores



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

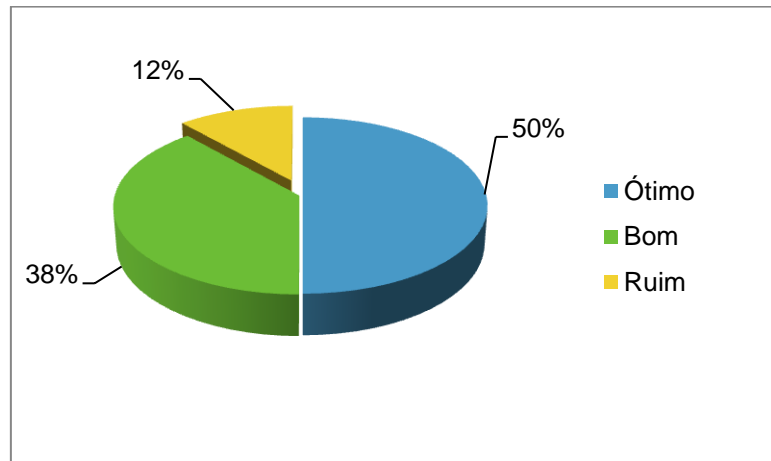
As ações pedagógicas que envolvem o processo de ensino e aprendizagem Ead demandam interações mediadas pelas TIC e os atores envolvidos nesse processo precisam se familiarizar com os recursos usados pela plataforma. As TIC fazem parte de um processo irreversível para a educação. Diante disso, o professor aprende e desenvolve novos hábitos, novas mentalidades. Isso significa empreender atitudes invadoras, multiplicadoras de conhecimento, mediadas pelas tecnologias (MAURI; ONRUNBIA, 2010).

Para Mauri e Onrunbia (2010) a educação voltada para o aprendizado do aluno não é detentora exclusiva da informação, mas simplesmente contribui para a capacitação e organização das informações geradas no cerne do processo de ensino e aprendizagem. Na sociedade do conhecimento e da informação, a aprendizagem possui um valor intrínseco, que agregado à vida dos seres humanos, atribui a esses a autonomia pela busca do conhecimento e pela gestão das informações adquiridas. Para Silva (2011), o modo como o aluno aprende depende de alguns fatores intrínsecos, que depende também do material com o qual o aluno se familiariza para aprender.

Para o desenvolvimento da aprendizagem, além das ações desempenhadas pelos professores e tutores, tanto no contexto didático quanto nas interações, é fundamental que haja

um feedback nesse sentido, visando a construção do saber autônomo que é uma das características do perfil profissional do administrador público, conforme dispõe o PPP (2008). A esse respeito os respondentes disseram que o processo de orientação e acompanhamento dos tutores ao longo do curso foi ótimo (50%), foi bom para 38% e foi ruim para 12%.

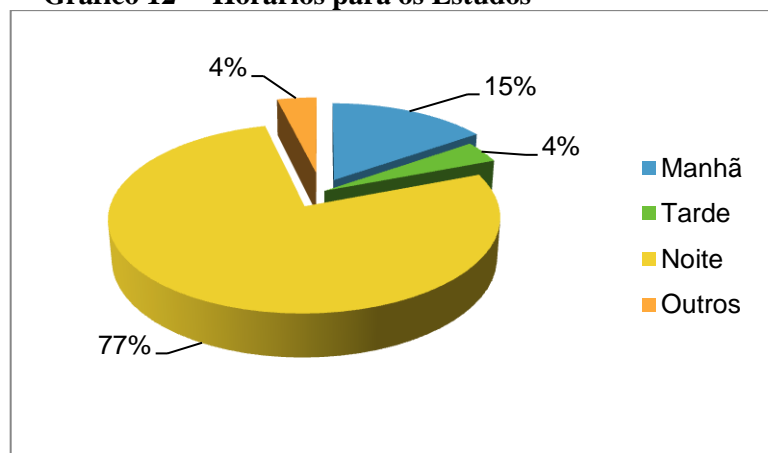
Gráfico 11 – Orientação e Acompanhamento



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

A participação do tutor é indispensável, “pois seu papel é apoiar e orientar os estudos, as leituras críticas, o estudo autônomo, a autodisciplina do aluno, além de proporcionar a interação” (COSTA; PARAGUAÇU; PINTO, 2009, p. 122). O desempenho do aluno depende da interferência positiva do tutor e do professor, embora as horas dedicadas aos estudos sejam vital para o processo de aprendizado. 15% dos respondentes o turno da manhã foi mais adequado para os estudos; para 4% o turno da tarde foi mais adequado; para 77% à noite foi o turno mais adequado e apenas 4% responderam que estavam em outros horários.

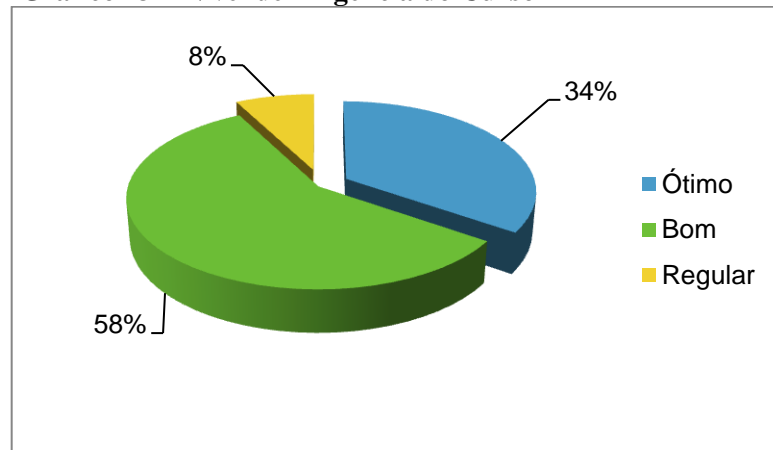
Gráfico 12 – Horários para os Estudos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

A continuidade dos estudos pós-formação ocorreu para 62%, enquanto 38% não deram continuidade aos estudos. O uso do computador conectado à internet é fundamental para acesso ao curso. Para 85% dos respondentes o computador doméstico era usado para acessar o curso; enquanto 15% acessavam o curso pelo computador do trabalho. Quanto ao nível de exigência do curso, 58% disseram que foi bom, 38% acharam ótimo e somente 8% disseram que a exigência foi regular.

Gráfico 13 – Nível de Exigência do Curso



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

6.1.3 Atuação Profissional

Na execução das ações pedagógicas, o desempenho dos professores e tutores é de fundamental importância porque colabora de forma qualitativa para a construção autônoma do saber, e exige dos atores envolvidos o manuseio da Plataforma Moodle, do AVA e das ferramentas utilizadas nas interações, como fórum e chat, por exemplo. Isso contribui para o desenvolvimento de habilidades inerentes ao perfil do profissional em Administração Pública formado pela Ead contemplado pelo PPP (2008). Dessa forma, o profissional dessa área deve ser capaz de se comunicar bem no ambiente interno e externo das organizações.

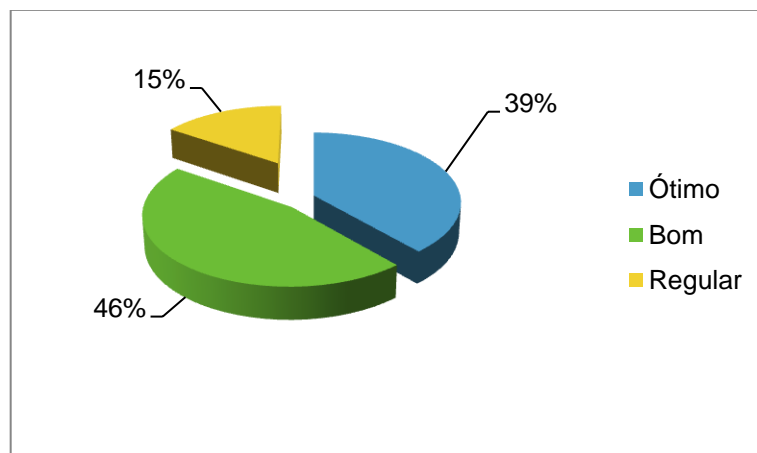
Silva (2011, p. 195) em sua abordagem acerca da autonomia no aprendizado, discorre que “entendendo o aluno como ser autônomo e progressivamente responsável pelo próprio desenvolvimento, supõe-se que ele é o principal interessado em otimizar seu rendimento”. Diante dessa realidade e das diversas condições que envolvem as atividades dos professores, no caso do ensino, e as atividades de aprendizado, por parte dos alunos, essa nova formatação educativa reflete bem as transformações ocorridas no ambiente escolar.

Qualquer que seja o meio ambiente, híbrido ou virtual, em função das variantes e suas complexidades existentes, assim como a velocidade das informações, tudo isso representa desafios a serem superados pelo professor. Ressaltamos que o aprendizado virtual por parte do professor leva em consideração também a atividade de aprendizado por parte do aluno mediado pelas TIC. Assim a caracterização do papel do professor não está nas possibilidades das tecnologias ou nos programas, materiais ou métodos utilizados, mas na atividade do aluno, considerado como um agente transformador e responsável pelo aprendizado mediado pelas TIC.

Na concepção de Mauri e Onrunbia (2010), dentro do cenário de aprendizado encontram-se diversas ações que professores e alunos executam visando adquirir habilidades e competências. Essas ações devem corresponder aos objetivos planejados, devendo ser atingidos por meio de estratégias. Essas estratégias por sua vez, devem dar sustentação ao processo de aprendizado com uso de TIC. O desenvolvimento de atividades cognitivas realizado pelos alunos por meio da TIC vai além dos conteúdos estabelecidos podendo apresentar-se como “afetivas ou metacognitivas” (MAURI; ONRUNBIA , 2010).

No âmbito dessa pesquisa, quanto às habilidades de comunicação com o público, 96% dos respondentes disseram que essa habilidade foi contemplada e somente 4% relacionou a falta dessa habilidade. Quanto à pró-atividade relacionada com a formação do perfil profissional, questionou-se em qual nível essa característica foi exigida ao longo do curso, no sentido de oportunizar esse comportamento pró-ativo na atuação profissional. Para 39% dos respondentes o nível foi ótimo, 46% responderam que foi bom e 15% disseram que foi regular.

Gráfico 14 – Nível de Desenvolvimento de Pró-atividade



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Nessa dimensão, atribuímos a letra “P” e um número para identificar os participantes, quanto a posição dos respondentes no âmbito das respostas do questionário. Portanto, questionado se o curso proporcionou autonomia para o desenvolvimento da aprendizagem e do conhecimento profissional, e de que forma, P1 respondeu “ampliando meus conhecimentos já adquiridos”; P2 “possibilidade de aumentar o conhecimento por meio das disciplinas do curso”; P3 “consegui aprender mais com as práticas do curso, através dos seminários”; P4 “eu me dedicava o máximo que podia para aprender os conteúdos teóricos, mas era nos seminários que eu aprendia mais”; P5 “houve cobranças dos professores, e isso ajudou a aprender, porque a gente podia ser autônomo”; P6 “nas disciplinas dos módulos e no seminário integrador era possível aprender bem”; P7 “por meio de pesquisas que eram estimuladas pelas aulas”; P8 “os professores e tutores davam apoio pra gente fazer as tarefas e também fazer pesquisas”; P9 “às vezes pelas atividades que os professores passavam, a gente lia os assuntos e realizava pesquisas”; P10 “os trabalhos de aulas eram sempre voltados para aprender através de teorias e atividades práticas”; P11 “o hábito da leitura dos conteúdos e as práticas em pesquisas e seminários”; P12 “a gente fazia discussões nos fóruns e atividades no AVA e havia os seminários que eram práticas”; P13 “as aulas teóricas eram acompanhadas pelos tutores que davam orientações sobre pesquisa”; P14 “professores e tutores contribuíam para que a gente pudesse aprender mais por conta própria, fazendo pesquisas, participando das discussões no AVA”; P15 “com atividades afins de cada disciplina e a interação disciplinar, etc”; P16 “criando o hábito de pesquisa, leitura e aplicação cotidiana do aprendizado”; P17 “somente no estagio”; P18 “a modalidade Ead contribuiu, melhorando a capacidade de absorver a informação e o conhecimento”; P19 “de uma forma bastante eficiente”; P20 “através de pesquisa e desenvolvimento nas áreas estudadas”; P21 “na maior parte do tempo. Porém, faltou atividades que promovessem o estímulo para o desenvolvimento dessa autonomia”; P22 “conhecer a teoria existente por trás das ações de nossos gestores e analisar as coisas a nossa volta é uma habilidade muito importante”; P23 “o conhecimento nos possibilitou uma nova visão da máquina pública”; P24 “através dos temas abordados, exercícios frequentes, fóruns, chats”; P25 “no geral a autonomia foi muito incentivada pelos brilhantes tutores, todos eles sem exceção”; P26 “tornando-nos auto-didatas e incentivando a pesquisa constante”.

Com base nas falas dos participantes, observa-se que o curso proporcionou o desenvolvimento da autonomia, e que as interações ocorridas no AVA foram importantes para a construção do conhecimento, principalmente quanto à orientação para a pesquisa como forma de aquisição da informação e do conhecimento profissional.

Quanto ao curso ter possibilitado desenvolver habilidades e competências relacionadas com a gestão de empresas governamentais e não governamentais, e de que forma. Foram coletadas as seguintes falas: P1 “abrindo um leque de conhecimentos”; P2 “por intermédio de ferramentas de pesquisa (satisfação, qualidade etc.) e conhecimento sobre diversos temas”; P3 “o curso me proporcionou conhecimentos técnicos, que posso aplicar no meu trabalho”; P4 “através da prática, oriunda do estágio curricular”; P5 “através do conteúdo programático, seminários, fóruns, debates e estágio”; P6 “a partir de estudos de caso, ora pesquisas in loco, além da pesquisa que originou o TCC”; P7 “possibilitou a apreciar os métodos e rotinas de trabalho”; P8 “não senti na prática essa relação”; P9 “específica”; P10 “visão mais sistêmica da organização”; P11 “ao término do curso atuava em um setor não muito compatível, mas desempenhei trabalhos internos em comportamento organizacional, ergonomia, entre outros”; P12 “através dos estudos de caso e situações práticas empresariais, como nos seminários que possibilitaram o desenvolvimento de habilidades e competência na prática”; P13 “conhecimento adquiridos”; P14 “uma vez que fomos instruídos para executar gestão em todas as esferas”; P15 “técnica e jurídica”; P16 “ampliando e aguçando a visão de administração nas diversas esferas de interação e funcionamento do governo”; P17 “além das disciplinas afins, nos ofertaram a disciplina de Seminário Integrador; P18 “através da aplicação prática do conteúdo teórico e das pesquisas”; P19 “sim”; P20 “através do curso estas características foram aprimoradas; P21 “através das informações oferecidas que estimularam o conhecimento, a mudança de olhar sobre a perspectiva administrativa; P22 “ajudou bastante o fato de eu já trabalhar com o serviço público, pois tive a oportunidade de unir teoria e prática”; P23 “não estou atuando na área, seria muito bom que pudéssemos atuar, que o Estado nos aproveitasse, já que sou funcionária pública estadual”; P24 “me tornando uma profissional esclarecida, conhecedora de vários âmbitos da administração”; P25 “pelos fóruns a habilidade de comunicação e capacidade crítica através das discussões; P26 “através das pesquisas de campo e do estágio supervisionado”.

Essas respostas indicam que a formação em Administração Pública tem contribuído para um aprendizado acerca do funcionamento da gestão e que as práticas por meio de pesquisas, seminários e estudos de caso têm sido contempladas no curso.

Quanto às habilidades requeridas como administrador público, a que mais chamou a atenção durante a formação, foram coletadas as seguintes falas: P1 “governança”; P2 “meritocracia e o empreendedorismo governamental”; P3 “liderança e organização”; P4 “a habilidade de planejamento, execução, gestão de pessoas e materiais”; P5 “a imparcialidade, que, acredito, leva a uma gestão mais justa se utilizada em comunhão com a ética”; P6

“pensar e agir de maneira estratégica, respeitando os princípios que regem a Administração Pública”; P7 “habilidade gerencial”; P8 “nenhuma me surpreendeu”; P9 “cumprimento às leis e as normas”; P10 “organização, planejamento e participação”; P11 “logística, contas públicas, comportamento organizacional, ciências políticas, economia, a cada leitura uma descoberta”; P12 “técnica de gestão de pessoas, e de gerenciamento dos recursos públicos, no sentido de maximizar os resultados”; P13 “participação em processos de gestão de recursos humanos”; P14 “gerenciamento de Pessoal”; P15 “gestão de pessoas; P16 “a eficiência, eficácia e transparência nas coisas públicas”; P17 “ser honesto, eficiente e eficaz na execução das políticas públicas, dar transparência aos atos públicos, zelar pela participação cidadã”; P18 “o conhecimento dos aspectos jurídicos, históricos, políticos e sociais no contexto da administração pública”; P19 “ser honesto a cima de tudo”; P20 “planejamento e controle”; P21 “necessidade de um perfil inovador, democrático e busca constante do conhecimento da legislação vigente na área pública”; P22 “achei o curso fantástico, mas o que me chama mais atenção é a organização que consegui obter, através do planejamento das minhas ações”; P23 “as habilidade humanas, pois quando se consegue no ambiente de trabalho se relacionar bem com a equipe, esta atuará de maneira mais eficiente e eficaz”; P24 “habilidade organizacional”; P25 “o curso forneceu material voltado ao pensamento crítico, possibilitou ida a organizações através de exercícios nos seminários o que achei importantíssimo”; P26 “as relacionadas à gestão da qualidade e inovação”.

Quanto à categoria competências requeridas pelo mercado de trabalho para atuação profissional, 92% disseram que o curso contemplou as competências requeridas pelo mercado de trabalho e apenas 8% disseram que o curso não contemplou tais competências.

Após a conclusão do curso, que corresponde a uma etapa fundamental para a vida profissional, 89% dos respondentes disseram que estão satisfeito, enquanto 19% disseram estar confiantes.

No conexto da satisfação, após a conclusão do curso, o egresso foi questionado sobre qual foi o maior benefício profissional que obteve. As respostas foram organizadas conforme as falas de cada participantes e sua respectiva posição nas respostas do questionário, e disseram o seguinte: P1 “promoção de função”; P2 “conhecimento”; P3 “adquiri mais conhecimento os quais posso aplicar no meu dia-a-dia”; P4 “ocupar cargos de gerenciamento e chefia com mais segurança e conhecimento de causa”; P5 “a ampliação dos meus conhecimentos na área pública , que tem me auxiliado muito enquanto funcionária pública”; P6 “maior capacidade de eloquência, planejamento e organização, pensar estrategicamente”; P7 “mudança no meu perfil como servidor público”; P8 “meu segundo diploma de nível

superior”; P9 “conhecimento dos processos nas empresas e órgãos públicos”; P10 “reconhecimento profissional”; P11 “lecionar em Instituições de Nível Superior no Curso de Tecnólogo em Gestão Pública”; P12 “aumentar meu nível de conhecimento abrindo o leque de opção de trabalho”; P13 “nenhum além da aquisição de habilidades ou competências profissionais. Não fui promovido, apenas estou mais capacitado, qualificado e habilitado”; P14 “uma visão e conseqüente postura mais dimensionada e fundamentada com relação ao meio profissional”; P15 “compreender como acontece a gestão pública, saber quais são as suas necessidades de melhoria e ter formado uma consciência profissional da área”; P16 “melhor compreensão do funcionamento da máquina administrativa e autoconfiança”; P17 “a minha graduação foi o maior benefício”; P18 “progressão trabalhista”; P19 “passei a ser mais pragmático e técnico em minha área de trabalho (Educação)”; P20 “não houve benefício profissional vinculado a conclusão do curso, minha perspectiva é de melhorias futuras”; P21 “o curso foi muito importante para abrir novos horizontes. Hoje posso estar mais integrada do que está acontecendo na política econômica atual”; P22 “ser reconhecida pelo meu trabalho. Através de atitudes, conhecimentos aprendidos me tornei uma profissional muito melhor”; P23 “são muitos os benefícios, posso citar alguns: o diploma, o dever cumprido, possibilidade de ingressar em especialização; P24 “a conquista do diploma”; P25 “muitos benefícios, além do diploma a possibilidade de ingressar na carreira, passar em concurso público também”; P26 “fui aprovada em alguns concursos públicos em que eram solicitados os conhecimentos adquiridos no curso”.

Os estudantes devem aprender a conviver com a relatividade das teorias e com a incerteza do conhecimento e precisam saber formar sua própria visão de mundo baseados em critérios relevantes. Além disso, é cada vez mais necessário que saibam relacionar o âmbito do que é universal com o âmbito do que é próximo ou local. O objetivo é que possam identificar e valorizar o que há de universal naquilo que é local e o que há de fútil nos elementos supostamente “universais” que recebem pela via da distribuição de informação em uma sociedade globalizada (MAURI; ONRUNBIA, 2010, p. 119).

Dos 64 egressos convidados para participarem da pesquisa, 26 concordaram em participar e responderam ao questionário, totalizando 40,6% do universo pesquisado. Após o reenvio do questionário via Google Drive, pelos respondentes, foi feito um contato via telefone para alguns participantes afim de solicitar a participação na entrevista. Dos contatados, apenas 5 concordaram em ser entrevistado, perfazendo um total de 19,2% dos respondentes.

6.1.4 Entrevista

Em pesquisa, Gray (2012) discorre que a entrevista pode ser do tipo estruturada, semiestruturada ou não estruturada. Trata-se de uma técnica, onde ocorre uma conversa entre pessoas, na qual uma cumpre o papel de pesquisador e faz as perguntas. Nesse estudo o formato da entrevista foi o semiestruturado.

As entrevistas foram transcritas para possibilitar a construção das categorias envolvidas na formação do perfil profissional que o PPP (2008) contempla. Com base nas respostas dos participantes, foi possível verificar as concepções dos egressos sobre a contribuição da formação para a atuação profissional, bem como identificar em que medida os conteúdos estudados contribuíram para a prática profissional; como se deu o uso da Plataforma Moodle e das ferramentas do AVA e se houve incremento das habilidades e competências.

As categorias foram organizadas para facilitar a análise de conteúdo. Para Bardim (2011, p. 38) “tudo o que é dito ou escrito é suscetível de ser submetido a uma análise de conteúdo”. De acordo com Bardin (2011) as categorias foram analisadas levando em conta as respostas dos egressos participantes da entrevista. Para Vergara (2012, p.7) “a análise de conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”. As categorias são as seguintes:

Quadro 14 – Categoria Elencada I

CATEGORIA	DEFINIÇÃO
Contribuição do curso para a prática profissional	Demonstra os anseios dos participantes quanto à prática profissional na Administração Pública, leva em consideração o perfil profissional do administrador público graduado pela Ead, bem como o aspecto generalista que o curso contempla.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Quadro 15 – Categoria Elencada II

CATEGORIA	DEFINIÇÃO
Uso da Plataforma Moodle	Essa categoria revela a concepção dos respondentes quanto ao desempenho da plataforma, acesso ao curso e as interações desenvolvidos no AVA.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Quadro 16 – Categoria Elencada III

CATEGORIA	DEFINIÇÃO
Uso das ferramentas do AVA	Nessa categoria são verificadas as interações quanto ao desempenho do curso, o envolvimento dos professores, tutores e alunos na construção dos saberes dentro do processo de ensino e aprendizagem, que em Ead torna-se mais exigente em virtude da autonomia que aluno recebe.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Quadro 17 – Categoria Elencada IV

CATEGORIA	DEFINIÇÃO
Desenvolvimento de habilidades e competências	Se respaldam nos conteúdos trabalhados, conforme as diretrizes do PPP (2008). Verifica se o perfil do administrador público formado na Ead foi contemplado no decorrer do curso e se incrementaram as habilidades e competências profissionais relacionadas com a formação.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Com base nos dados coletados, as categorias foram elencadas e analisadas para entender, por meio das falas dos participantes entrevistados, como eles observam a formação em Administração Pública Ead na UFAL. Quais os seus anseios quanto ao curso, se a formação oportunizou o ingresso no mercado de trabalho ou se melhorou as condições de trabalho, se foram criadas novas oportunidades de trabalho, se tiveram oportunidade de praticar as técnicas e funções do administrador ou se estão em prática.

No quadro a seguir foram relatadas as respostas dos participantes da entrevista quanto à categoria “Contribuição do curso para a prática profissional”. Essa categoria leva em consideração o perfil profissional do administrador público graduado pela Ead na UFAL em conformidade com as diretrizes do PPP (2008), bem como o aspecto generalista que o curso contempla.

Foi revelado que a formação em Administração Pública ampliou os conhecimentos profissionais. Embora todos os egressos entrevistados revelem que estão no mercado de trabalho, quatro atuam no serviço público, que é uma área conexas com a Administração Pública; e um entrevistado atua na iniciativa privada como gerente. Isso revela também, o foco do curso, uma vez que o perfil profissional segundo o PPP (2008) é possibilitar uma formação generalista.

Quadro 18 – Contribuição do Curso

CATEGORIA	RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS
<p>Contribuição do curso para a prática profissional.</p>	<p>Participante 16: “Não estou atuando na área, mas de qualquer forma colaborou para a área que estou atualmente que é a administração como gerente, só que não é de uma empresa pública, mas de uma empresa privada”.</p> <p>Participante 17: “Eu trabalho no serviço público, sou servidor público, então tenho neessidade de me aprofundar muito nos aspectos relacionados à Administração Pública, como a parte jurídica que tem uma variedade de normas que envolve o trabalho da Administração Pública”.</p> <p>Participante 21: “Não estou exercendo a profissão. Eu queria ter a oportunidade pelo menos de sair do setor onde trabalho, porque hoje eu não estou em sala de aula, estou trabalhando na biblioteca. E eu queria trabalhar em outro lugar onde eu atuasse, só que não foi possível até hoje”.</p> <p>Participante 22: “Eu tive a oportunidade de participar de um pleito, onde eu seria candidata a vice-diretora e precisava fazer um projeto da ação que eu teria de colocar em prática durante a minha gestao, então o que é que eu fiz, todo o conhecimento que adquiri no curso de Administração Pública me ajudou a fazer esse projeto de ação. Ali eu percebi que tive a facilidade de elaborar o projeto por conta do curso de Administração Pública”.</p> <p>Participante 23: “O curso foi importante para mim porque eu estava na gestão da escola. Vi a oportunidade de fazer o curso e trazer mais conhecimentos para a minha vida pessoal e profissional. De trabalhar em outro órgão da Administração Pública, no Estado ou no Município”.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Na categoria “Uso da Plataforma Moodle”, os participantes revelaram a importância da plataforma para o acesso ao AVA e às ferramentas de interação. Essa categoria revela a

concepção dos entrevistados quanto ao desempenho da plataforma, acesso ao curso e as interações desenvolvidos no AVA.

Quadro 19 – Uso da Plataforma

CATEGORIA	RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS
<p>Uso da Plataforma Moodle.</p>	<p>Participante 16: “Eu ingressei em 2009, aí já no final de 2009 nós começamos a estudar pela Plataforma Moodle e houve um problema com ela, muitos alunos não estavam conseguindo abrir e acessar a plataforma, que não foi o meu caso, mas nós vivenciamos isso. Tanto é que o curso foi reofertado no início de 2010 após a reorganização da plataforma”.</p> <p>Participante 17: “Usamos a plataforma para poder estabelecer contatos e interagir, tanto com colegas quanto com tutores e professores, inclusive com a coordenação também. Havia uma interação dinâmica o que eu vejo como algo muito positivo da Ead”.</p> <p>Participante 21: “Havia muita interação na plataforma, principalmente no fórum”.</p> <p>Participante 22: “A impressão que se tem é que vai ser tudo fácil, mas essa facilidade não foi encontrada. Se a pessoa acha que vai pegar um trabalho que está na plataforma e vai pedir para alguém fazer, quando chegar na prova, não saberá fazê-la”.</p> <p>Participante 23: “A plataforma foi boa, apesar de às vezes sair do ar, mas no geral foi bom”.</p>

Fonte:Elaborado pelo autor , 2016.

Os participantes revelaram que a Plataforma Moodle foi considerada adequada para dar suporte ao curso. Embora tenham ocorridos alguns contratemplos com a plataforma, que às vezes ficava fora de operação e que no início do curso ocorreu a suspensão do seu uso. Foi constatado que essa suspensão se deu em virtude de ajustes que foram feitos na Plataforma Moodle para melhorar as condições de acesso e manuseio por parte dos alunos. No geral, o uso da plataforma foi adequado para a maioria dos entrevistados, e que um deles sentiu dificuldade no manuseio da plataforma, revelando pouca afinidade com a ferramenta.

A categoria “Uso das ferramentas do AVA” relaciona-se com a habilidade do aluno no AVA/Moodle.

Quadro 20 – Ferramentas do AVA

CATEGORIA	RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS
<p>Uso das ferramentas do AVA.</p>	<p>Participante 16: “A cada semana nós tínhamos os fóruns para debates, era interessante e enriquecedor. O fórum foi o principal meio de interação através da plataforma”.</p> <p>Participante 17: “Além das avaliações presenciais, as atividades online eram feitas em grupo, havia interação tanto com colegas, quanto com tutores e professores. O fórum contribuiu para expor dúvidas e ideias”.</p> <p>Participante 21: “A gente sempre estava interagindo, principalmente no fórum. E o tutor sempre estava se comunicando com a gente. Os fóruns foram os mais usados do que os chats.”.</p> <p>Participante 22: “No fórum se tinha acesso a todos e a todas as respostas, e também os exercícios. Os tutores sempre nos dava um feedback. Pelo AVA e o fórum o processo era muito rápido”.</p> <p>Participante 23: Havia algumas dificuldades. O fórum foi o mais utilizado, porque lá a gente encontrava muitas informações do curso. O chat foi menos utilizado, eu diria que entre um e outro, 70% foi fórum e 30% foi chat”.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

As interações do curso ocorrem principalmente por meio das ferramentas disponibilizadas no AVA/Moodle. Verificamos que a ferramenta mais utilizada nas interações foi o Fórum. Nele os alunos encontraram apoio dos professores e tutores, bem como dos colegas de curso que faziam diversas intervenções acerca de assuntos e temas disponibilizados para discussão. O chat, embora usado nos momentos de construção do conhecimento, foi menos utilizado. Com esses dados, foi revelado que o posicionamento dos tutores foi vital para o desempenho das atividades do curso, e que nos momentos de dúvidas o feedback era rápido.

A categoria “Habilidades e competências” respalda-se nas diretrizes do PPP (2008), que visa uma formação autônoma, reflexiva e holística na qual o profissional possa desenvolver as habilidades e competências requeridas. As revelações dos participantes confirmam que essa categoria foi contemplada no curso por meio dos conteúdos trabalhados; embora haja um posicionamento crítico de um participante, ao revelar que essa categoria foi contemplada somente na teoria. No entanto, o posicionamento do participante (P22) revela o impacto teórico dos conteúdos do curso em sua formação como administrador público.

Quadro 21 – Habilidades e Competências

CATEGORIA	RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS
<p>Desenvolvimento de habilidades e competências.</p>	<p>Participante 16: “Aprendi muito, de maneira que eu posso aplicar o conhecimento aqui no meu trabalho como gerente, liderando a equipe e motivando. Faço o controle financeiro da empresa, o estoque, as compras e vendas, etc., as competências foram contempladas”.</p> <p>Participante 17: “Quanto às habilidades melhorou no que diz respeito às relações interpessoais. As competências vêm sendo úteis na prática da produtividade e da eficiência do que eu faço”.</p> <p>Participante 21: “Acho importante a relação entre as pessoas no trabalho em equipe. As competências aqui, ajudaram no levantamento anual de livros para a biblioteca. O curso me preparou para a questão organizacional”.</p> <p>Participante 22: “No momento eu só possuo teoria, tá faltando a prática. Teoricamente as habilidades e as competências foram contempladas”.</p> <p>Participante 23: “As habilidades para lidar com as pessoas, com a organização de trabalho, melhorou minha atuação profissional. Com relação às competências eu tive a oportunidade de aplicar aqui no meu trabalho o conhecimento sobre algumas funções do administrador, principalmente para trabalhar com recursos financeiros.”</p>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

A entrevista com os respondentes do questionário, foi determinada pelo pesquisador com o intuito de certificar-se de que os conteúdos trabalhados no curso de Administração Pública Ead na UFAL corresponderam às diretrizes do PPP (2008). A coleta de dados se deu a partir de questões abertas, de forma semiestruturada, aplicadas diretamente ao entrevistado e gravada por meio digital. O local da entrevista foi no ambiente de trabalho de cada um dos entrevistados, em virtude de não disporem de outro horário para concessão da entrevista.

Os participantes confirmam que as habilidades inerentes à gestão de pessoas, facilidade de comunicação com o público, dentre outras características que o PPP (2008) demanda, foram contempladas na formação em Administração Pública Ead na UFAL. As competências relacionadas com a gestão financeira, logística e vendas, também foram contempladas na formação no decorrer do curso. Os profissionais pesquisados, embora não estejam atuando como administradores públicos estão satisfeitos com a formação e têm perspectivas de melhores condições de trabalho, assim como mantêm a expectativa de vir a exercer as atividades como administrador público em órgãos das esferas federal, estadual e municipal. Conforme os dados apresentados, identificamos que o fórum foi a ferramenta mais utilizada no decorrer do curso e que todos os participantes da entrevista estão no mercado de trabalho e já estavam antes de ingressar no curso.

As análises apontaram que os egressos da Ead em Administração Pública na UFAL, em sua maioria, são adultos solteiros, com mais de 30 anos de idade, estão no mercado de trabalho e já estavam no mercado de trabalho antes do ingresso no curso e ganham mais de 2 salários mínimos. A maioria é proveniente de escolas públicas e o principal motivo de ter optado por fazer um curso a distância foi a flexibilidade de horário do curso.

Ao analisarmos as variáveis contidas nessa pesquisa, em conformidade com os objetivos do estudo, constatamos que o egresso do curso de Administração Pública via UAB/UFAL, embora não esteja atuando na área específica de formação, como administrador público, na maioria das opiniões o curso colaborou para a formação de um perfil profissional autônomo, dinâmico e empreendedor, em conformidade com o PPP (2008). E que a formação em Administração Pública contribuiu para ampliar o conhecimento acerca do funcionamento da máquina pública no âmbito da gestão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição brasileira de 1988 reconhece os direitos e garantias constitucionais do cidadão e a educação como um importante viés para o desenvolvimento da pessoa. Agregado ao texto constitucional de 1988, outro documento de referência para a educação é a Lei 9.394/96 (LDB), cujo artigo 80 se refere à modalidade Ead e enfatiza a organização dessa modalidade de ensino vinculando-a à União. O artigo 80 é claro quanto ao Estado na relação com a modalidade Ead, que visa proporcionar a inserção do cidadão brasileiro no processo de educação superior.

A partir de 2005 o governo federal passa a desenvolver programas sociais com o discurso de democratizar o acesso à educação superior e cria o PROUNI, que foi instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 com a finalidade de regular a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, ou seja, oportunizar o acesso ao ensino superior em faculdades privadas àquelas pessoas que concluíram o ensino médio em escolas públicas. Em 24 de abril de 2007 foi instituído o REUNI, através da Lei nº 6.096, cuja finalidade é a Reestruturação e Expansão das Universidade Federais.

Essa expansão tornou-se objeto das políticas públicas de inclusão educacional. Somente em 2006 é que foi criada a modalidade Ead no âmbito público, através do Decreto nº 5.800, que instituiu a UAB. Com a implementação da UAB, a UFAL se tornou filiada a esse programa. Inicialmente a Ead visava a formação de professores da rede pública que não possuíam curso superior e a qualificação de servidores públicos, principalmente os do Banco do Brasil. Nesse ínterim foi criado o curso de Administração, considerado curso-piloto nessa modalidade. Para isso o governo firmou parcerias com Estados e Municípios e utilizou-se das universidades públicas para garantir apoio presencial aos alunos.

Matias-Pereira (2008) relata que a Ead está em expansão no Brasil e tem oportunizado o acesso ao ensino superior, principalmente às pessoas que não têm disponibilidade de fazer um curso superior na modalidade presencial. Isso tem impactado o desenvolvimento profissional e social por meio do conhecimento. Essa expansão visa levar a universidade aos lugares onde as pessoas não têm facilidade de acesso à formação superior. Para Matias-Pereira (2008), Costa, Barbosa e Goto (2011) a Ead tem ganhado destaque no processo educacional brasileiro por ser capaz de levar o conhecimento profissional às localidades não acessíveis pela educação tradicional e que tem sido vista como uma oportunidade que as pessoas estão tendo para entrar na universidade pública, em virtude de que a Ead oportuniza o

acesso à educação por meio da TIC, a partir da qual é possível acessar a sala de aula de qualquer lugar e a qualquer momento por meio de computadores conectados à internet.

Matias-Pereira (2010) discorre que a Ead corresponde ao processo de ensino e aprendizagem mediados pelas TIC. De modo que o avanço das tecnologias agregadas à internet vem contribuindo de forma significativa para a expansão da Ead. Mercado et al (2012) relata que no Brasil, a inserção da Ead no processo de ensino nas instituições públicas é feita pelo SisUAB, cujo foco é a expansão da educação superior pública por meio de parcerias com Estados e Municípios.

No âmbito da UAB, a UFAL passa a ofertar o curso de Bacharelado em Administração Pública vinculado ao PNAP a partir de 2009, ofertando 250 vagas para esse curso. Essas vagas foram distribuídas pelos quatro polos de apoio presenciais, a saber: Maceió com 100 vagas; Arapiraca, Penedo e Piranhas com 50 vagas cada polo. O acesso ao curso foi por meio de vestibular, realizado no primeiro semestre de 2009. Essa foi a primeira turma desse curso, cuja colação de grau ainda está sendo efetivada, em função do tempo máximo de conclusão do curso que é de 14 semestres letivos.

Sendo a Ead como foco desse estudo, objetivou-se analisar a formação de administradores públicos nessa modalidade de ensino na UFAL, conhecer as opiniões dos egressos quanto à utilização dos conhecimentos adquiridos durante o curso; as interações via ferramentas da Plataforma Moodle, tais como AVA, Fóruns, Chats, etc.; ao mercado de trabalho e à prática profissional. Considerando o PPP (2008) e as DCNAP (2014) do curso de Administração Pública, cujo perfil profissional corresponde a uma formação generalista, dinâmica e pró-ativa, embasado numa concepção reflexiva e crítica das organizações, bem como as habilidades e competências relacionadas com os conteúdos abordados. fizemos um levantamento do quantitativo de egressos na Secretaria do curso, no NTI e na Cied e foram identificados 64 egressos com formatura em 2015.

Na Secretaria do curso de Administração Pública Ead, vinculada à FEAC/UFAL, coletamos os endereços de e-mails dos egressos do curso. De posse desses dados, foram enviados os convites para os egressos, solicitando a participação de forma voluntária na pesquisa. O convite conteve informações referentes ao objeto de estudo, sua finalidade e importância, assim como informações sobre o TCLE, além do Link de acesso ao questionário. O convidado ao se interessar pelo estudo, acessou o link e dentro dele encontrou o TCLE, cuja leitura foi obrigatória para o avanço da participação na pesquisa. Após a leitura do TCLE, continha duas opções de acesso ao questionário que se referiam em concordar e não concordar com a participação na pesquisa. Esses percursos foram fundamentais para o acesso

ao questionário. Dentre os 64 egressos convidados para participarem da pesquisa, 26 responderam ao questionário e 5 dos respondentes foram entrevistados.

De posse dos dados coletados, foi feita a análise dos dados, cujas informações foram extraídas para apresentar os resultados da pesquisa após interpretações das respostas que os egressos deram acerca da formação Ead, as interações com o curso e com os atores envolvidos (professores, tutores e alunos), a utilização dos conhecimentos adquiridos na formação e sua aplicabilidade na vida profissional, além de verificar outras características inerentes ao curso, como o uso da Plataforma Moodle, as ferramentas de interação (AVA, Fóruns e Chats) e os benefícios profissionais provenientes da formação superior Ead.

As categorias analisadas evidenciaram que a formação em Administração Pública contemplou as diretrizes contidas no PPP (2008). Na categoria “contribuição do curso para a prática profissional”, nenhum atua na área de formação específica, como administrador público, embora estejam no mercado de trabalho e a maioria seja servidor público. Na categoria “Uso da Plataforma Moodle”, todos concordaram que a utilização da plataforma foi vital para o desenvolvimento das ações pedagógicas no AVA, apesar de terem ocorridos contratempos de ordem técnica e de alguns respondentes não apresentarem domínio no manuseio da plataforma. Em relação à categoria “Uso das ferramentas do AVA”, os participantes disseram que o fórum foi a ferramenta mais utilizada nas atividades do curso e que as interações foram fundamentais para o aprendizado e que o apoio dos professores e tutores na resolução de dúvidas colaborou para o desempenho das atividades. Quanto à categoria “Desenvolvimento de habilidades e competências”, a maioria dos entrevistados disseram que o curso contemplou o desenvolvimento dessas características, e para um dos respondentes, as habilidades e competências foram contempladas no campo teórico, enquanto para os outros foram contempladas no âmbito da prática profissional.

Foi identificado que o curso colaborou para a formação de um perfil profissional autônomo, dinâmico e empreendedor. Embora os egressos não estejam atuando na área específica de formação como administrador público, os conteúdos estudados oportunizaram o comportamento pró-ativo, principalmente através das pesquisas que abordaram estudos de caso e dos seminários que possibilitaram práticas.

Os resultados obtidos com essa pesquisa serão disponibilizados, conforme os procedimentos legais da UFAL. Propomos a exposição dos resultados em virtude da importância do conhecimento sobre a formação Ead, não apenas para o curso de Administração Pública ofertado pela UAB/UFAL, mas como modalidade de educação que

tem oportunizado o acesso à educação superior no contexto histórico da conjuntura socioeconômica e política atuais.

Com esse estudo, esperamos que os resultados apurados oportunizem o desenvolvimento de outros trabalhos no contexto educacional, e que as futuras investigações sejam direcionadas aos diversos aspectos que envolvem a formação superior Ead, não somente sobre o curso de Administração Pública, mas de um modo geral, na amplitude da UAB/UFAL, especificamente nos cenários local e regional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Amanda A. de. **Análise da evasão no curso de Administração a distancia – projeto-piloto UAB:** um enfoque sobre a gestão. Dissertação (mestrado em Administração). Universidade de Brasília, 2010. Disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/8022>. Acesso em: 14 dez. 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a competitividade do mundo do trabalho. Edição Comemorativa 20 anos. 16ª. ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (ABED), 2011. Disponível em: <http://www.ead.com.br/ead/qual-regiao-tem-maior-numero-de-estudantes-a-distancia.html>. Acesso em: 17 ago. 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Censo da Educação Superior. Ministério da Educação, 2014.** Disponível em: https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=uJb3VL-5IYqk8weq94GoAw#q=censo+da+educa%C3%A7%C3%A3o+superior+2015. Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2012. 454 p.

_____. Leis. In: **Manual do administrador: guia de orientação profissional.** Brasília : Conselho Federal de Administração, 1994.

_____. **Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 dez. 2015.

_____. **Lei de Diretrizes e bases da Educação.** Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 fev. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Decreto federal nº. 5.622, de 20.12.2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso em: 14 mai. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Decreto no 5.800/2006.** Dispõe sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 23 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares dos Cursos de Administração. Resolução n. 4 de 13/07/2005.** Brasília, DF, 2005.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares do Curso de Administração Pública. Resolução n. 1 de 13/01/2014.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&category_slug=janeiro-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: set. 2015.

_____. Ministério da Educação. Universidade Federal de Alagoa. **Estatuto da Ufal.** 2006. Alterado pela Portaria nº 4.067, de 29 de dezembro de 2003. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/transparencia/institucional/estatuto-e-regimento>. Acesso em 14 de abr 2016.

_____. Ministério da Educação. Universidade Federal de Alagoas. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** 2006. Alterado pela Resolução nº 38/2013 de 03 de junho de 2013. Disponível em: www.ufal.edu.br/transparencia/institucional/plano-de/PDI_2006-2008.. Acesso em: 22 dez. 2015.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução CD/FNDE nº 26 de 05 de junho de 2009.** Disponível em: <http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/resolucao_fnde_n26.pdf>. Acesso em: 11 out. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância.** 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciaisead.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2015

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Superior. Comissão Assessoria para educação superior a distância (Portaria MEC nº 335, de 6 de fevereiro de 2002).** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/EAD.pdf>>. Acesso em: 12 out 2015.

_____. **Plano Nacional de Educação, 2000.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2015

_____. **Projeto Reuni da Universidade Federal de Alagoas.** 2006. Disponível em: <http://www.UFAL.edu.br/portal/gestor/reuni/projetoreuniUFAL/PROJETO_REUNI_UFAL.p df>. Acesso em: 20 jan. 2015.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Administração Pública modalidade a Distância.** (2008). Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Projeto_Pedagogico_Bacharelado A_dministracaoPublica_PNAP2009.doc](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Projeto_Pedagogico_Bacharelado_A_dministracaoPublica_PNAP2009.doc)>. Acesso em: 5 jun. 2015.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração – UFAL.** (2006). Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/arquivos/prograd/cursos/campus-maceio/ppc-administracao.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

BRASIL. UAB/UFAL. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração na Modalidade a Distância**. (2008). Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/cied/formularios>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Prouni – Programa Universidade Para Todos. Instituído pelo Projeto de Lei nº 3.582/2004**. Disponível em: <http://siteprouni.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. UAB – Universidade Aberta do Brasil. **Sobre a UAB**. Disponível em: <http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=111&Itemid=27>. Acesso em: 4 ago. 2015.

CFA - **Conselho Federal de Administração**. 2011. Disponível em: <<http://www.cfa.org.br/administracao/historia-da-profissao>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos Novos Tempos**. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Geral e Pública**. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

_____. **História da Administração**. 1ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2008.

CIED – **Coordenadoria Institucional de Educação a Distância**. UFAL. 2015. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/cied>>. Acesso em: 2 dez. 2015.

COPEVE – Comissão Permanente do Vestibular. **Processo Seletivo Específico para o Curso de Graduação em Administração - Modalidade à Distância**. UFAL. 2006. Disponível em: <<http://www.copeve.ufal.br/index.php?opcao=concurso&idConcurso=1104626>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

COSTA, Cleide Jane de Sá Araújo; PARAGUAÇU, Fábio; PINTO, Anamelea de Campos. Experiências interativas com ferramentas midiáticas na tutoria on-line. In: MERCADO, L. Paulo (Org). **Integração de mídias nos espaços de aprendizagem**. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 79, p. 1-197, jan. 2009.

COSTA, D. M.; BARBOSA, F. V.; GOTO, M. M. M. O Novo Fenômeno da Expansão da Educação Superior no Brasil. **REUNA**, v. 16, n. 1, p. 1-15, 2011.

FERRUGINI, Lilian. **Repercussões socioeconômicas do curso piloto de administração a distância do sistema UAB na visão de egressos e coordenadores**. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Estratégica, Marketing e Inovação) – Universidade Federal de Lavras, 2014. Disponível em <<http://repositorio.ufla.br/handle/1/2287>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

_____ et al. **Educação a distância como política de inclusão: um estudo exploratório nos polos do sistema universidade aberta do brasil em minas gerais**. 2013. Disponível em: <DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n2p1>>. Acesso em mar. 2016.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCISCO, Deise Juliana; SANTANA, Luciana (Org.). Pesquisa Online: Aspectos Metodológicos, Autonomia e Implicações Éticas. In: _____. **Problematizações éticas em pesquisa**. Maceió: Edufal, p. 125-145, 2014.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Capítulo 3 (Org.) **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GUERRIERO, Iara Coelho Z.; SCHMIDT, Maria Luisa S.; ZIKER, Fábio (org.) Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde. In: JUNQUEIRA, Cilene Rennó. **Benefícios da avaliação ética de protocolos de pesquisa qualitativa**. Aderaldo & Rothschild: São Paulo, 2008.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. – Itabuna : Via Litterarum, 2010.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2008.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Metodologia científica**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2011.

LEGISLAÇÃO. **Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965** - Dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador e dá outras providências. Disponível em: <www.cfa.com.br>. Acesso em: 10 fev. 2015.

LOBO, Márcia Eunice et al. **A atuação da Universidade no desenvolvimento social: a experiência dos cursos de Administração Pública no âmbito do PNAP/UAB/UFSC**. XIII Colóquio de gestão Universitaria en Américas – Redimientos Académicos y eficacia social de la Universidad. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Teoria Geral da Administração**. 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Gestão Estratégica na Administração Pública**. 1ª ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais.** – 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATIAS-PEREIRA. Políticas Públicas de Educação no Brasil: A utilização da Ead como instrumento de inclusão social. **J. Technol. Manag. Innov.** v. 3., 2008, Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/3680?mode>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

_____. et al. Um estudo de caso do processo de institucionalização e gestão do Curso Piloto de Graduação em Administração da Universidade Aberta do Brasil – UAB/MEC. **XXXI Encontro da Anpad, Rio de Janeiro/RJ, setembro de 2007.** Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EPQ-A594.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. Educação Superior a Distância, Tecnologias de Informação e Comunicação e Inclusão Social no Brasil. **Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, vol. XII, n. 2, ago 2010. Disponível em: <<http://josenorberto.com.br/josenorberto/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Superior%20a%20Dist%C3%A2ncia,%20Tecnologias%20de%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 12 ago.2015.

_____. **A universidade nova e a educação a distância.** Brasília, CEAD/UNB, 2007.

_____. **Censo da Educação Superior – Censup/2014.** Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2015.

MAURI, Teresa; ONRUNBIA, J. O Professor em ambientes virtuais: perfil, condições e competências. In: COLL, César; MONEREO, Carles e colaboradores. **Psicologia da educação vital: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e comunicação.** Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 100-123.

MELLO, Sebastião Luiz de; JUNIOR, José Samuel de Miranda Melo; MATTAR, Fauze Najib. **Perfil, formação, atuação e oportunidades de trabalho do administrador: pesquisa nacional.** 5. ed. – Brasília: CFA, 2011.

MERCADO, Luís P. L. **Percursos na formação de professores com tecnologias da informação e comunicação na educação.** Maceió: Edufal, 2007.

_____. et al. Indicadores da educação a distância no contexto da Universidade Aberta do Brasil: impactos acadêmicos, pedagógicos e socio-econômicos.

Revista Educação a Distância e Práticas Educacionais Comunicacionais e Interculturais- REDaPECI/UFS, v. 11, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/edapeci/article/view/875>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. et al. **Gestão da Ead na UFAL: da institucionalização às ações concretas.** Coordenadoria Institucional de Educação a Distância. UFAL, 2012. Disponível em: <http://aforges.org/conferencia3/docs_documentos/SESSOES%20PARALELAS/7_Inovacao%20e%20Tecnologia%20na%20Educacao%20Superior/L%20Mercado_F%20Pimentel_M%20Soares_G%20Brito_C%20Oliveira_R%20Ara_Gestao.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2015.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **História da Administração: como entender as Origens, as aplicações e as Evoluções da Administração**. 1. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. de. **Administração Pública: foco na Otimização do Modelo Administrativo**. 1. ed. – São Paulo: Atlas, 2014.

PAES DE PAULA, A. P., MARANHÃO, C. M. S. de A., BARRETO, R. de O.; KLECHEN, C. F. A tradição e a autonomia dos Estudos Organizacionais Críticos no Brasil. **RAE: Revista de Administração de Empresas [online]**. v.50, n.1, p. 10-23, 2010.

PEIXOTO, Madalena Guasco. **As transformações da educação superior nos últimos 12 anos no Brasil**. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/248064-1>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

PRETIS, Oreste. **A Universidade Aberta do Brasil uma política de Estado para o ensino superior “a distância”**. Cuiabá, NEA/UAB/UFMT- 2007. Disponível em: <<http://www.nitropdf.com/>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

ROSINI, Alessandro Marco; PALMISIANO, Angelo. **Administração de sistema de informação e a gestão do conhecimento**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. 2013. **Cálculo amostral: calculadora on-line**. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: abr. 2016

SANTOS, Cleber Nauber dos. **Políticas de educação a distância para o ensino superior: o foco no aluno do sistema UAB/UFAL**. 315 f. Dissertação (mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Maceió, 2011. Disponível em: <www.ufal.edu.br/unidadeacademica/cedu/>. Acesso em jun. 2015.

SANTOS, Leticia M. (Org.) Estratégias de ensino e aprendizagem em ead: tendências e práticas atuais. São Cristóvão (SE), vol. 14, n. 1, p. 266-278, jan./abr. 2014.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. – 4ª. ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Eстера Muszkat Menezes. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Marcos (Org.). **Educação online: teorias, práticas, legislação, formação corporativa**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

SILVA, Victor Correia da. **Uma análise do campo do saber em Administração Pública no Brasil (2000-2010) pela modelagem de redes sociais**. Dissertação de Mestrado. USP. 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100132/tde-05042013-211634/pt-br.php>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

SIRKIN, Harold L. **Globalidade – a era da globalização: como vencer num mundo em que se concorre com todos, por tudo e por toda parte**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

TAPSCOTT, Don WILLIAMS, Anthony D. **Macrowiknomics: reiniciando os negócios e o mundo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

TEIXEIRA, M. P. R.; SILVA I. C.; MAFRA, F. L. N. Reflexões Sobre a Formação do Administrador: Uma Abordagem a partir da Inserção das Questões Sociais nos Conteúdos Disciplinares. **Revista Symposium**, 2011.

UAB. **Guia de orientações básicas sobre o Sistema UAB**. 2013. Disponível em: <http://www.sead.ufba.br/sites/sead.ufba.br/files/guia_uab_interativo_2013-2_copia.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2016.

UNIVERSIA. **UAB em pauta: firmando acordo para o primeiro curso da Universidade Aberta do Brasil**. publicado em nov. 2005. Disponível em:<<http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?id=9308>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2012.

WALDOW, Carmem. As políticas educacionais do governo Dilma, a formação para o trabalho e a questão do Pronatec: reflexões iniciais. **X Amped Sul, Forianópolis, outubro de 2014**. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1765-0.pdf>. Acesso em: 14 out. 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ONLINE

FORMAÇÃO DE ADMINISTRADORES PÚBLICOS NO CURSO EAD: O QUE DIZEM OS EGRESSOS DA UAB/UFAL.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) Antes de darmos início ao questionário solicitamos que seja lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que é o documento que autoriza a realização dessa pesquisa acadêmica. O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após Consentimento Livre e Esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa. (Resolução. nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde).

Eu, _____, tendo sido convidado (a) a participar como voluntário (a) do estudo “Formação de administradores Públicos no curso Ead: o que dizem os egressos da UAB/UFAL”, recebi do(a) Sr(a). Marcelo Fernando da Silva e da Profª Drª Deise Juliana Francisco, responsáveis por sua execução, as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos: Que o estudo se destina a analisar a contribuição da aprendizagem efetivada no curso de Bacharelado em Administração Pública via a UAB/UFAL na perspectiva dos egressos. Que a importância deste estudo é a de conhecer se o aprendizado adquirido durante o curso está sendo aplicado na vida profissional ou pessoal do egresso. Que os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: verificar a opinião dos egressos sobre a modalidade de ensino e suas contribuições para atuação profissional em Administração Pública.

Esse estudo será conduzido por meio da aplicação de questionário online e entrevista semiestruturada, que deverá acontecer durante o ano de 2015. O estudo será feito da seguinte maneira: o participante será contatado via e-mail, onde receberá informações acerca da pesquisa. O TCLE será disponibilizado via Google Drive, onde o participante poderá ler o TCLE e fazer a opção em “concordo” ou “não concordo”. Ao concordar será disponibilizado automaticamente o questionário que o participante responderá.

Os incômodos que poderei sentir com a minha participação são os seguintes: Exposição diante do computador, podendo ser prolongado ou não, causando incômodos de postura; falta de conhecimento ou de vontade para responder as questões propostas.

Os possíveis riscos à minha saúde física e mental são mínimos, podendo ser exposição diante do computador, causando incômodos de postura por permanecer sentado em cadeira.

Os benefícios que deverei esperar com a minha participação, mesmo que não diretamente são: auto-reflexão sobre as práticas profissionais e minha atuação na área de formação.

Sempre que desejar serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo. A qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do estudo e, também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo.

As informações conseguidas através da minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.

Não haverá custeio para o participante da pesquisa, em virtude dessa ser online.

Não haverá indenização na ocorrência de danos.

Eu receberei uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implica, concordo em dele participar e para isso eu dou o meu consentimento sem que para isso eu tenha sido forçado ou obrigado.

Endereço dos responsáveis pela pesquisa/Instituição: Universidade Federal de Alagoas – UFAL – BR 104 – Norte, Km 97 – Bloco: CEDU – Bairro: Tabuleiro do Martins.

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante sua participação no estudo, dirija-se ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas, Prédio da Reitoria 1º Andar, Campus A. C. Simões, Cidade Universitária. Telefone: (82) 3214-1041 – Maceió/AL, 2015.

Pesquisa sobre os benefícios profissionais da formação em Administração Pública Ead na UFAL.

*obrigatório

Concordo*

Não concordo*

No campo a seguir digite seu endereço de e-mail *

Sua resposta

No campo abaixo digite o número do seu telefone *

Sua resposta

DADOS SOCIOECONÔMICOS

1. Gênero

Masculino

Feminino

2. Faixa etária

18 a 23 anos

24 a 29 anos

30 a 35 anos

36 a 41 anos

Acima de 41 anos

3. Estado civil

Solteiro (a)

Casado (a)

Separado (a)

Viúvo (a)

Outros

4. Você concluiu o ensino médio em escola pública ou particular?

Pública
Particular

5. Em qual renda familiar você se enquadra? *

De 1 a 2 salários mínimos
De 3 a 4 salários mínimos
De 5 a 6 salários mínimos
Acima de 7 salários mínimos

EXPERIÊNCIA ACADÊMICA

6. Já tinha ouvido falar da Universidade Aberta do Brasil antes de ingressar no curso?

Sim
Não

7. Qual o principal motivo que o (a) fez optar pelo curso de Administração a distância?

Facilidade de acesso ao curso
Flexibilidade de horário do curso
Gratuidade do curso
Oportunidade de adquirir um diploma superior

8. Você estava no mercado de trabalho antes de ingressar no curso?

Sim
Não

9. No desenvolvimento do seu curso, foram utilizados recursos que promovessem a interação entre tutores, professores e alunos, tais como: videoconferências, chats, fóruns, telefones, etc.?

Sempre
Quase sempre
Às vezes
Não

10. Durante o curso você foi solicitado (a) a realizar atividades de pesquisa como estratégia de aprendizagem?

Sim, em todas as disciplinas
Sim, na maior parte das disciplinas
Sim, em poucas disciplinas
Não, em nenhuma disciplina

11. Como você avalia a Plataforma Moodle, usada no curso?

Ótima
Boa

Ruim

12. Qual ferramenta, dentre as abaixo relacionadas, você utilizou no seu curso com mais frequência? Marque apenas uma opção.

Telefone

Fóruns

Chats

Web conferência.

13. Qual instrumento de avaliação, no AVA, a maioria dos professores adotou predominantemente? Marque apenas uma opção.

Fóruns

Exercícios

Pesquisas

Provas on-line

Outros

14. Como foi a disponibilidade dos professores e tutores do curso, para orientação presencial e on-line?

Todos tiveram disponibilidade

A maioria teve disponibilidade

Poucos tiveram disponibilidade

Nenhuma disponibilidade

15. Na sua avaliação, como você classifica a interação entre alunos e professores ao longo do curso?

Adequada

Pouco adequada

Inadequada

16. Como você avalia o processo de orientação e acompanhamento dos tutores do polo, ao longo do curso?

Ótimo

Bom

Ruim

17. Durante seus estudos, em qual turno você se dedicava mais?

Manhã

Tarde

Noite

Outros

18. Após a conclusão do curso você deu continuidade aos estudos?

Sim

Não

19. Quanto ao uso do computador com internet para acesso ao curso, em qual local você utilizava com mais frequência?

- No trabalho
- Em casa
- Na Lan house
- Na casa de parentes ou amigos

20. Como você avalia o nível de exigência do curso?

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

21. Na sua avaliação a formação em Administração Pública contribuiu para o desenvolvimento de habilidades relacionadas com a comunicação com o público?

- Sim
- Não

22. O curso possibilitou o desenvolvimento de pró-atividade dentro de qual nível?

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim

23. O curso proporcionou autonomia para o desenvolvimento da aprendizagem e do conhecimento profissional de que forma?

Sua resposta

24. O curso possibilitou desenvolver habilidades e competências relacionadas com a gestão de empresas governamentais e não governamentais de que forma?

Sua resposta

25. Qual (is) habilidade (s) requerida (s) como administrador público mais lhe chamou atenção durante a formação?

Sua resposta

26. Na sua concepção, a formação em Administração Pública desenvolveu competências requeridas pelo mercado de trabalho?

Sim

Não

27. Como você se sente após ter concluído o curso?

Satisfeito

Insatisfeito

Confiante

Inseguro

28. Após a conclusão do curso qual foi o maior benefício profissional que você obteve?

Sua resposta

APÊNDICE B – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTA

01 - O curso de Administração Pública Ead atendeu às suas necessidades de aprendizagem? De que forma foram atendidas essas necessidades?

02 - A formação em Administração Pública Ead possibilitou alcançar objetivos profissionais? Quais eram seus objetivos profissionais e como foram alcançados?

03 - Você está atuando profissionalmente na área de formação? E quando entrou no curso atuava na área de formação ou em outra área? A formação em Administração Pública Ead oportunizou o acesso ao mercado de trabalho?

04 – No Projeto Político Pedagógico do curso de Administração Pública Ead consta o perfil profissional (*pesquisador: citar dados sobre o perfil que estão contidos no PPP inclusive habilidades e competências contempladas*) a ser formado. Na sua opinião os conteúdos trabalhados no curso possibilitaram a formação desse perfil?

05 – O curso de Administração Pública Ead contribuiu para o desenvolvimento de quais habilidades e competências profissionais?

06 – Durante o curso, as atividades do AVA foram solicitadas de forma colaborativa pelos professores? De que forma?

07 – O AVA facilitou o processo de comunicação durante o curso? De que forma?

08 – Quais foram as ferramentas mais utilizadas durante o curso, tais como: Chat, Fórum e Wiki e como contribuíram para o desenvolvimento do aprendizado? (*para esta questão fazer posicionar o entrevistado para que ele possa responder de acordo com o que ele lembra sobre isso*).

09 – No geral, você está satisfeito (a) com a sua formação na UFAL e na UAB? Qual experiência acadêmica foi mais satisfatória para você durante o curso?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTA ONLINE

1) Prezada Profª, quanto a criação do curso ADMP Ead na UFAL, como ocorreram os primeiros contatos para a organização desse projeto em Maceió/Alagoas?

Os primeiros contatos com a Unilab foram feitos pela Secretaria da Educação a Distância do MEC que existia na época diretamente com a Pró-Reitora de Graduação e ela com a FEAC, comigo e com o Prof. Anderson Dantas. A direção da FEAC autorizou uma viagem minha, com a Pró-Reitora de Graduação a Belem do Pará onde participamos de uma reunião organizada pelo MEC, na UFPA, onde estavam representantes de quase todas as universidades federais. Depois dessa reunião aguardamos os dados que seriam enviados pela SEED, o que foi feito mais ou menos em março de 2006. Naquela oportunidade os contatos eram feitos pela Reitoria, Pró-Reitoria de Graduação e direção da FEAC, diretamente com a SEED.

2) Como foi formada a equipe de Professores para a elaboração desse projeto UAB via a UFAL? E quais foram esses Profs.?

O projeto é nacional. Assim, ele foi enviado pela SEED para todas as universidades que concordaram em fazer adesão à ele. Nós fizemos apenas adaptações para inserir no contexto de Alagoas e da UFAL. A equipe inicial dos professores foram Maria Aparecida da Silva, Anderson Dantas, Luciana Santa Rita e Claudia Milito. Essa equipe de professores fez a adaptação inicial no projeto, fez a tramitação na FEAC e junto ao CONSUNI e preparou a implantação. A Profa. Luciana Santa Rita e o Prof. Anderson eram coordenadores de tutoria e vice coordenadores do curso. Eu não lembro o posicionamento de cada um, mas estavam no projeto desde o início. Idem profa. Claudia Milito.

3) Em qual data foi de fato configurada a criação do curso ADMP na UFAL?

Eu não sei a data precisa, mas deve ter sido por volta do mês de março/abril de 2006. A aula inaugural do curso foi dia 30.06.2006 e foi uma data em que todas as universidades envolvidas ou pelo menos a maior parte delas deu início ao curso.

4) Quanto ao PPP do curso, como ocorreu sua elaboração? E qual equipe participou?

Como eu informei em outro item, o projeto é nacional e todas as universidades que quiseram fizeram adesão. Assim, ele foi inicialmente discutido na reunião de Belém do Pará, onde as universidades presentes fizeram considerações e alterações no projeto proposto pela SEED, que tinha sido elaborado por representantes de seis ou sete universidades com experiência em educação na modalidade a distância.

Na reunião na UFPA foi decidido que cada universidade faria as adaptações que considerassem necessárias desde que não afetasse alguns pontos considerados cruciais. Então, em 2006, nós fizemos apenas adaptações para inserir no contexto de Alagoas e da UFAL. Quem fez as adaptações fui eu, Luciana Santa Rita e Anderson Barros, algumas vezes com participação da Profa. Claudia Milito.

5) Quando ocorreu o primeiro vestibular? E quantas turmas foram geradas a partir desse vestibular?

O primeiro vestibular foi em maio de 2006 ou pouco antes, organizado pela Prograd. Na época tivemos turmas em Maceio, Porto Calvo, Piranhas, Penedo e Santana do Ipanema. Nós iniciamos o curso com quinhentos alunos.

6) Após o vestibular, a primeira turma foi matriculada em qual semestre?

Primeiro semestre de 2006, porque iniciamos o curso no mês de junho.

7) Segundo informações coletadas via entrevista com egressos desse curso, ocorreu uma suspensão da primeira turma em 2009 em virtude de problemas de ordem técnica e após resolver esse impasse, foram retomadas as aulas. Como de fato ocorreu essa situação?

Eu desconheço essa interrupção. Saí da UFAL em maio de 2010 e até lá não havia acontecido essa interrupção que você está informando. A única coisa que me lembro é que trocamos de ambiente virtual de aprendizagem, pois usávamos uma plataforma de ensino do MEC (E-PROINFO) e passamos a usar a moodle. Mas isso foi muito rápido, não tendo ocasionado interrupção. Se ela aconteceu foi no segundo semestre de 2010 em diante. Em 2009 lhe asseguro que não houve nada porque eu ainda era Coordenadora do Curso e se tivesse acontecido eu teria acompanhado.

8) A entrada no curso via vestibular para essa primeira turma usou as notas do Enem?

Foi feito um vestibular específico. Na época não se usava a nota do Enem. Eu tenho a impressão que o Enem estava começando. De todo modo, somente agora as universidades começaram a usar a nota do Enem como uma forma de ingresso para alunos dos cursos na modalidade a distância.

Profa. Muito obrigado por vossa colaboração nessa pesquisa!

Ok Marcelo. Se precisar de algo a mais me avise.

Abraço

Profa. Cida

Att. Marcelo Fernando da Silva